



UFAM



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

MIRIAN AMBRÓSIO DE SOUZA

**CONDICIONANTES DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE
POVOS INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO: ANÁLISE DO
BAIRRO DABARÚ, SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA,
AMAZONAS, BRASIL**

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM
2025

MIRIAN AMBRÓSIO DE SOUZA

**CONDICIONANTES DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE
POVOS INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO: ANÁLISE DO
BAIRRO DABARÚ, SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA,
AMAZONAS, BRASIL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), como requisito final para obtenção do título de Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Linha de Pesquisa: Redes, Processos e Formas de Conhecimentos.

Orientador: Prof. Dr. Tiago da Silva Jacaúna

**SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM
2025**

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

- S729c Souza, Mirian Ambrósio de
Condicionantes da (in)segurança alimentar entre povos indígenas em contexto urbano: análise do bairro Dabarú, São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, Brasil / Mirian Ambrósio de Souza. - 2025.
107 f. : il., color. ; 31 cm.
- Orientador(a): Tiago da Silva Jacaúna.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Soc. e Cultura na Amazônia, Manaus, 2025.
1. Segurança alimentar. 2. Povos indígenas. 3. Cidades. 4. Amazônia. 5. Mudanças climáticas. I. Jacaúna, Tiago da Silva. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Soc. e Cultura na Amazônia. III. Título
-

Mirian Ambrósio de Souza

**CONDICIONANTES DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE
POVOS INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO: ANÁLISE DO
BAIRRO DABARÚ, SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA,
AMAZONAS, BRASIL**

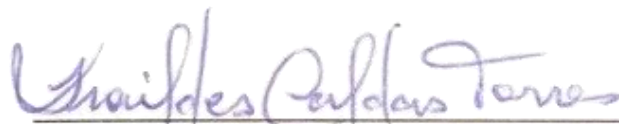
Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), como requisito final para obtenção do título de Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aprovada em 29 de maio de 2025.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Tiago da Silva Jacauna



Prof.ª Dr.ª Traíldes Caldas Torres



Prof. Dr. Silvio Sanches Barreto

AGRADECIMENTOS

"Navegar é preciso; viver não é preciso."

— Fernando Pessoa

A travessia pelo mar do conhecimento foi longa, intensa e transformadora. A cada desafio, uma descoberta. A cada incerteza, a esperança renovada pelo desejo de compreender mais profundamente a sociedade e a cultura amazônica.

À Universidade Federal do Amazonas, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, minha eterna gratidão por ter sido o cenário e o solo fértil dessa jornada de formação, reflexão e crescimento.

À minha família, meu chão e meu céu, obrigada por sustentarem meu voo, mesmo quando os ventos se tornavam contrários. Por cada gesto silencioso de cuidado, cada palavra de incentivo e cada olhar que dizia: *"continue."*

Aos meus professores e professoras, verdadeiros guardiões do saber, agradeço por semearem ideias, por partilharem generosamente seus conhecimentos, e por me inspirarem a seguir firme, mesmo nas marés mais revoltas. Vocês me ensinaram que aprender é, antes de tudo, um ato de humildade e resistência.

Agradeço, de forma especial, ao professor Tiago da Silva Jacaúna, meu orientador, pela dedicação, paciência e orientação ao longo de toda esta pesquisa. Sua orientação criteriosa, apoio intelectual e incentivo constante foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Sou grata não apenas pelo conhecimento transmitido, mas também pelo exemplo de profissionalismo e compromisso com a ciência e com a formação de seus orientandos.

Este trabalho é fruto de muitos braços, mentes e corações. Levo cada um comigo, como parte indissociável dessa caminhada.

RESUMO

A garantia da segurança alimentar constitui-se um dos maiores desafios mundiais, sobretudo em regiões mais vulnerabilizadas. No Brasil, os povos indígenas e seus territórios são agudamente afetados pela insegurança alimentar, principalmente em contextos de insegurança jurídica, degradação ambiental e crise climática. O objetivo central deste estudo foi investigar a situação da segurança alimentar em uma região da cidade de São Gabriel da Cachoeira. Especificamente, o objetivo foi traçar o perfil socioeconômico dos entrevistados; entender os condicionantes sociais, econômicos e ambientais da (in)segurança alimentar em São Gabriel da Cachoeira; e identificar o nível da (in)segurança alimentar na área de estudo. A pesquisa foi realizada no bairro Dabarú por meio da técnica de amostragem por conglomerado. Adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, com base em levantamento de dados primários e aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) em sua versão com oito perguntas, entrevistas semiestruturadas, observação em campo e registros fotográficos, além de análise documental. Os dados revelam que a maioria das famílias entrevistadas apresenta algum grau de insegurança alimentar, sendo o fator econômico o principal limitador do acesso a alimentos adequados. Além disso, foram identificadas percepções consistentes sobre as alterações no regime climático local, como a intensificação das chuvas e o aumento das temperaturas, que afetam diretamente o cultivo, a pesca e a coleta de alimentos tradicionais, agravando os casos de insegurança alimentar. Apesar das adversidades, a pesquisa constatou a presença de estratégias comunitárias de resiliência, como o cultivo de hortas caseiras, o compartilhamento entre vizinhos e a valorização dos saberes alimentares ancestrais. Conclui-se que a segurança alimentar no bairro Dabarú é tensionada por múltiplas dimensões da desigualdade e da escassez de recursos naturais. Espera-se que os resultados desse trabalho contribuam com o debate sobre políticas públicas territorializadas e sensíveis às especificidades socioculturais da Amazônia.

Palavras-chave: Segurança alimentar; Povos Indígenas; Cidades, Amazônia; Mudanças Climáticas

ABSTRACT

Ensuring food security is one of the most significant global challenges, especially in the most vulnerable regions. In Brazil, Indigenous peoples and their territories are severely affected by food insecurity, particularly in contexts of legal insecurity, environmental degradation, and the climate crisis. The central objective of this study was to investigate the food security situation in a region of the city of São Gabriel da Cachoeira. Specifically, the study aimed to outline the socioeconomic profile of the respondents; understand the social, economic, and environmental determinants of food (in)security in São Gabriel da Cachoeira; and identify the level of food (in)security in the study area. The research was conducted in the Dabarú neighborhood using cluster sampling. A qualitative and quantitative approach was adopted, based on primary data collection through the application of the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA) in its eight-question version, semi-structured interviews, field observation and photographic records, as well as document analysis. The data reveal that the majority of interviewed families experience some degree of food insecurity, with economic factors being the primary constraint to accessing adequate food. In addition, the study identified consistent perceptions regarding changes in the local climate regime, such as intensified rainfall and increased temperatures, which directly affect the cultivation, fishing, and gathering of traditional foods, worsening food insecurity cases. Despite the adversities, the research found the presence of community resilience strategies, such as home gardening, sharing among neighbors, and valuing ancestral food knowledge. It is concluded that food security in the Dabarú neighborhood is strained by multiple dimensions of inequality and the scarcity of natural resources. The results of this study aim to contribute to the debate on territorially based public policies that are sensitive to the socio-cultural specificities of the Amazon.

Keywords: Food Security; Indigenous Peoples; Cities; Amazon, Climate Change.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Registro fotográfico do Bairro Dabarú.....	33
Figura 2: UBS São Gabriel da Cachoeira	34
Figura 3: Polícia militar e organização religiosa no bairro	35
Figura 4: Ruas 4 e 3 do bairro Dabarú, respectivamente	36
Figura 5: Casa remanescente do bairro com hortas frutíferas.....	38
Figura 6: Mapa da área de estudo	46
Figura 7: Perguntas utilizadas para mensurar a privação alimentar.....	48
Figura 8: Declaração de gênero	59
Figura 9: Autodeclaração racial.....	60
Figura 10: Distribuição das etnias indígenas	61
Figura 11: Nível de escolaridade dos participantes	63
Figura 12: Quantidade de moradores no domicílio.....	65
Figura 13: Quantidade de crianças no domicílio	67
Figura 14: Renda familiar dos participantes	69
Figura 15: Familiar com maior renda na residência	70
Figura 16: Atividade profissional dos participantes	73
Figura 17: Participantes que recebem o Bolsa Família	75
Figura 18: Outros benefícios governamentais recebidos	77
Figura 19: Distribuição do nível de insegurança alimentar entre a população entrevistada	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Critérios de inclusão e exclusão adotados no estudo	45
Tabela 2: Classificação de Segurança Alimentar (EBIA)	47
Tabela 3: Percentual por gênero e segurança alimentar	80
Tabela 4: Percentual por etnia e segurança alimentar	81
Tabela 5: Percentual por renda e segurança alimentar	82
Tabela 6: Percentual por profissão e segurança alimentar	84
Tabela 7: Percentual por recebimento de auxílio e segurança alimentar	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – SOBERANIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E OS POVOS INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO NO BRASIL	15
1.1 SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR.....	15
1.2 SOBERANIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL	19
1.3 POVOS INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO	24
1.4 DESAFIOS ENFRENTADOS NA BUSCA POR SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR	28
CAPÍTULO 2 - CIDADE, BAIRRO E ABORDAGENS: ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	31
2.1 SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA: CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA	31
2.1.1 Dabarú: história, memória e infraestrutura	32
2.1.2 Organização comunitária e resiliência	37
2.1.3 Modos de vida, cerimônias e desafios	37
2.1.4 Pessoas notáveis do bairro Dabarú	39
2.1.5 Personalidades e contribuições.....	40
2.1.6 Iniciativas de desenvolvimento.....	42
2.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	43
2.2.1 População e amostra	44
2.2.2 Coleta de dados.....	45
2.2.3 Identificação dos níveis de segurança alimentar	47
2.2.4 Análise dos dados.....	49
2.2.5 Aspectos éticos da pesquisa.....	50
CAPÍTULO 3: SEGURANÇA ALIMENTAR, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E URBANIZAÇÃO NO BAIRRO DABARÚ	52
3.1 CAMINHANDO POR DABARÚ E OUVINDO SEUS RESIDENTES	52
3.2 ALIMENTAÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	55
3.3 SEGURANÇA ALIMENTAR, CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA NO BAIRRO DABARÚ	57
3.3.1 Distribuição da amostra em relação à declaração de gênero	58
3.3.2 Autodeclaração étnico-racial	59
3.3.3 Escolaridade.....	62
3.3.4 Quantitativo de pessoas no domicílio.....	64
3.3.5 Quantitativo de crianças e adolescentes no domicílio	66

3.3.6 Renda familiar	68
3.3.7 Morador com maior renda na família	70
3.3.8 Atividade profissional dos entrevistados	72
3.3.9 Recebimento do Bolsa Família	74
3.3.10 Recebimento de outros benefícios diferentes do Bolsa Família	77
3.3.11 Níveis de segurança alimentar	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE	95
APÊNDICE A – PROTOCOLO DE ENTREVISTA	95
APÊNDICE B – ANÁLISE INDIVIDUAL DE ALGUMAS PERGUNTAS DA ESCALA BRASILEIRA DE SEGURANÇA ALIMENTAR APLICADAS NO BAIRRO DABARÚ, SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	99
Preocupação com a falta de comida	99
Falta de dinheiro para comprar comida	100
Falta de dinheiro para alimentação saudável	102
Restrição alimentar por falta de dinheiro	103

INTRODUÇÃO

Mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como se os houvesse ali. Mostraram-lhes um carneiro; não fizeram caso dele.

Mostraram-lhes uma galinha; quase tiveram medo dela, e não lhe queriam pôr a mão. Depois lhe pegaram, mas como espantados.

Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel, figos passados. Não quiseram comer daquilo quase nada; e se provavam alguma coisa, logo a lançavam fora.

Trouxeram-lhes vinho em uma taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram dele nada, nem quiseram mais.

Trouxeram-lhes água em uma albarrada, provaram cada um o seu bochecho, mas não beberam; apenas lavaram as bocas e lançaram-na fora.¹

O contato inicial entre europeus e povos originários, narrado em uma das primeiras descrições do “encontro” colonial, apresenta não apenas o estranhamento diante dos elementos do mundo europeu, mas também a profunda diferença entre os modos de vida, as práticas alimentares e os sistemas simbólicos das duas culturas. Ao rejeitarem o pão, o vinho e outros alimentos trazidos pelos colonizadores, os indígenas não demonstravam apenas desconfiança diante do novo, mas também reafirmavam, ainda que de forma inconsciente, a centralidade de seus próprios saberes, costumes e referências culturais em torno da alimentação e da relação com o território.

Este breve relato, retirado da Carta de Pero Vaz de Caminha, remete a um momento fundacional da história do Brasil que ecoa, até hoje, nos desafios enfrentados pelos povos indígenas na defesa de sua soberania alimentar. A presente dissertação se insere nesse debate ao buscar compreender, a partir da realidade da comunidade indígena do Bairro Dabaru, em São Gabriel da Cachoeira/AM, como as práticas tradicionais, os contextos urbanos e as políticas públicas se entrelaçam na luta pelo direito de produzir, acessar e consumir alimentos conforme os próprios modos de vida.

¹ Trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha, escrita em 1500, que registra as primeiras impressões dos portugueses sobre os povos indígenas no momento do chamado “descobrimento” do Brasil. A reação dos indígenas aos alimentos europeus revela um choque cultural e evidencia a existência de práticas alimentares próprias, que expressavam modos de vida profundamente enraizados em seus territórios e tradições.

Trata-se de uma temática de crescente relevância no campo das ciências sociais e da saúde, especialmente quando se consideram os múltiplos desafios enfrentados por populações indígenas para garantir sua segurança alimentar e nutricional de maneira sustentável e autônoma.

A soberania alimentar, enquanto conceito, ultrapassa a simples garantia do acesso físico e econômico aos alimentos, proposta pela segurança alimentar. Ela incorpora dimensões políticas, culturais e sociais, defendendo o direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas e alimentares, com base em práticas tradicionais e no respeito à sua identidade.

O conceito de soberania alimentar foi consolidado internacionalmente durante o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, realizado em Havana, Cuba, em 2001. Foi nesse evento que se formalizou a ideia de que os povos têm o direito de produzir seus próprios alimentos e de controlar seus sistemas alimentares, como ressaltado por Marques (2010). Tal concepção se contrapõe a modelos de produção dominados por interesses corporativos e transnacionais, propondo, ao invés disso, um modelo que valoriza o controle local e o protagonismo das comunidades na condução de suas práticas alimentares.

A distinção entre segurança alimentar e soberania alimentar reside justamente no foco: enquanto a primeira se volta ao acesso e à disponibilidade de alimentos, a segunda prioriza o controle sobre os meios de produção, distribuição e consumo, implicando autonomia territorial, acesso a sementes crioulas e valorização da agricultura familiar (Belik; Siliprandi, 2010). Já a insegurança alimentar, constitui uma das expressões mais alarmantes das desigualdades sociais contemporâneas, sendo caracterizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) como a incerteza ou a impossibilidade de acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para a manutenção de uma vida ativa e saudável.

Ressalta-se que a insegurança alimentar se configura como um fenômeno recorrente e em expansão em diversas regiões do mundo, afetando de maneira mais acentuada as populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente aquelas que não dispõem dos recursos necessários para garantir uma alimentação que atenda aos requisitos mínimos de nutrição e saúde. Diversas iniciativas e políticas públicas têm sido desenvolvidas com o intuito de reduzir o número de pessoas impactadas por essa realidade. No entanto, persistem desafios importantes no que diz respeito à compreensão das causas que tornam determinados grupos sociais, como os povos indígenas, particularmente suscetíveis à insegurança alimentar (Peña *et al.*, 2009).

No contexto histórico, é importante destacar que os conflitos fundiários e as tensões em torno da posse da terra remontam à chegada dos colonizadores europeus. Esse processo de colonização implicou a imposição de novos comportamentos e práticas socioculturais, oriundos de contextos ambientais completamente distintos, que acabaram por desestabilizar o equilíbrio existente entre os povos indígenas e seu território (Riaño Umbarila, 2003).

Ao longo do tempo, os modos de vida tradicionais dessas populações têm sido profundamente afetados por transformações estruturais, impulsionadas por modelos econômicos exógenos e pelos efeitos da globalização. A gradual perda dos recursos naturais nos territórios indígenas, acompanhada do enfraquecimento dos saberes tradicionais associados ao seu manejo, tem provocado impactos significativos em sua autonomia alimentar e cultural. A crescente inserção desses povos nas dinâmicas da sociedade nacional e sua maior participação em economias locais têm contribuído para a diluição de suas identidades culturais, levando muitos a adotar práticas e estilos de vida alheios em busca de melhores condições de existência (Peña *et al.*, 2009).

Portanto, a relevância de se discutir a soberania alimentar e a segurança alimentar está diretamente relacionada ao direito humano à alimentação adequada. De um lado, garantir segurança alimentar é essencial para evitar a fome e a desnutrição; de outro, assegurar soberania alimentar é fundamental para promover a dignidade das comunidades, garantindo-lhes o controle sobre seus modos de vida e suas práticas produtivas.

Como afirmam Boni e Bosetti (2017), uma alimentação saudável e sustentável depende não apenas de disponibilidade, mas também de respeito aos modos de vida e saberes tradicionais. Contudo, ambas as dimensões enfrentam obstáculos significativos. A pobreza, a desigualdade e as mudanças climáticas são fatores que afetam diretamente a produção de alimentos e o acesso a eles, especialmente nas regiões mais isoladas e vulneráveis, como as comunidades rurais e indígenas da Amazônia (Hoyos; D'Agostini, 2017).

Dentro desse panorama, a comunidade de Dabarú apresenta uma realidade desafiadora e, ao mesmo tempo, reveladora. Situado no município de São Gabriel da Cachoeira, o bairro é habitado majoritariamente por populações indígenas que dependem da agricultura tradicional para sua subsistência.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo principal investigar a situação da segurança alimentar no bairro Dabarú, em São Gabriel da Cachoeira, a cidade mais indígena do Brasil. Como objetivo específico: traçar o perfil socioeconômico dos entrevistados; entender os determinantes sociais, econômicos e ambientais da (in)segurança alimentar em São Gabriel da Cachoeira; e identificar o nível da (in)segurança alimentar na área de estudo.

A justificativa desta dissertação reside na urgência de compreender os mecanismos que comprometem a soberania e a segurança alimentar de populações indígenas, especialmente em contextos urbanos, como o bairro Dabarú, onde os habitantes são predominantemente indígenas. Trata-se de um esforço não apenas analítico, mas também propositivo: busca-se oferecer dados para a formulação de políticas públicas eficazes, que respeitem os modos de vida tradicionais e promovam o fortalecimento das comunidades frente às adversidades econômicas e ambientais.

Além de documentar a situação atual, a pesquisa pretende fomentar o desenvolvimento de estratégias concretas para promover a equidade, a justiça social e o direito à alimentação. Importa destacar que, quando se trata de povos indígenas, é preciso considerar que as dificuldades enfrentadas não se limitam à pobreza material. Elas envolvem também questões mais amplas, como o reconhecimento da identidade cultural, a garantia de direitos específicos e o acesso equitativo aos recursos. Portanto, uma abordagem diferenciada e sensível é imprescindível para compreender e atuar de forma eficaz sobre os desafios alimentares enfrentados por essas comunidades.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos, organizados de forma a articular os fundamentos teóricos, os procedimentos metodológicos e a análise empírica, a fim de compreender os fatores que influenciam a soberania alimentar na comunidade indígena do Bairro Dabarú, no município de São Gabriel da Cachoeira/AM.

O Capítulo 1 apresenta o referencial teórico e contextual que fundamenta o estudo, com uma discussão inicial sobre os conceitos de segurança e soberania alimentar, seus significados, diferenças e complementaridades. Em seguida, são abordadas as especificidades dos povos indígenas no Brasil no que diz respeito ao acesso à alimentação e à luta por autonomia sobre seus sistemas alimentares. O capítulo também analisa a realidade dos povos indígenas em contextos urbanos, refletindo sobre os impactos da urbanização nos modos de vida tradicionais e os desafios que emergem nesse cenário. Por fim, são discutidas as interconexões entre os diversos obstáculos enfrentados por essas populações na busca pela segurança e soberania alimentar, considerando aspectos históricos, territoriais, culturais e socioeconômicos.

O Capítulo 2 é dedicado aos aspectos metodológicos da pesquisa. Nele, são apresentados o delineamento do estudo, a descrição da área de pesquisa, com foco na cidade de São Gabriel da Cachoeira e no Bairro Dabarú, bem como os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados. O capítulo detalha os critérios de seleção dos participantes, os instrumentos utilizados durante o trabalho de campo e os cuidados éticos observados, com

especial atenção à abordagem sensível às particularidades socioculturais das populações indígenas.

O Capítulo 3 apresenta os resultados da pesquisa de campo, iniciando com a caracterização do perfil socioeconômico dos moradores do Bairro Dabaru. A seguir, analisa-se a situação da segurança alimentar da comunidade, destacando os principais fatores de vulnerabilidade e os efeitos das transformações sociais, ambientais e econômicas sobre os modos de subsistência locais. O capítulo também evidencia estratégias de resistência e práticas comunitárias voltadas à manutenção da cultura alimentar indígena, indicando possíveis caminhos para o fortalecimento da soberania alimentar na região.

CAPÍTULO 1 – SOBERANIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E OS POVOS INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO NO BRASIL

Este capítulo aborda a interseção crucial entre soberania, segurança alimentar e os povos indígenas no Brasil, destacando suas complexidades e desafios. O objetivo principal é explorar como esses conceitos estão intrinsecamente ligados e como as comunidades indígenas enfrentam questões de acesso à alimentação adequada, especialmente em contextos urbanos.

O capítulo se inicia com um delineamento sobre o conceito de soberania alimentar e sua importância no contexto global, ressaltando sua relação com a autodeterminação dos povos e a garantia de seus direitos territoriais e culturais. Em seguida, é analisado como a segurança alimentar se torna uma preocupação fundamental, especialmente para grupos marginalizados como os povos indígenas, discutindo suas diversas dimensões, incluindo a disponibilidade, acessibilidade, adequação e sustentabilidade dos alimentos.

No segundo segmento, a revisão se concentra na situação específica dos povos indígenas no Brasil, examinando os desafios enfrentados por essas comunidades em termos de soberania e segurança alimentar. É destacado as questões históricas, políticas e socioeconômicas que impactam diretamente a capacidade desses grupos de garantir seus meios de subsistência e preservar suas tradições alimentares.

Por fim, é explorada a dinâmica única dos povos indígenas em contextos urbanos, considerando como a migração para áreas urbanas afeta suas práticas alimentares, identidade cultural e acesso a alimentos tradicionais. É analisado os desafios específicos que surgem quando essas comunidades enfrentam a transição para ambientes urbanos, bem como as estratégias de resistência e adaptação que desenvolvem para manter sua soberania e segurança alimentar.

1.1 SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

A segurança alimentar, como um direito humano fundamental, é essencial para garantir a dignidade e o bem-estar de todas as pessoas (Pandolfi *et al.*, 2020). Consagrada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal do Brasil, essa premissa básica estipula que todos têm o direito a alimentos adequados, nutritivos e culturalmente aceitáveis, garantindo assim uma vida digna e saudável (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009).

No entanto, para muitas comunidades indígenas no Brasil, essa garantia de segurança alimentar permanece elusiva e incompleta (Leite; Leite, 2022). Apesar de sua íntima relação com a terra e os recursos naturais, essas comunidades enfrentam uma série de desafios que minam sua capacidade de acessar alimentos de qualidade e manter suas práticas alimentares tradicionais.

Um dos principais obstáculos é a perda de territórios e recursos naturais devido à expansão agrícola, mineração, desmatamento e outros projetos de desenvolvimento que frequentemente ignoram ou violam os direitos territoriais dos povos indígenas (Moraes *et al.*, 2021). Isso não apenas os priva de acesso a recursos alimentares essenciais, mas também compromete suas identidades culturais e sistemas alimentares tradicionais, que estão intimamente ligados à terra e à biodiversidade local.

Além disso, as comunidades indígenas muitas vezes enfrentam discriminação e marginalização que limitam seu acesso a serviços básicos, como saúde e educação, afetando indiretamente sua segurança alimentar (Pandolfi *et al.*, 2020). A falta de infraestrutura adequada nas terras indígenas também pode dificultar o armazenamento e o transporte de alimentos, tornando-os vulneráveis à insegurança alimentar em caso de desastres naturais ou interrupções no fornecimento.

Em contextos urbanos, onde muitos indígenas migraram em busca de oportunidades econômicas ou fugindo de conflitos em suas terras, enfrentam desafios adicionais (Leite; Leite, 2022). A adaptação a ambientes urbanos muitas vezes significa uma desconexão dos sistemas alimentares tradicionais e uma maior dependência de alimentos industrializados, muitas vezes menos nutritivos e mais caros.

Diante desses desafios, é fundamental reconhecer e respeitar os direitos territoriais, culturais e alimentares dos povos indígenas (Moraes *et al.*, 2021). Promover a autonomia alimentar dessas comunidades não apenas fortalece sua resiliência e sustentabilidade, mas também contribui para a diversidade cultural e a segurança alimentar de toda a sociedade brasileira.

No que tange a soberania alimentar, como conceito, transcende a noção de segurança alimentar, abrangendo o direito dos povos de estabelecerem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis para produção, distribuição e consumo de alimentos. Em uma perspectiva histórica,

Os fundamentos iniciais da proposta de Soberania Alimentar foram divulgados cinco dias depois do Massacre de Eldorado de Carajás, no Brasil, por meio da declaração de Tlaxcala, produto da II Conferência Internacional da Vía Campesina (II CIVC), no México, em abril de 1996. Nesse momento histórico, o contexto caracterizava-se pela implementação das políticas de ajuste estrutural do BM [Banco Mundial] e do FMI [Fundo Monetário Internacional], e pelo incremento escandaloso da dívida externa, as corporações transnacionais concentravam terras, bosques, e fontes de água. Estes fatos, por sua vez, provocaram aumento da pobreza rural, maior destruição da natureza, expulsão de povos indígenas de seus territórios, migração forçada e massiva de famílias de agricultores para as cidades, além da repressão a que foram submetidos os movimentos camponeses de diferentes lugares da América Latina (Hoyos; D'Agostini, 2017, p.181)

Diante do exposto por Hoyos e D'Agostini (2017), que destacam a urgência de abordagens alternativas para enfrentar as injustiças e desafios enfrentados por comunidades rurais, indígenas e movimentos camponeses na América Latina, torna-se evidente a complexidade do panorama que envolve a segurança e a soberania alimentar.

Silva (2020), ao abordar os desafios relacionados aos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e soberania alimentar, destaca a intrincada natureza do conceito de "comida de verdade". Este conceito, fundamentado na justiça social e na independência em relação aos interesses de mercado, enfrenta obstáculos em um cenário onde os alimentos são cada vez mais tratados como mercadorias. A intensificação da produção, a industrialização e a globalização do sistema agroalimentar contribuem para o distanciamento das pessoas em relação à origem dos alimentos, interferindo nos hábitos alimentares e na cultura culinária.

Ao comparar a segurança alimentar com a soberania alimentar, observamos uma diferença fundamental. A aldeia Cinta Vermelha-Jundiba, examinada por Rocha e Liberato (2013), exemplifica esses conceitos ao optar por comprar terras ao invés de esperar pelo Estado homologar o seu território ancestral, o que faz desse caso único no país. Essa decisão não apenas proporcionou acesso aos alimentos, mas também conferiu à comunidade o poder de moldar seu sistema alimentar, evidenciando a interconexão entre acesso à terra, autonomia e segurança alimentar.

Contudo, ambos os conceitos enfrentam desafios significativos. A pobreza, um fator crucial, contribui para a insegurança alimentar, pois as pessoas em condições de acesso escasso a bens materiais, conseqüentemente têm menos acesso a alimentos. A desigualdade também desempenha um papel importante, com aqueles em áreas rurais ou comunidades marginalizadas sendo mais propensos à insegurança alimentar. Além disso, as mudanças climáticas estão tornando a produção agrícola mais difícil e cara, impactando especialmente áreas rurais (Hoyos; D'Agostini, 2017).

Nesse contexto, fica claro que os desafios enfrentados na busca por segurança e soberania alimentar são multifacetados. A desigualdade, como apontado por Hoyos e D'Agostini (2017), emerge como um elemento crucial, com comunidades em áreas rurais e periferias urbanas sendo mais propensas à insegurança alimentar. A complexidade do tema exige uma análise aprofundada das interações entre os diferentes fatores que afetam a garantia do direito à alimentação.

Portanto, ao considerarmos a urgência de abordagens alternativas e as complexidades envolvidas nos conceitos de segurança e soberania alimentar, é imperativo promover um diálogo contínuo entre as diferentes perspectivas apresentadas. A interconexão entre as discussões de Hoyos e D'Agostini (2017) Silva (2020), e Rocha e Liberato (2013) destaca a importância de uma abordagem holística para compreender e enfrentar os desafios persistentes enfrentados pelas comunidades na América Latina.

Hoyos e D'Agostini (2017, p. 196) ainda consideram que:

[...] a Soberania Alimentar necessita avançar e incluir entre suas estratégias um tipo de formação política permanente que articule dialeticamente o trabalho e a educação e permita aos trabalhadores rurais analisar a natureza, a história, as estratégias e os argumentos do monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos e atuar conseqüentemente.

A proposta de Silva (2020) para superar a fome e a insegurança alimentar destaca a importância de alinhar as ações de segurança alimentar aos princípios da soberania alimentar e do direito humano à alimentação e nutrição adequadas. Investir em práticas que promovam a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e transgênicos, é apontado como uma estratégia fundamental para alcançar esse objetivo. Essa abordagem não apenas aborda a questão da disponibilidade de alimentos, mas também enfatiza a qualidade nutricional e a independência em relação a práticas prejudiciais ao meio ambiente.

Neste contexto, a compreensão do conceito de "comida de verdade", como proposto por Silva (2020), emerge como fundamental para o exercício do controle social sobre as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A ênfase na ética alimentar e na valorização da diversidade alimentar e cultural do país destaca a importância de abordagens que respeitem e promovam a autonomia das comunidades na construção de sistemas alimentares mais sustentáveis e culturalmente relevantes. Isso destaca a interconexão entre a cultura alimentar, a segurança alimentar e a participação ativa na formulação de políticas públicas.

No âmbito da soberania alimentar, Rocha e Liberato (2013) conectam a discussão como um meio para alcançar a segurança alimentar, com especial atenção à “segurança alimentar

baseada na cultura”. Para os autores, a segurança alimentar baseada na cultura é um conceito que reconhece a importância das práticas alimentares tradicionais e das identidades culturais na garantia do acesso a alimentos nutritivos e culturalmente adequados. Em vez de adotar uma abordagem universalista para a segurança alimentar, que tende a homogeneizar os padrões alimentares, essa perspectiva valoriza a diversidade de alimentos, saberes e práticas alimentares presentes em diferentes comunidades e culturas.

Logo, essa abordagem reconhece que os alimentos desempenham papéis muito além da simples nutrição. Eles são fundamentais para a expressão cultural, social e espiritual das comunidades. Portanto, a segurança alimentar baseada na cultura busca preservar e promover as práticas alimentares tradicionais, respeitando as relações intrínsecas entre os alimentos, as pessoas e o meio ambiente.

A interconexão entre a soberania alimentar e a saúde nutricional é um aspecto crucial discutido por Welch *et al.* (2021), que oferecem uma análise abrangente sobre o perfil alimentar de domicílios indígenas no Brasil. Seu estudo vai além da mera observação dos hábitos alimentares, adentrando na complexa teia de relações entre autonomia na produção e escolha de alimentos, e o impacto direto na saúde das comunidades.

Ao explorar as dinâmicas alimentares desses domicílios, Welch *et al.* (2021) revelam como a capacidade de produzir e selecionar alimentos de acordo com as necessidades e tradições culturais de cada comunidade é fundamental para garantir uma dieta equilibrada e nutritiva. A autonomia na escolha de alimentos não apenas reflete a soberania alimentar, mas também desempenha um papel crucial na prevenção de doenças relacionadas à má nutrição e na promoção de uma vida saudável.

1.2 SOBERANIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

A análise dos estudos de Farfán *et al.* (2018), Rocha e Liberato (2013), Welch *et al.* (2021) e Fávaro *et al.* (2006) revela convergências e divergências que instigam uma discussão mais profunda sobre as dinâmicas da segurança alimentar nessas comunidades.

Farfán *et al.* (2018) e Rocha e Liberato (2013) destacam o papel crucial do território na segurança alimentar. Na comunidade La Gabriela, as práticas alimentares são moldadas pelo ambiente, enquanto em Cinta Vermelha-Jundiba, a compra de terra é vista como relevante na busca pela soberania alimentar. Ambos os estudos sublinham a relação entre território, autonomia e identidade cultural na promoção da segurança alimentar.

A perspectiva internacional é ampliada por Farfán *et al.* (2019), que analisam as condições de uma comunidade indígena na Colômbia. Ao transcender as fronteiras brasileiras, esse estudo ressalta que as experiências e desafios na segurança alimentar das comunidades indígenas são compartilhados em diferentes contextos, destacando a necessidade de estratégias e políticas mais amplas para enfrentar essas questões.

A aquisição de terras pelos líderes indígenas da aldeia Cinta Vermelha-Jundiba, abordada por Rocha e Liberato (2013), é considerada um ato que rompe com as políticas paternalistas do Estado e com uma visão predominante de luta por direitos ao território demarcado. A autoria também demonstra como essa iniciativa contribuiu para afastar as famílias da pobreza urbana, destacando a importância de abordagens práticas para garantir a segurança alimentar.

A Aldeia Cinta Vermelha-Jundiba, localizada no município de Araçuaí, no estado de Minas Gerais, Brasil, ocupa uma área de aproximadamente 68 hectares. Esta comunidade é composta por cinco famílias indígenas que, em 2005, decidiram unir forças e adquirir a terra para iniciar um novo projeto de vida. As famílias descendem dos povos indígenas Cinta Larga e Karitiana (Pereira, 2024).

Segundo Pereira (2024), utilizando seu território de forma sustentável, a comunidade Cinta Vermelha-Jundiba combina práticas tradicionais com conhecimentos modernos. A agricultura familiar é a base da alimentação, onde cultivam uma diversidade de produtos como milho, feijão, mandioca, banana e abacaxi. Técnicas agroecológicas são empregadas para garantir a produção de alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos, contribuindo para a preservação ambiental.

Além da agricultura, a comunidade pratica a permacultura, um sistema de manejo da terra que visa a criação de ambientes sustentáveis e produtivos. A criação de animais de pequeno porte, como galinhas e porcos, complementa a alimentação, enquanto a produção de artesanato e o extrativismo sustentável de recursos naturais, como frutos e plantas medicinais, agregam à renda e à diversificação das atividades produtivas (Rocha; Liberato, 2013).

A forma como a Aldeia Cinta Vermelha-Jundiba utiliza seu território é fundamental para sua soberania alimentar. Conforme destacado por Liberato (2018), a produção de alimentos saudáveis e a valorização da cultura alimentar tradicional garantem a segurança alimentar e fortalecem a identidade da comunidade. Com autonomia para decidir o que plantar, como cultivar e como consumir seus alimentos, a comunidade busca a diversificação das atividades produtivas para assegurar sua autonomia e bem-estar.

Assim, a experiência da Aldeia Cinta Vermelha-Jundiba exemplifica como a gestão sustentável do território pode contribuir para a soberania alimentar e o bem-viver dos povos indígenas, oferecendo um modelo inspirador de convivência harmoniosa com a natureza e promoção da segurança alimentar com respeito às tradições ancestrais.

O estudo de Welch *et al.* (2021) oferece uma análise regional da soberania alimentar entre comunidades indígenas no Brasil, destacando o avanço do agronegócio na região amazônica como uma ameaça direta à segurança alimentar, indicando uma mudança na dinâmica de produção e acesso a alimentos nessas áreas.

Na região Norte, por exemplo, observou-se uma frequência significativa de atividades de subsistência familiar e comunitária, como horticultura, caça, pesca e recolha. Grande parte dos alimentos consumidos nessas áreas foi produzida internamente, abrangendo uma variedade impressionante que incluía ovos, milho, legumes, leite, carne bovina, caprina, suína, entre outros. Notavelmente, a produção indígena desempenhou um papel crucial nessa região, sugerindo uma menor dependência de alimentos industrializados e ultraprocessados (Welch *et al.*, 2021).

Por outro lado, nas regiões Nordeste e Sul/Sudeste, as atividades de subsistência familiar eram menos frequentes em comparação com o Norte. Aqui, a aquisição de alimentos ocorria principalmente por meio de compra, com destaque para a inclusão de carne de caça, muitas vezes obtida por doações de fora da aldeia ou comunidade (Welch *et al.*, 2021).

Segundo Welch *et al.* (2021), a região Centro-Oeste se destacou por um padrão distinto de aquisição alimentar, onde cerca de 90% dos domicílios relataram receber doações de alimentos básicos, como arroz, milho, feijão e laticínios, em proporções pronunciadas. Nessa área, a presença de muitos alimentos adquiridos por meio de doações externas foi significativa, refletindo uma dependência notável desses recursos alimentares.

Dessa forma, as cestas básicas desempenharam um papel crucial na alimentação das famílias em todo o Brasil, mas foram especialmente proeminentes na região Centro-Oeste, onde quase 90% dos domicílios receberam esse tipo de ajuda alimentar. Essas doações externas, contendo itens essenciais como arroz, milho, feijão e laticínios, desempenharam um papel vital na sustentação nutricional das famílias nessa região (Welch *et al.*, 2021).

Fávaro *et al.* (2007) ampliam a perspectiva, oferecendo um olhar sobre a insegurança alimentar entre as famílias Teréna, destacando a dependência de cestas básicas e programas de transferência de renda para manter níveis mínimos de acesso à alimentação que, ao longo do tempo, pode perpetuar a vulnerabilidade dessas comunidades, pois, embora seja importante no combate a fome, os alimentos distribuídos não correspondem aos hábitos alimentares do

referido povo indígena e os programas de transferência de renda não foram capazes de retirar os sujeitos da condição de insegurança alimentar.

No que se refere a programas de transferência de renda, a pesquisa de Piperata; Mcsweeney; Murrieta (2016) traz uma perspectiva crítica ao avaliar o Programa Bolsa Família (PBF) no contexto da redução da pobreza. A pesquisa destaca a importância de considerar a variação dentro e entre as populações-alvo ao avaliar programas sociais. Além disso, a falta de conhecimento sobre os impactos do PBF na segurança alimentar de crianças e mães é ressaltada, destacando a necessidade de uma análise mais aprofundada desses programas.

Além disso, é importante considerar que a nutrição adequada é essencial para o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, ressaltando que a medição direta da adequação alimentar sugere que o PBF não apenas falha em alcançar seus objetivos, mas também mina a segurança alimentar em níveis individual, domiciliar e comunitário. A distorção das economias rurais pelo PBF, tornando-se uma fonte principal de renda em ambientes carentes de dinheiro, levanta questões sobre os impactos dessas mudanças, especialmente ao comparar com experiências em outras regiões (Piperata; Mcsweeney; Murrieta, 2016).

O estudo de Piperata; Mcsweeney; Murrieta (2016) aponta para a falta notável de escrutínio global do desempenho do PBF e destaca a necessidade de uma monitorização cuidadosa durante sua replicação global. Ressalta-se o papel crucial dos antropólogos na liderança do monitoramento de programas, utilizando dados etnográficos para informar e testar a eficácia dessas iniciativas. Isso promove uma abordagem mais holística na redução da pobreza, incorporando perspectivas culturais e sociais na avaliação de políticas públicas.

No entanto, um ponto crítico que surge dessa análise é o desvio de investimentos públicos do PBF, potencialmente prejudicando setores essenciais como educação e saúde. A ausência de melhorias significativas na infraestrutura de saúde e educação, juntamente com altas taxas de absenteísmo docente, levanta preocupações sobre a eficácia do programa em contribuir para o desenvolvimento do capital humano a longo prazo (Piperata; Mcsweeney; Murrieta, 2016). Essa reflexão destaca a necessidade de uma gestão mais eficiente e uma avaliação mais abrangente dos impactos sociais de programas de redução da pobreza.

Silva (2020) enriquece o debate ao atribuir a fome e a insegurança alimentar às desigualdades sociais do sistema capitalista, onde a concentração dos meios de produção limita o acesso da população aos alimentos. A crítica à abordagem centrada no aumento da produção, principalmente pelo agronegócio, ressalta a necessidade de priorizar a agricultura camponesa. Além da disponibilidade, destaca-se a importância de garantir acesso permanente aos alimentos,

demandando renda suficiente para assegurar o direito à alimentação sem comprometer outros direitos, como o direito à moradia.

Além disso, a saúde é identificada como um fator crucial na insegurança alimentar, com doenças, incluindo a desnutrição, impactando a capacidade das comunidades indígenas de produzir e consumir alimentos de maneira adequada (Fávaro *et al.*, 2007). Essa interligação entre saúde e segurança alimentar destaca a necessidade de abordagens integradas que considerem não apenas a disponibilidade de alimentos, mas também a saúde e bem-estar das comunidades. Este ponto ressalta a necessidade premente de políticas mais sustentáveis, alinhadas às especificidades culturais e aos hábitos alimentares das comunidades indígenas.

É notório que a superação da insegurança alimentar entre comunidades indígenas é crucial não apenas para garantir o direito à alimentação adequada, mas também para preservar a rica diversidade cultural e promover o bem-estar dessas populações. O envolvimento ativo de todos os setores da sociedade é necessário para enfrentar esses desafios complexos e construir um futuro mais justo e equitativo para as comunidades indígenas no Brasil.

Cabe ressaltar que a promoção de estilos de vida alimentares saudáveis e sustentáveis se torna uma meta significativa, não apenas focando na resolução de problemas imediatos, como a desnutrição ou a obesidade infantil, mas também visando estabelecer bases sólidas para a construção de sociedades mais saudáveis e resilientes (Segall-Corrêa e Marin-Leon, 2009). Essa abordagem holística não apenas aborda os desafios imediatos, mas também contribui para a criação de ambientes alimentares que incentivem escolhas saudáveis e sustentáveis ao longo do tempo (Fávaro *et al.*, 2006).

Convém destacar que a análise dos estudos sobre segurança alimentar em comunidades indígenas no Brasil revela uma perspectiva detalhada das condições enfrentadas por esses grupos, conforme ressaltado por Fávaro *et al.* (2007). Direcionando sua atenção para as famílias indígenas Terena em Mato Grosso do Sul, os autores proporcionam uma visão mais específica das dinâmicas de segurança alimentar nesse contexto. Essa abordagem detalhada contribui para uma compreensão mais profunda das necessidades e desafios enfrentados por comunidades específicas, reconhecendo a diversidade dentro do espectro indígena.

Além disso, a promoção da educação alimentar e nutricional surge como uma ferramenta essencial para conscientizar os indígenas sobre a importância de uma alimentação saudável e equilibrada, contribuindo para a prevenção de doenças relacionadas à nutrição (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009).

No contexto geral, os estudos de Farfán *et al.* (2018), Rocha e Liberato (2013), Welch *et al.* (2021) e Fávaro *et al.* (2006) reforçam a importância de abordagens integradas, que

considerem fatores como território, autonomia cultural, políticas pragmáticas e impactos externos, na promoção da segurança alimentar em comunidades indígenas. As pressões do mercado, mudanças climáticas e políticas governamentais emergem como desafios comuns que demandam ações coordenadas para garantir a sustentabilidade alimentar dessas populações.

1.3 POVOS INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO

Segundo Radicchi (2020), baseado no censo demográfico do IBGE de 2010, as principais características demográficas da população indígena nas microrregiões do estado do Amazonas são as seguintes: A maior parte da população do Amazonas é urbana (79,1%). A microrregião de Manaus sozinha contabiliza pouco mais de 1,9 milhão de indivíduos do total de 2.755.484 em situação urbana. Os indígenas constituem 1,2% da população urbana, pouco maior do que os amarelos (1,0%). Nas microrregiões investigadas, a população indígena urbana é predominante no Rio Negro (31,7%). As três microrregiões com as maiores populações de indígenas urbanos são Rio Negro, Alto Solimões e Manaus, totalizando 85,1% da população indígena urbana do estado.

Observa-se uma presença maior de mulheres indígenas na situação urbana (50,2%) do que de homens indígenas (49,8%). As pirâmides demográficas indígenas apresentam uma base alargada, indicando uma população jovem. Essas são algumas das principais características demográficas da população indígena nas microrregiões do estado do Amazonas, conforme o estudo realizado por Radicchi (2020).

Ao comparar indígenas e não indígenas, as áreas urbanas do Sul do Brasil concentraram as mais elevadas prevalências da correlação negativa entre população indígena e saneamento básico. Ou seja, os domicílios indígenas mostraram índices mais baixos de presença simultânea dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, indicando uma situação de maior vulnerabilidade (Raupp *et al.*, 2019).

No estudo de Radicchi (2020), é descrito que os indígenas são a categoria de cor/raça com os menores indicadores socioeconômicos, como faixa de rendimento e percentual de alfabetização. Em diversas regiões, os indígenas urbanos apresentam prejuízos nos indicadores socioeconômicos em relação à categoria de cor/raça branca. Isso inclui escolaridade, ocupação, rendimento e condições do domicílio. Curiosamente, em algumas microrregiões e para algumas variáveis analisadas, como percentual de alfabetização no Rio Negro e condições do entorno

do domicílio no Alto Solimões, os indígenas apresentam padrões diferenciados, com pretos, pardos ou brancos apresentando percentuais menos adequados.

Em relação às questões sanitárias, o estudo de Giatti *et al.* (2007) teve como objetivo descrever as condições sanitárias, sociais e ambientais na Área Indígena de Iauaretê, localizada na região amazônica do Brasil, no município de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas. Foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa, com métodos de pesquisa-ação, incluindo entrevistas, estudos de água e análise de resíduos sólidos.

Os resultados revelaram a presença de coliformes fecais em 89,2% das amostras de água, bem como a falta de soluções adequadas para a disposição de resíduos sólidos. As práticas sanitárias dos indígenas foram identificadas como preocupantes do ponto de vista da saúde pública, exigindo a implementação de ações conjuntas e participação da comunidade para solucionar os problemas de saúde coletiva. O estudo destacou a necessidade de considerar as particularidades locais e a abordagem interdisciplinar em saúde para promover melhores condições de vida e saúde para a população indígena.

É importante considerar que no estudo de Raup *et al.* (2019), o esgotamento sanitário foi o serviço de saneamento básico com as menores prevalências de ocorrência em todos os estratos analisados. As frequências de esgotamento sanitário foram particularmente baixas nos domicílios indígenas. Dessa forma, Raup *et al.* (2019) corrobora com a perspectiva de Giatti *et al.* (2007), que ressalta a necessidade de políticas públicas e ações que promovam a equidade no acesso aos serviços de saneamento básico, garantindo que todas as comunidades, incluindo as indígenas, tenham acesso adequado a esses serviços essenciais.

Apesar das desvantagens socioeconômicas dos indígenas em relação a outras categorias, em algumas situações específicas, como condições peri-domiciliares, os indígenas podem apresentar melhores indicadores, explicados, em parte, pelo maior tempo de migração e conexões com o território de uma etnia específica. Essas informações destacam as diferenças na situação socioeconômica dos indígenas urbanos em comparação com outras categorias de cor/raça, evidenciando desafios e nuances nesse contexto (Radicchi, 2020).

As práticas sanitárias dos indígenas de Iauaretê contribuem para o agravamento dos fatores de risco à saúde de várias maneiras. A dispersão de dejetos humanos e resíduos sólidos em áreas peridomiciliares contribui para a contaminação de fontes de água, proliferação de vetores e disseminação de doenças parasitárias intestinais. Além disso, a falta de água em quantidade e qualidade satisfatórias nos domicílios, juntamente com práticas de higiene pessoal e a manipulação de alimentos sem os cuidados necessários, acentuam a gravidade da situação (Giatti *et al.*, 2007).

A falta de infraestrutura obrigatória e necessária para a prevenção de doenças e a proteção da saúde pública, como água encanada nos domicílios, banheiros e sistemas de tratamento de esgoto e resíduos, também são elementos que agravam a situação (Giatti *et al.*, 2007).

As crenças mitológicas e os valores tradicionais culturais desempenham um papel significativo na discordância entre as práticas cotidianas dos indígenas de Iauaretê e o conhecimento sanitário oferecido pela sociedade envolvente. De acordo com o estudo de Giatti *et al.* (2007), as crenças mitológicas dos indígenas influenciam diretamente seu comportamento cotidiano, incluindo suas explicações para o surgimento de doenças e suas práticas de medicina tradicional de cura. Mesmo com a familiaridade dos indígenas com conceitos biomédicos, a apropriação dessas ideias é caracterizada como "bricolage", pautada pela lógica do pensamento mítico, o que promove uma ressignificação considerável do sentido original desses conceitos científicos.

Essa situação descrita por Giatti *et al.* (2007) reflete uma discordância entre as concepções e regras de conduta impostas pela sociedade envolvente e os valores tradicionais culturais dos indígenas. As crenças mitológicas e os valores culturais são a referência para as práticas cotidianas dos indígenas de Iauaretê, o que gera um conflito entre o conhecimento sanitário oferecido pela sociedade envolvente e as práticas tradicionais dos indígenas.

Portanto, a importância das crenças mitológicas e dos valores tradicionais culturais na discordância entre as práticas cotidianas dos indígenas de Iauaretê e o conhecimento sanitário oferecido pela sociedade envolvente é fundamental para compreender a complexidade das questões de saúde coletiva nessa comunidade. A resolução desses conflitos requer uma abordagem interdisciplinar em saúde, contemplando tanto aspectos sociais e antropológicos quanto ambientais e ecológicos, e a busca conjunta de soluções adequadas para a melhoria das condições locais.

No que se refere às práticas alimentares dos povos indígenas em contexto urbano, é importante entender uma série de transformações em tais práticas alimentares, influenciadas por fatores socioeconômicos e culturais. A pesquisa de Santos (2008), por exemplo, revela que a mudança para a cidade é motivada por expectativas de acesso a produtos e valores associados à cultura urbana, o que impacta diretamente nas escolhas alimentares. Além disso, a condição de indígenas que migraram para o espaço urbano proporciona experiências de vida semelhantes, marcadas por condições sociais adversas, estigma, falta de infraestrutura e desestruturação familiar.

Segundo o autor supracitado, as mulheres indígenas enfrentam desafios na gestão do núcleo familiar praticamente sozinhas, devido à dificuldade de trabalho e à falta de recursos. Segundo Santos (2008), há um destaque para a importância da reciprocidade entre os produtos "da roça" e "da loja", demonstrando a complexa interação entre a dieta urbana e as práticas tradicionais. Por exemplo, a solidariedade entre mulheres proporciona a circulação de parentes em suas casas, onde alimentos da roça são trazidos como dádivas, estabelecendo um circuito de trocas.

Essas trocas representam a aquisição de alimentos da roça, enquanto nas casas onde a mulher possui roça, ela pode vender ou trocar seus produtos pelos industrializados, acionando uma rede de dádivas. Além disso, a agência civilizadora dos alimentos é um fator fundamental para compreender essa nova realidade, estando dotada de uma espécie de "agência domesticadora".

As mulheres indígenas, mesmo após migrarem para a cidade, mantêm vínculos com a cultura tradicional, buscando preservar suas identidades e negociando entre os projetos de "indigenidade" e "urbanidade" por meio do consumo alimentar (Santos, 2008). Portanto, a mudança para a cidade afeta as escolhas alimentares das mulheres indígenas, influenciando não apenas suas práticas alimentares, mas também suas identidades culturais e suas relações sociais e econômicas.

No entanto, a transição alimentar das populações indígenas, devido ao contato com a civilização urbana, tem gerado desafios no estado nutricional e na saúde bucal, com a prevalência de desnutrição infantil, sobrepeso, obesidade, alto índice de cárie e doença periodontal em comunidades que passam por mudanças de hábitos (Moura; Batista; Moreira, 2010). Essas transformações alimentares, marcadas pelo consumo de alimentos industrializados e o abandono de práticas tradicionais, resultam em desafios no estado nutricional e na saúde bucal, impactando negativamente a qualidade de vida e a saúde dessas populações.

Porém, segundo Melo (2013), ao analisar o povo Baré no contexto urbano da cidade de Manaus, observou que eles mantêm vínculos com suas raízes, realizando festas e mantendo práticas tradicionais mesmo na cidade, inclusive, a alimentação. As complexidades enfrentadas pelos povos indígenas urbanos em meio às adversidades, lutas por direitos e agência na construção do cotidiano urbano são ressaltadas.

Os indígenas Baré percebem Manaus como uma cidade marcada por desigualdades sociais e violências, mas também como um local de oportunidades e diversidade cultural. Eles reconhecem a importância da cidade como espaço de luta por direitos e de construção de suas identidades étnicas.

A pesquisa de Santos (2008) destaca que a agência não se limita apenas aos indivíduos, mas também se estende aos objetos e recursos disponíveis. Isso significa que as mulheres indígenas utilizam sua agência para selecionar e atribuir significados aos alimentos consumidos, refletindo suas identidades e valores culturais. Além disso, a agência é observada na forma como as mulheres indígenas buscam preservar suas práticas alimentares tradicionais, mesmo diante das pressões para adotar padrões alimentares "aceitos" pela cultura urbana.

Dessa forma, as organizações indígenas têm contribuído para a reafirmação étnica dos povos indígenas na cidade através da promoção de eventos culturais, debates sobre direitos indígenas e fortalecimento da identidade étnica. Elas atuam como espaços de articulação política e social, permitindo que os indígenas tenham voz e representatividade na cidade. Além disso, essas organizações buscam garantir o respeito e a valorização das culturas indígenas no contexto urbano (Melo, 2013).

Para promover a segurança alimentar e nutricional das populações indígenas diante da transição alimentar, são necessárias medidas como intervenções específicas voltadas para assistência à saúde, saneamento básico, acesso à terra e educação. Além disso, programas direcionados para garantir a sustentabilidade alimentar, preservação de práticas tradicionais de alimentação e promoção de hábitos saudáveis são essenciais para mitigar os impactos negativos da transição alimentar nessas comunidades (Moura; Batista; Moreira, 2010).

1.4 DESAFIOS ENFRENTADOS NA BUSCA POR SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

Ao integrar as diferentes perspectivas apresentadas por Fávoro *et al.* (2007), Rocha e Liberato (2013), Welch *et al.* (2021) e Piperata; Mcsweeney; Murrieta (2016), surge uma visão abrangente da complexidade e interconexão dos desafios enfrentados na busca por segurança e soberania alimentar. Essa diversidade de contextos, a necessidade de estratégias específicas para diferentes comunidades e a avaliação crítica de programas sociais destacam a importância de uma abordagem interdisciplinar para abordar as questões relacionadas à alimentação e nutrição em contextos diversos.

As diferentes perspectivas evidenciam a diversidade de contextos e a importância de estratégias específicas, reconhecendo que não existe uma solução única para todos os desafios enfrentados por comunidades distintas.

A crítica levantada por Piperata; Mcsweeney; Murrieta (2016) sobre o desvio de investimentos públicos do PBF (Programa Bolsa Família) ressalta a importância de uma gestão eficiente dos programas sociais, garantindo que seu impacto vá além do alívio imediato da pobreza, abordando as necessidades a longo prazo, especialmente nas áreas de saúde e educação.

A chamada de Silva (2020) para uma compreensão mais profunda do conceito de "comida de verdade" destaca a necessidade de uma ética alimentar que valorize a diversidade cultural e promova práticas alimentares mais sustentáveis. Esta abordagem, integrando a cultura alimentar local, emerge como uma peça-chave na promoção da segurança alimentar e na participação ativa das comunidades na formulação de políticas públicas.

A conclusão que se extrai dessas reflexões é que a segurança e soberania alimentar não são apenas questões de disponibilidade física de alimentos, mas envolvem complexas interações entre fatores sociais, culturais, econômicos e políticos. Os estudos de Fávaro *et al.* (2007), Rocha e Liberato (2013), Welch *et al.* (2021), Piperata; Mcsweeney; Murrieta (2016) e Silva (2020) destacam a necessidade de considerar as especificidades de cada comunidade, reconhecendo a diversidade como uma força motriz para a construção de estratégias mais eficazes e culturalmente relevantes.

Os estudos sobre a população indígena nas microrregiões do estado do Amazonas apresentam vários pontos em comum, revelando um panorama consistente de desafios e características dessa população. Primeiramente, todos os estudos destacam as disparidades socioeconômicas e sanitárias enfrentadas pelos indígenas em comparação com outras categorias de cor/raça. Radicchi (2020) e Raupp *et al.* (2019) evidenciam as desvantagens dos indígenas urbanos em termos de renda, escolaridade, ocupação e condições domiciliares, além de acesso inadequado a serviços de saneamento básico. Giatti *et al.* (2007) corroboram esses achados, apontando para a precariedade das condições sanitárias nas áreas indígenas, com altos índices de contaminação da água e manejo inadequado de resíduos sólidos.

Outro ponto em comum é a ênfase nas dificuldades que os indígenas enfrentam ao se adaptarem ao ambiente urbano. Santos (2008) e Melo (2013) exploram como a migração para a cidade implica na negociação de identidades e práticas culturais, onde os indígenas buscam manter tradições enquanto enfrentam os desafios da urbanidade. Essa transição afeta diretamente as escolhas alimentares e as condições de vida, como descrito por Santos (2008), que detalha a interação complexa entre dieta tradicional e produtos industrializados.

Os estudos também ressaltam a importância da participação comunitária e de abordagens interdisciplinares para melhorar as condições de vida das populações indígenas.

Giatti *et al.* (2007) e Moura, Batista e Moreira (2010) sublinham a necessidade de incluir as particularidades culturais e sociais dos indígenas na elaboração de políticas públicas e programas de saúde, saneamento e nutrição. A integração de conhecimentos tradicionais e a promoção da autonomia das comunidades são vistas como essenciais para alcançar melhorias sustentáveis.

Além disso, os estudos indicam que, apesar das adversidades, as comunidades indígenas demonstram uma capacidade significativa de agência e resiliência. Melo (2013) destaca a forma como os Baré mantêm suas tradições e lutam por seus direitos na cidade de Manaus, enquanto Santos (2008) aponta para a capacidade das mulheres indígenas de negociar entre práticas alimentares tradicionais e urbanas.

Por fim, todos os estudos sublinham a necessidade urgente de políticas públicas inclusivas e sensíveis às especificidades culturais e sociais das populações indígenas. A desigualdade no acesso a serviços essenciais, como saneamento, saúde e educação, e a necessidade de garantir a segurança alimentar e nutricional são temas recorrentes. Esses pontos comuns evidenciam a complexidade e a interdependência dos desafios enfrentados pelos indígenas e a importância de abordagens integradas e contextualmente informadas para promover a equidade e o bem-estar dessas comunidades.

Portanto, a busca por soluções eficazes para as questões alimentares e nutricionais em comunidades indígenas requer um diálogo contínuo entre diferentes disciplinas. Somente dessa maneira será possível alcançar avanços significativos na promoção da segurança e soberania alimentar, garantindo o direito fundamental à alimentação adequada e nutrição para todas as comunidades.

CAPÍTULO 2 - CIDADE, BAIRRO E ABORDAGENS: ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1 SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA: CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Localizado no extremo noroeste do estado do Amazonas, na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, São Gabriel da Cachoeira é um município de características únicas no cenário nacional. Com uma impressionante extensão territorial de mais de 109 mil km². No entanto, o que realmente o distingue não é seu tamanho geográfico, mas sim sua importância sociocultural, especialmente no que diz respeito à população indígena. Com cerca de 90% de seus habitantes pertencentes a diferentes etnias originárias, São Gabriel da Cachoeira se consolida como símbolo da pluralidade étnica e linguística brasileira e, ao mesmo tempo, como reflexo das desigualdades e desafios enfrentados pelas populações da Amazônia.

A composição demográfica da região revela uma densidade populacional extremamente baixa, apenas 0,47 hab./km², segundo o Censo de 2022 que está diretamente relacionada ao modo de vida das comunidades indígenas, muitas das quais vivem em áreas ribeirinhas ou florestais, distantes da sede municipal. Essas comunidades pertencem a diversas etnias, como os Baniwa, Tukano, Yanomami, Baré, entre outras, e estão distribuídas em uma complexa malha de rios e igarapés que conecta aldeias e comunidades isoladas. Essa realidade traz à tona um importante questionamento: *como garantir direitos e políticas públicas efetivas em um território tão vasto, disperso e culturalmente diverso?*

Nesse contexto, a oficialização de três línguas indígenas – nheengatu, tukano e baniwa, ao lado do português, é um marco histórico e simbólico. Tal reconhecimento, previsto na Lei Municipal nº 145/2002, representa uma importante valorização das identidades culturais locais e rompe com a lógica de invisibilização que historicamente marcou as relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas. Ao reconhecer essas línguas como cooficiais, São Gabriel da Cachoeira assume um papel pioneiro na promoção da interculturalidade e na garantia de direitos linguísticos, reforçando a importância da diversidade como patrimônio a ser protegido e valorizado.

Por outro lado, os desafios socioeconômicos permanecem expressivos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), de 0,609 (classificado como médio), e o índice de Gini de 0,80, que evidencia uma profunda desigualdade social, demonstram o contraste entre riqueza natural e pobreza estrutural.

Diante desse panorama, São Gabriel da Cachoeira surge como um microcosmo dos dilemas amazônicos. Ao mesmo tempo em que simboliza resistência cultural e diversidade, carrega as marcas da exclusão socioeconômica e da fragilidade institucional.

2.1.1 Dabarú: história, memória e infraestrutura

O Bairro Dabarú (Figura 1), situado na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, carrega uma história rica e profunda, marcada pela confluência de diversas culturas indígenas. Fundado oficialmente na década de 1970, segundo a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Dabarú começou como uma pequena vila de pescadores e agricultores, formada por migrantes das margens do rio Negro e de comunidades indígenas mais afastadas.

Segundo Mongabay Brasil (2021) esses primeiros habitantes, principalmente das etnias Tukano, Baniwa, e Yanomami, buscavam melhores condições de vida, acesso à educação e serviços de saúde que a proximidade com o centro urbano poderia oferecer.

Figura 1: Registro fotográfico do Bairro Dabarú



Fonte: Fotografia realizada pela autora durante a pesquisa de campo (2024)

Antes de sua urbanização, a região onde hoje se encontra o bairro era uma área de floresta densa, utilizada pelas comunidades indígenas para a caça e coleta. A escolha do local para o assentamento foi estratégica: próximo ao rio e à cidade, mas ainda mantendo um certo isolamento que permitia a continuidade de práticas tradicionais.

A urbanização trouxe consigo a pavimentação das principais ruas, a instalação de redes elétricas e a construção de um posto de saúde (figura 3). A Unidade Básica de Saúde (UBS) Dabarú é um centro de atendimento primário à saúde que oferece diversos serviços à comunidade local. Situada na Rua 6, s/n, a UBS opera de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h (figura 2). Os serviços disponibilizados incluem consultas ambulatoriais, imunizações, curativos, além de atendimentos odontológicos. A equipe é composta por médicos, enfermeiros, cirurgiões-dentistas, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde.

Figura 2: UBS São Gabriel da Cachoeira



Fonte: Fotografia realizada pela autora durante a pesquisa de campo (2024)

Outro marco importante no desenvolvimento do bairro foi a construção da Escola Municipal Indígena Dabarú em 2004. A escola, construída com o esforço coletivo da comunidade e apoio de organizações governamentais e não governamentais, foi projetada para atender às necessidades educacionais específicas das crianças indígenas, proporcionando um currículo que respeitava e valorizava as culturas e línguas locais (Mongabay Brasil, 2021).

A infraestrutura física observada na Figura 3 demonstra a existência de alguns equipamentos institucionais importantes, como um destacamento policial e uma organização religiosa.

Figura 3: Polícia militar e organização religiosa no bairro



Fonte: Fotografia realizada pela autora durante a pesquisa de campo (2024)

A presença da Polícia Militar, relativamente bem estruturada, reforça a presença institucional do Estado, ainda que não necessariamente reflita uma política efetiva de proteção e garantia de direitos para a população indígena local. Já igreja Assembleia de Deus aponta para a centralidade das organizações religiosas na vida comunitária, funcionando não apenas como espaço de culto, mas também como ponto de apoio social e afetivo, especialmente em contextos em que o Estado é ausente ou atua de forma limitada.

As imagens que retratam as vias urbanas do bairro evidenciam as fragilidades da infraestrutura pública (Figura 4). O asfalto é visivelmente desgastado e malconservado, com presença de buracos e remendos, o que indica baixa frequência de manutenção por parte do poder público.

Figura 4: Ruas 4 e 3 do bairro Dabarú, respectivamente



Fonte: Fotografia realizada pela autora durante a pesquisa de campo (2024)

A ausência de calçadas adequadas, sistemas de drenagem e saneamento básico compromete não apenas a mobilidade urbana, mas também aspectos fundamentais da saúde pública. A precariedade do espaço físico urbano afeta diretamente o cotidiano dos moradores, especialmente em relação ao acesso a serviços, ao transporte e à comercialização de produtos agrícolas e alimentares, o que repercute diretamente nas dinâmicas de soberania alimentar.

Em termos socioeconômicos, é possível inferir que o bairro é habitado majoritariamente por famílias de baixa renda, com forte presença de indígenas oriundos de comunidades rurais ou ribeirinhas que, diante de pressões econômicas e ambientais, migraram para o contexto urbano. Essa migração, muitas vezes forçada, não garante melhores condições de vida, uma vez que a cidade não oferece infraestrutura suficiente nem políticas públicas adequadas para acolher essas populações em sua diversidade cultural e necessidades específicas.

A perda progressiva dos modos de vida tradicionais, aliada à dificuldade de inserção em mercados formais de trabalho e à precariedade do acesso a serviços essenciais (educação, saúde, moradia, alimentação), contribui para a perpetuação de ciclos de pobreza e insegurança alimentar.

Portanto, a transformação também trouxe novos desafios, como a pressão sobre os recursos naturais e a necessidade de adaptar as tradições culturais, principalmente as indígenas a um ambiente cada vez mais urbano.

2.1.2 Organização comunitária e resiliência

A comunidade de Dabarú sempre se destacou por sua forte organização e capacidade de mobilização. Lideranças indígenas locais, como caciques e professores, desempenharam um papel fundamental na defesa dos direitos dos moradores e na preservação da identidade cultural do bairro. A associação de moradores de Dabarú, formada nos anos 1990, foi uma das primeiras a lutar por melhorias na infraestrutura, saúde e educação, e até hoje continua a ser uma força motriz para o desenvolvimento local.

Nos anos 2000, a construção do Centro Comunitário Dabarú representou um avanço significativo para a comunidade. O centro, que funciona como um espaço de encontro, aprendizado e celebração, é onde ocorrem cursos de capacitação, oficinas de artesanato, reuniões de lideranças e festivais culturais. O espaço também é utilizado para promover a integração entre as diferentes etnias que vivem no bairro, fortalecendo os laços comunitários.

Em 2004, a associação colaborou com o Instituto Socioambiental (ISA) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) na realização de um levantamento socioeconômico, demográfico e sanitário da cidade. Essa parceria visava compreender melhor as condições de vida dos moradores e subsidiar políticas públicas adequadas às necessidades locais.

2.1.3 Modos de vida, cerimônias e desafios

Dabarú é um bairro que respira cultura. As tradições indígenas são preservadas e celebradas através de uma série de festividades e rituais, como o Dabucuri, uma festa tradicional que envolve troca de alimentos, danças e músicas. O bairro também é conhecido por suas rodas de conversa, onde os anciãos compartilham histórias e conhecimentos com os mais jovens, garantindo a transmissão de saberes ancestrais.

Segundo Delgado (2022) o Dabucuri é um ritual milenar dos povos indígenas da região do Alto Rio Negro, no Amazonas, que celebra a fartura e a união entre diferentes comunidades. Durante a cerimônia, ocorrem trocas de saberes e conhecimentos que envolvem cantos, música, dança, bebidas, alimentos, histórias, ornamentos, ritos de passagem, alianças políticas e sociais, além de arranjos matrimoniais. Nessas ocasiões, os oferentes dirigem-se à aldeia do grupo que será ofertado, munidos de grandes quantidades de peixes, frutas ou produtos artesanais,

enquanto os anfitriões os recebem com caxiri. Espera-se que a oferta seja posteriormente retribuída, fortalecendo as relações de reciprocidade e aliança.

Os murais nas paredes das casas e escolas de Dabarú são um reflexo da rica herança cultural do bairro. Artistas locais, inspirados nas lendas e mitos de suas etnias, criam obras que retratam a vida na floresta, os espíritos da natureza e as histórias de criação dos povos indígenas. Essas obras não são apenas uma forma de arte, mas também um meio de educação visual para as novas gerações.

A preservação das línguas indígenas é outra característica marcante de Dabarú. As escolas bilíngues do bairro, onde se ensina tanto o português quanto as línguas locais, são um exemplo do compromisso da comunidade com a manutenção de suas raízes culturais. Além disso, Mongabay Brasil (2021) o bairro é palco de encontros regionais de lideranças indígenas, onde são discutidos temas como a preservação do meio ambiente, direitos territoriais e políticas públicas voltadas para as comunidades indígenas.

O bairro Dabarú destaca-se por preservar práticas culturais tradicionais, como o cultivo de pequenas hortas e a manutenção de árvores frutíferas nos quintais das residências (Figura 5). Essas atividades não apenas fornecem alimentos frescos para as famílias, mas também fortalecem os laços comunitários e promovem a sustentabilidade local.

Figura 5: Casa remanescente do bairro com hortas frutíferas



Fonte: Fotografia realizada pela autora durante a pesquisa de campo (2024)

A implementação de hortas urbanas em espaços domésticos é uma estratégia reconhecida para melhorar a qualidade de vida, facilitando o convívio social e promovendo um ambiente saudável. Além disso, essas hortas funcionam como instrumentos pedagógicos, facilitando atividades de educação ambiental e ações terapêuticas para os envolvidos.

O cultivo de árvores frutíferas em quintais urbanos é uma prática comum em diversas regiões, contribuindo para a diversificação alimentar e a segurança nutricional das famílias. Conforme Smedo e Barbosa (2007) estudos realizados em Boa Vista, Roraima, por exemplo, identificaram a presença de 43 espécies de árvores frutíferas nos quintais urbanos, evidenciando a importância dessa prática para a alimentação e a cultura local.

Ressalta-se que para aqueles interessados em iniciar ou aprimorar o cultivo de hortaliças e fruteiras em ambientes domésticos, a Embrapa oferece materiais educativos, como o "Manual Prático do Cultivo de Fruteiras", que fornece orientações detalhadas sobre o manejo adequado dessas plantas.

Como muitas outras áreas periféricas de cidades amazônicas, Dabarú enfrenta desafios significativos. A falta de saneamento básico, a precariedade dos serviços de saúde e a escassez de oportunidades de emprego são questões que afetam a qualidade de vida dos moradores. No entanto, a comunidade de Dabarú tem mostrado uma notável capacidade de resiliência. Através da união e do trabalho coletivo, os moradores têm conseguido superar muitas dessas dificuldades.

Nos últimos anos, projetos de sustentabilidade têm ganhado força no bairro, incluindo hortas comunitárias, programas de reciclagem e iniciativas de turismo cultural que envolvem os visitantes em experiências autênticas da vida indígena. Os projetos para o bairro Dabarú em São Gabriel da Cachoeira são iniciativas colaborativas, muitas vezes desenvolvidas em parceria entre organizações não governamentais e financiadores privados, com apoio de políticas públicas municipais e estaduais.

2.1.4 Pessoas notáveis do bairro Dabarú

Dabarú é o lar de várias figuras respeitadas, cujas contribuições para a comunidade são amplamente reconhecidas. Uma dessas pessoas é Dona Maria Tukano, uma anciã de 85 anos, conhecida por sua vasta sabedoria em medicina tradicional e por ser uma das últimas guardiãs fluentes da língua Tukano. Dona Maria tem dedicado sua vida a ensinar as novas gerações sobre o uso das plantas medicinais e a importância de preservar a língua e as tradições de seu povo.

Sua casa é um ponto de referência no bairro, onde pessoas de toda a cidade vêm em busca de suas bênçãos e conhecimentos.

Outro nome importante é o de Professor João Baniwa, um educador apaixonado que se destacou por seu trabalho na implementação de uma educação intercultural e bilíngue em Dabarú. João foi o primeiro a introduzir um currículo que respeita e integra as tradições e a língua Baniwa no ensino formal, e tem sido uma voz ativa na defesa dos direitos educacionais das crianças indígenas. Seu trabalho ganhou reconhecimento nacional, e ele frequentemente é convidado para falar em conferências sobre educação indígena em todo o Brasil.

Além disso, Alda Yanomami, uma jovem líder comunitária, é uma figura emergente no bairro. Ela tem sido fundamental na organização de eventos culturais e ambientais, promovendo a conscientização sobre a importância da preservação da Amazônia e dos direitos indígenas. Alda também lidera um grupo de mulheres artesãs, que criam e vendem peças de artesanato tradicional, gerando renda e mantendo vivas as técnicas ancestrais.

2.1.5 Personalidades e contribuições

O bairro Dabarú, em São Gabriel da Cachoeira, carrega em sua história uma rica tapeçaria de experiências culturais, memória coletiva e transformações sociais. Nesse cenário, os líderes comunitários desempenham um papel central, não apenas como representantes formais, mas como articuladores de resistências, mediadores entre o mundo tradicional e o urbano, e defensores das causas que afetam diretamente a vida das famílias locais. Em um território marcado pela diversidade étnica e por múltiplas línguas indígenas, como o nheengatu, o tucano e o baniwa, os líderes de Dabarú não apenas preservam tradições; eles reinventam formas de sobrevivência cultural frente aos desafios da modernidade e da desigualdade.

De forma contínua e comprometida, esses líderes têm se envolvido em projetos de educação, saúde, conservação ambiental e organização social. Conforme entrevista realizada em 7 de agosto de 2024 com o senhor Edson Henrique, conhecido como 'Redondo', primeiro presidente da associação de moradores (1987 a 1995), observa-se uma trajetória de lideranças comunitárias marcadas por continuidade e renovação. Desde a gestão de Redondo, passando por nomes como Antonio Machado, Mário Galinha, Antenor, Adalto, Peixoto, Marçal, até o atual presidente Reully Leão, nota-se um esforço constante de articulação entre as demandas locais e o poder público, um esforço nem sempre reconhecido ou valorizado pelas esferas institucionais.

A rotatividade dos presidentes reflete tanto o dinamismo da comunidade quanto as tensões enfrentadas por essas lideranças diante de um contexto de ausência de políticas públicas duradouras. A reeleição do senhor Adalto (2018 a 2022) e a atual liderança do senhor Reully até 2024 indicam não apenas confiança da comunidade em suas representações, mas também a urgência de continuidade de projetos que visem à autonomia e ao fortalecimento do bairro.

A entrevista com Reully, em 14 de agosto de 2024, aponta dados históricos e sociais fundamentais. Ao apontar que o bairro Dabarú é o mais antigo da cidade, sendo originário de uma extensa roça pertencente à senhora Tereza, ele traça uma linha que liga a memória da terra à ocupação urbana. Essa memória territorial é uma das chaves para compreender a atual situação do bairro, que abriga muitas famílias em situação de vulnerabilidade social, majoritariamente migrantes indígenas que deixaram suas comunidades tradicionais em busca de novas experiências na cidade.

No entanto, como ressalta Reully, essa migração nem sempre acontece por escolha, mas, muitas vezes, por necessidade, sobretudo pela escassez de oportunidades nas comunidades de origem. Esse processo, que envolve um deslocamento geográfico e simbólico, também provoca rupturas: com o modo de vida tradicional, com o cultivo comunitário, com os vínculos com a terra e com o território ancestral. Não raro, os migrantes encontram na cidade obstáculos ainda maiores: desemprego, marginalização, discriminação e dificuldade de acesso a serviços básicos.

Apesar desse contexto adverso, Dabarú se destaca por manter práticas culturais resilientes, como o uso de línguas indígenas no cotidiano e o fortalecimento das redes de solidariedade. Educadores bilíngues e ativistas culturais têm desempenhado um papel crucial nesse processo, atuando como pontes entre o saber ancestral e a educação formal. Suas iniciativas garantem que as novas gerações não se distanciem de suas raízes, mesmo diante das pressões do modelo urbano ocidental.

Portanto, a história de Dabarú é, ao mesmo tempo, uma história de luta e de resistência. Ela escancara as limitações do Estado em garantir direitos plenos aos povos indígenas em contexto urbano, mas também evidencia a força das organizações de base como agentes de transformação social. Valorizar o trabalho dos líderes comunitários de Dabarú não é apenas reconhecer seu papel histórico: é propor uma nova forma de fazer política, baseada no respeito, na escuta e na co-construção de soluções que respeitem a diversidade cultural da Amazônia.

Em um país que muitas vezes negligencia suas populações indígenas, a experiência de Dabarú nos convida a repensar o desenvolvimento, não como um modelo único a ser seguido, mas como um processo plural, construído a partir das vozes, memórias e sonhos das comunidades que resistem à invisibilidade.

2.1.6 Iniciativas de desenvolvimento

O bairro Dabarú, em São Gabriel da Cachoeira, destaca-se não apenas por sua importância histórica e cultural, mas também por ser um território fértil para o desenvolvimento de projetos voltados à valorização das práticas indígenas, ao empoderamento comunitário e à construção de alternativas sustentáveis de geração de renda. Em um cenário onde as populações indígenas urbanas enfrentam desafios como o desemprego, a desvalorização cultural e a exclusão de políticas públicas efetivas, iniciativas como as que vêm sendo desenvolvidas em Dabarú revelam um potencial transformador ao articular saberes tradicionais com oportunidades modernas de desenvolvimento.

Um dos projetos em evidência é o Fortalecimento do Empreendedorismo Indígena, que atua como uma ponte entre a valorização dos saberes tradicionais e a inclusão dos povos indígenas no mercado contemporâneo de forma justa e autônoma. A iniciativa é fruto de parcerias entre a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e organizações privadas, com apoio institucional indireto de políticas públicas estaduais e municipais. Ainda que não parta diretamente do governo, o projeto se alinha a diretrizes voltadas ao desenvolvimento sustentável e ao reconhecimento dos direitos dos povos originários, mostrando como a colaboração entre diferentes setores da sociedade pode gerar impacto positivo nas comunidades.

Outro exemplo é o projeto "Parentas que Fazem", uma ação voltada para o fortalecimento das mulheres indígenas empreendedoras. Desenvolvido também pela FAS, com financiamento do *Google.org*², o projeto atua para promover a autonomia econômica das mulheres por meio do resgate cultural e da valorização do artesanato e da culinária tradicional. Embora seja uma iniciativa privada, o projeto conta com apoio logístico e institucional de órgãos municipais e estaduais, mostrando a importância da cooperação entre sociedade civil e esfera pública, mesmo quando a execução não é diretamente estatal. Ao colocar mulheres indígenas no centro da ação, "Parentas que Fazem" contribui para a quebra de ciclos de dependência e invisibilização, além de fomentar o protagonismo feminino em contextos urbanos e indígenas.

² O *Google.org* é o braço filantrópico da Google, dedicado a aplicar inovação, pesquisa e recursos tecnológicos para promover o progresso e ampliar oportunidades para todos. A organização apoia projetos e organizações sem fins lucrativos que utilizam a tecnologia para criar mudanças escaláveis e duradouras em áreas como educação, desenvolvimento econômico e inclusão digital. Além de fornecer financiamento, o *Google.org* oferece recursos adicionais, como ferramentas de inteligência artificial, para ajudar as organizações a aumentar seu impacto social.

O Instituto Socioambiental (ISA) também se destaca como uma organização que há décadas atua na região com projetos voltados à sustentabilidade, à proteção dos direitos indígenas e à valorização dos conhecimentos tradicionais. Com autonomia financeira e administrativa, o ISA desenvolve ações que dialogam com as políticas públicas estaduais, sem, no entanto, depender delas diretamente. Essa independência permite maior flexibilidade na atuação e maior fidelidade às demandas reais das comunidades. A presença constante do ISA em Dabarú tem sido fundamental para manter viva a discussão sobre direitos indígenas, gestão ambiental participativa e fortalecimento das redes comunitárias.

Esses projetos, embora distintos em seus objetivos e formatos de execução, têm em comum o foco na autonomia dos povos indígenas, no respeito à diversidade cultural e na promoção de soluções sustentáveis baseadas no território. Eles mostram que, mesmo em um contexto de limitações institucionais, é possível construir alternativas eficazes a partir do protagonismo comunitário e da articulação entre diferentes atores sociais.

Entretanto, é importante destacar que a ausência de uma ação direta, contínua e estruturante por parte do governo federal ainda representa um gargalo para o avanço dessas iniciativas. As políticas públicas precisam deixar de ser apenas "apoios indiretos" e se tornarem instrumentos efetivos de transformação social, garantindo orçamento, continuidade e institucionalidade para projetos que comprovadamente funcionam. O caso de Dabarú evidencia que há um terreno fértil, há organizações comprometidas e há uma comunidade disposta, falta, muitas vezes, o Estado cumprir seu papel de garantidor de direitos.

Assim, os projetos desenvolvidos no bairro Dabarú não apenas promovem o desenvolvimento local, mas também funcionam como laboratórios de inovação social e resistência cultural, apontando caminhos possíveis para uma Amazônia mais justa, diversa e sustentável.

2.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, com foco em compreender as condições de segurança e soberania alimentar vivenciadas por famílias indígenas urbanas no bairro Dabarú (São Gabriel da Cachoeira/AM). Adota um enfoque qualitativo-quantitativo (método misto), o que permite tanto mensurar a magnitude da insegurança alimentar quanto compreender as percepções e estratégias dos moradores.

A investigação exploratória foi fundamental para ampliar o conhecimento sobre um fenômeno social ainda pouco abordado na literatura acadêmica, a insegurança alimentar em contextos urbanos indígenas, enquanto a dimensão descritiva permitiu registrar, com base empírica, as práticas, percepções e estratégias alimentares dos sujeitos pesquisados (Richardson *et al.*, 1985).

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa de cunho aplicado, uma vez que, embora ancorada em fundamentos teóricos e conceituais, possui orientação prática voltada à avaliação de medidas e de políticas públicas que respondam às necessidades alimentares específicas de populações indígenas urbanizadas. Essa característica vincula-se a uma abordagem crítica e socialmente comprometida, própria de pesquisas voltadas à transformação de realidades vulnerabilizadas (Thiollent, 2011).

2.2.1 População e amostra

A amostra foi composta por 100 responsáveis familiares, selecionados a partir da técnica de amostragem por conglomerado em múltiplas etapas, conforme Babbie (1999), devido à ausência de cadastros formais e à complexidade territorial. Essa abordagem permite gerar inferências sobre o conjunto da população residente nas seis ruas principais do bairro.

Essa abordagem é particularmente eficaz em contextos em que a listagem completa da população é inviável, permitindo a seleção de grupos representativos dentro da área de estudo. Essa técnica, assim, permite que os pesquisadores realizem inferências sobre a população a partir de uma amostra menor, economizando tempo e recursos (Babbie, 1999).

O processo de seleção da amostra ocorreu da seguinte maneira: Escolheu-se o bairro Dabarú como foco da pesquisa, considerando sua relevância cultural e a predominância de populações indígenas urbanizadas. Dentro de Dabarú, foram selecionadas as principais ruas para compor a amostra. As ruas escolhidas foram: Rua 1, Rua 2, Rua 3, Rua 4, Rua 5 e Rua 6.

Em cada uma das ruas selecionadas buscou-se entrevistar o maior número possível de residências, visando obter uma representação abrangente das condições alimentares dos moradores. Ao todo foram entrevistadas 100 pessoas distribuídas entre os logradouros mencionados. Os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos para participação na pesquisa são apresentados na Tabela 1:

Tabela 1: Critérios de inclusão e exclusão adotados no estudo

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
Residência no bairro Dabarú por um período mínimo de um ano.	Indivíduos menores de idade.
Moradia em uma das ruas selecionadas para a amostra.	Pessoas com comprometimentos cognitivos que dificultassem a compreensão das perguntas.
Ser o responsável pelo núcleo familiar no que se refere à aquisição de alimentos.	Aqueles que recusaram participar da entrevista.
Consentimento voluntário para participar da pesquisa.	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025)

A aplicação desses critérios assegurou a integridade e a relevância dos dados coletados, permitindo uma análise fidedigna das condições alimentares no bairro Dabarú. A estratégia de amostragem adotada garantiu rigor metodológico e confiabilidade estatística, refletindo de maneira representativa a realidade da comunidade estudada.

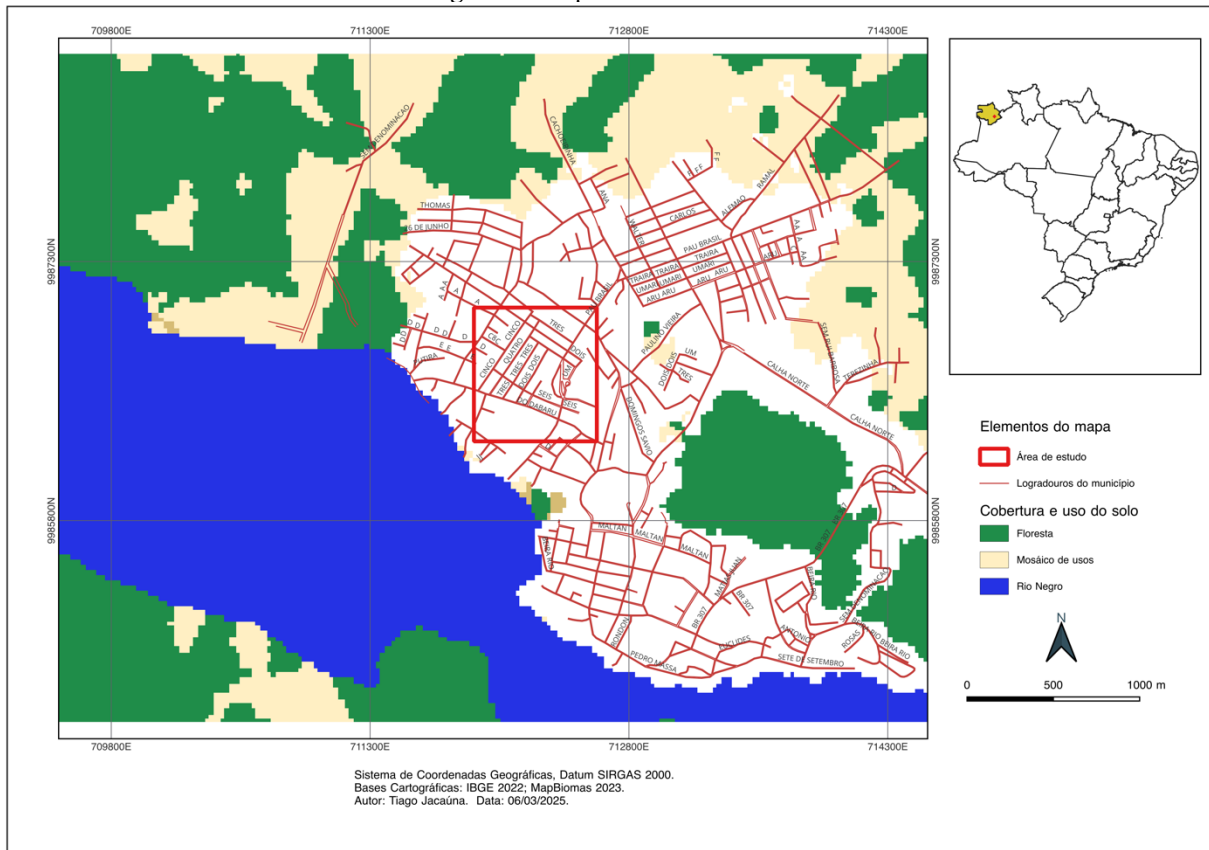
2.2.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada entre os meses de março e abril de 2024, por meio de uma abordagem presencial e intensiva no bairro Dabarú, em São Gabriel da Cachoeira. As caminhadas realizadas durante a coleta permitiram não apenas o registro de dados objetivos, mas também a imersão no cotidiano dos moradores, o que se mostrou essencial para a construção de um olhar mais sensível e interpretativo da realidade local.

As entrevistas foram conduzidas tanto nos domicílios dos participantes quanto em espaços comunitários previamente acordados com os moradores. Buscou-se garantir um ambiente acolhedor e respeitoso, respeitando os contextos culturais locais e as dinâmicas das famílias indígenas urbanizadas. Para assegurar a riqueza e a consistência das informações, foram utilizadas três técnicas complementares de coleta de dados, integradas de forma a proporcionar uma compreensão mais ampla e profunda da realidade alimentar da população.

A Figura 6 apresenta o mapa da área de estudo e os logradouros selecionados, servindo como referência visual para a localização dos pontos de coleta e a distribuição dos domicílios entrevistados.

Figura 6: Mapa da área de estudo



Fonte: Elaborado por Tiago Jacaúna (2025)

A primeira técnica utilizada foram as entrevistas estruturadas, com aplicação de questionários padronizados que continham tanto perguntas fechadas quanto abertas (*vide* Apêndice A). Esses instrumentos foram elaborados para captar informações sobre a renda familiar, os hábitos alimentares, o acesso a programas sociais como o Bolsa Família ou o Auxílio Gás, além da percepção subjetiva dos participantes em relação à sua segurança alimentar. A aplicação dessas entrevistas possibilitou a construção de um panorama quantitativo e qualitativo das condições de vida da população local.

Paralelamente, realizou-se observação direta durante as visitas aos domicílios, registrando informações visuais e contextuais que complementaram os dados obtidos nas entrevistas. Foram observados aspectos como o tipo e a diversidade de alimentos armazenados nas casas, a existência ou não de hortas caseiras, a presença de pequenas criações (galinhas, peixes, etc.) e os efeitos da sazonalidade sobre a oferta e o consumo de alimentos. Essa técnica permitiu verificar na prática o que era relatado pelos entrevistados, conferindo maior validade à pesquisa.

A terceira técnica foi a análise documental, com a revisão de fontes secundárias relevantes. Foram examinados relatórios institucionais de organizações parceiras, estudos

acadêmicos sobre segurança alimentar e dados públicos do IBGE. Essa análise contextualizou as informações coletadas localmente dentro de um quadro mais amplo, permitindo comparar a realidade de Dabarú com outros territórios indígenas urbanos e compreender as tendências nacionais relacionadas à insegurança alimentar.

2.2.3 Identificação dos níveis de segurança alimentar

A identificação dos níveis de segurança alimentar dos moradores do bairro Dabarú foi realizada com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), um instrumento amplamente validado e recomendado por pesquisadores como Interlenghi *et al.* (2019). A versão utilizada na pesquisa é composta por 8 perguntas voltadas à realidade de domicílios compostos por pessoas adultas, e permite classificar a situação alimentar em quatro níveis distintos: Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Leve, Moderada ou Grave.

A classificação foi definida conforme o número de respostas afirmativas às perguntas do questionário. Cada resposta “Sim” correspondia a um ponto. Os domicílios que não pontuaram foram classificados como em *Segurança Alimentar*. Aqueles que obtiveram de 1 a 3 pontos foram enquadrados em *Insegurança Alimentar Leve*, indicando preocupação com o acesso futuro a alimentos. De 4 a 5 pontos, considerou-se *Insegurança Alimentar Moderada*, o que reflete restrições reais na quantidade ou variedade dos alimentos consumidos. Já os que pontuaram entre 6 e 8 foram considerados em *Insegurança Alimentar Grave*, o que significa episódios recorrentes de fome e privação severa de alimentos.

A Tabela 2 apresenta a classificação adotada segundo os critérios da EBIA:

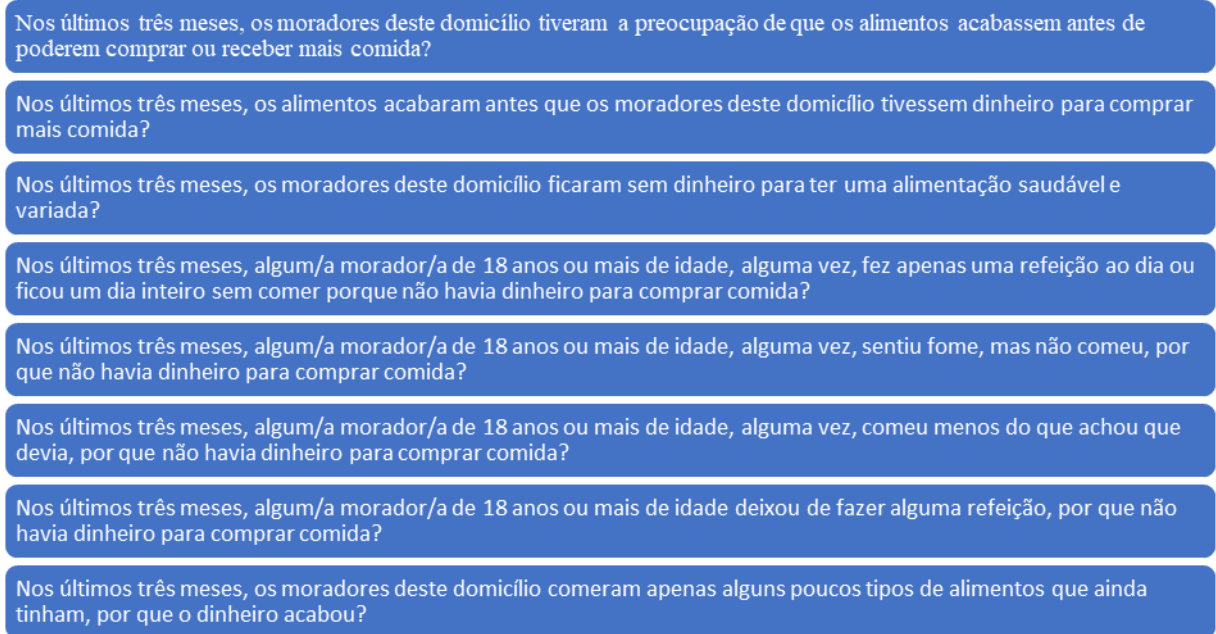
Tabela 2: Classificação de Segurança Alimentar (EBIA)

Classificação	Descrição	Pontuação (EBIA)
Segurança Alimentar	Acesso regular e garantido a alimentos de qualidade.	0 pontos
Insegurança Alimentar Leve	Preocupação com a possibilidade de falta de alimentos no futuro.	1 a 3 pontos
Insegurança Alimentar Moderada	Restrição no consumo de alimentos em quantidade ou variedade.	4 a 5 pontos
Insegurança Alimentar Grave	Privação severa de alimentos, incluindo episódios de fome.	6 a 8 pontos

Fonte: Interlenghi *et al.* (2019)

As perguntas utilizadas para a mensuração estão numeradas no questionário como itens 12 a 19 (*vide* Apêndice A), sendo cuidadosamente formuladas para captar diferentes níveis de privação alimentar. Elas incluem desde preocupações subjetivas sobre a possibilidade de faltar comida, até situações extremas como pular refeições ou passar um dia inteiro sem se alimentar por falta de recursos. A seguir, está representada graficamente a lista dessas perguntas aplicadas:

Figura 7: Perguntas utilizadas para mensurar a privação alimentar



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025)

As respostas possíveis eram “Sim”, “Não” ou “Não Sabe”. Apenas as respostas afirmativas contribuíam para a pontuação. Essa metodologia, validada em diversos contextos sociais e regionais, se mostrou especialmente adequada ao perfil da população indígena urbanizada de Dabarú, cuja vulnerabilidade alimentar, como veremos no próximo capítulo, é acentuada por fatores como baixa renda e dependência de programas assistenciais³.

Além da segurança alimentar, o questionário também abrangeu outras dimensões fundamentais para contextualizar os dados obtidos. Entre elas, o perfil socioeconômico (renda familiar, ocupação, escolaridade), o acesso a programas assistenciais (como Bolsa Família, Pé de Meia e cestas básicas), o padrão alimentar (tipos e frequência de consumo) e episódios de restrição alimentar no dia a dia.

³ Para uma análise individual de algumas perguntas da EBIA realizadas na área de estudo, ver Apêndice B.

Todos os dados foram digitalizados e armazenados para análise posterior, permitindo a geração de estatísticas confiáveis e a construção de um diagnóstico detalhado sobre a situação alimentar no bairro.

2.2.4 Análise dos dados

O tratamento dos dados quantitativos da pesquisa foi conduzido com cuidado metodológico, visando garantir a confiabilidade e a clareza dos resultados. Após a etapa de coleta, os questionários foram revisados, organizados e posteriormente digitados em planilhas eletrônicas no *Microsoft Excel*, que foi o principal recurso utilizado para tabulação, sistematização e análise dos dados. Todas as variáveis quantitativas, como pontuação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), renda familiar, número de refeições diárias e frequência de consumo de alimentos, foram codificadas de forma padronizada, permitindo a posterior categorização e cálculo de frequências absolutas e relativas.

Na etapa de análise descritiva, foram geradas tabelas e gráficos para representar a distribuição dos entrevistados em relação às categorias de segurança alimentar, níveis de renda, ocupações e acesso a programas assistenciais, como Bolsa Família e cestas básicas. O *Excel* foi utilizado para calcular médias, proporções e percentuais, o que permitiu uma visão clara do perfil socioeconômico da população e da incidência da insegurança alimentar no bairro Dabarú.

Além disso, foram realizados cruzamentos simples entre variáveis, por meio de filtros e fórmulas, com o objetivo de identificar padrões e relações relevantes. Por exemplo, foi possível observar a associação entre menor renda e maior gravidade da insegurança alimentar, ou entre a dependência de programas sociais e insegurança alimentar.

O tratamento dos dados qualitativos da pesquisa foi realizado com base na análise de conteúdo, segundo a metodologia proposta por Laurence Bardin (2016). Essa técnica é amplamente utilizada nas ciências sociais para explorar e interpretar discursos, falas, percepções e narrativas dos participantes, permitindo extrair sentidos e significados que vão além da análise estatística. A aplicação dessa abordagem foi especialmente adequada para compreender as experiências subjetivas dos moradores do bairro Dabarú em relação à alimentação, ao cotidiano urbano-indígena e à vivência da insegurança alimentar.

O processo de análise seguiu as três etapas clássicas indicadas por Bardin: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na fase de pré-análise, os dados provenientes das respostas abertas dos questionários e das observações registradas em campo

foram organizados, lidos e relidos com atenção, visando identificar temas recorrentes e preparar o material para a codificação. Essa leitura flutuante permitiu aos pesquisadores um primeiro contato com os núcleos de sentido expressos nas falas dos participantes.

Na etapa seguinte, a exploração do material, foram definidas categorias temáticas a partir das respostas dos participantes. Algumas das categorias emergentes incluíram: “estratégias de enfrentamento à fome”, “memórias alimentares indígenas”, “desigualdade urbana”, “dependência de programas sociais” e “adaptação cultural ao contexto da cidade”. Os trechos das falas que se relacionavam a essas categorias foram destacadas e agrupadas, compondo unidades de significado. Essa sistematização possibilitou observar não apenas o que os participantes disseram, mas também como expressaram suas emoções, angústias e resistências diante das dificuldades alimentares e sociais vividas.

Por fim, na etapa de tratamento dos resultados, as categorias identificadas foram interpretadas à luz dos objetivos da pesquisa e do contexto sociocultural do bairro Dabarú. Essa interpretação permitiu ir além da superfície das falas, revelando as tensões entre o mundo tradicional e o urbano, a importância das redes de solidariedade comunitária e o impacto simbólico e material da insegurança alimentar. O uso da técnica de Bardin mostrou-se importante para captar a complexidade do fenômeno estudado, especialmente em um território marcado por diversidade étnica, desigualdade estrutural e saberes ancestrais.

2.2.5 Aspectos éticos da pesquisa

A presente pesquisa observou rigorosamente os princípios éticos estabelecidos para investigações científicas com seres humanos, conforme as diretrizes e normas regulamentadoras da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Cada entrevistado foi previamente informado sobre os objetivos da pesquisa, sua metodologia e os possíveis desdobramentos da participação. A participação foi voluntária. Todos os dados obtidos foram tratados com confidencialidade, e a identidade dos participantes foi preservada por meio da anonimização das falas e informações pessoais. Os depoimentos citados no corpo do trabalho foram identificados apenas por referência genérica (como “moradora da Rua um”, “entrevistado da Rua quatro” etc.), sem menção a nomes, características individuais ou elementos que pudessem permitir a identificação direta ou indireta das pessoas envolvidas.

A condução da pesquisa levou em consideração o contexto sociocultural dos participantes, sobretudo o fato de se tratar de populações indígenas em situação urbana, o que exige atenção redobrada quanto aos princípios de respeito às diferenças, escuta sensível e valorização dos saberes tradicionais. O diálogo com os participantes foi pautado pela ética do cuidado, pelo reconhecimento de seus direitos e pela reciprocidade no processo de produção do conhecimento.

CAPÍTULO 3: SEGURANÇA ALIMENTAR, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E URBANIZAÇÃO NO BAIRRO DABARÚ

3.1 CAMINHANDO POR DABARÚ E OUVINDO SEUS RESIDENTES

A pesquisa de campo teve início em agosto de 2024, com visitas realizadas ao bairro Dabarú, em São Gabriel da Cachoeira, três vezes por semana, sempre no período da tarde. Desde os primeiros contatos, ficou evidente a tensão entre a memória rural e a vida urbana, bem como a busca por adaptação sem perder o vínculo com as origens culturais.

Uma moradora da Rua Projetada 1 (conhecida oficialmente como Rua Um) relatou: *“Aqui antes era tudo mato e roça... agora tem comércio, asfalto e até muito barulho. Mas a gente ainda planta nosso cheiro-verde, nosso açaí... pra não esquecer de onde veio”* (Moradora da Rua 1 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). Essa fala foi codificada na categoria temática “memória cultural e resistência”, revelando o desejo dos moradores de manter práticas tradicionais, como o cultivo de hortas e o uso de plantas nativas, mesmo em meio à urbanização crescente.

A codificação permitiu agrupar os dados em categorias de análise. Uma das categorias que predominou foi “adaptação urbana e transformações ambientais”. Essa categoria está relacionada às mudanças percebidas no clima, na paisagem e no modo de vida dos moradores. Ainda na Rua Projetada 1, uma moradora destacou: *“A gente não aguentava mais o calor à noite, por isso todo mundo aqui tem ar-condicionado agora. Mas parece que o calor aumentou muito com o tempo... acho que foi porque derrubaram muita árvore”* (Moradora da Rua 1 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). Essa fala expressa a percepção direta das consequências ambientais da urbanização, ao mesmo tempo em que evidencia o esforço de adaptação da comunidade às novas condições climáticas da Amazônia urbana.

Na Rua Projetada 2, a realidade dos pequenos comércios e a venda sazonal de frutas, como jambo e manga, foram associadas à categoria “economia de subsistência urbana”. Em uma das entrevistas, um morador afirmou: *“Quando as mangas dão, eu vendo ali na esquina... ajuda a completar o dinheiro do gás”* (Morador da Rua 2 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). A fala expõe como práticas tradicionais, como o aproveitamento de frutos nativos, se inserem nas estratégias econômicas de sobrevivência no espaço urbano. Embora o comércio cresça, muitas famílias ainda dependem de recursos naturais para complementar sua renda.

Outra dimensão importante foi relatada na Rua Projetada 2: a insegurança alimentar e estratégias de autonomia. Apenas duas residências criavam galinhas, prática cada vez mais rara devido à limitação de espaço e ao custo de manutenção. Um morador relatou: *“Criar galinha ajuda, mas espaço é pouco e o ovo está caro demais. A gente compra quando dá, ou vai de farinha mesmo”* (Morador da Rua 2 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). Essa frase foi codificada na categoria “fragilidade alimentar”, revelando como os moradores enfrentam limitações econômicas para manter uma alimentação diversificada, principalmente durante o período da seca.

Na Rua Projetada 3, a predominância de casas muradas, muitas delas arborizadas, reforçou a ideia de que, mesmo diante da modernização, há um esforço consciente de preservar o ambiente doméstico como espaço cultural e afetivo. Em diversas residências, observou-se o plantio de árvores frutíferas e plantas medicinais. Já na Rua Projetada 4, a presença de migrantes indígenas vindos da comunidade São Felipe do Alto Rei destacou outro aspecto importante: a mobilidade territorial e o vínculo com o território de origem. Uma das entrevistadas comentou: *“Eu vim pra cá só pra meus filhos estudarem. Mas trouxe minhas mudas de limão e pimenta de cheiro. Aqui é diferente, mas a gente tenta manter o gosto da nossa comida”* (Moradora da Rua 4 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). Essa fala foi associada à categoria “transmissão cultural no exílio urbano”, reforçando como práticas alimentares se tornam formas de resistência cultural e identidade.

Nota-se que ao interpretar esses resultados, é possível compreender que o bairro Dabarú representa uma experiência complexa de transição entre o rural e o urbano, entre o tradicional e o moderno. A análise de conteúdo das falas evidencia que, embora os moradores enfrentem desafios como insegurança alimentar, falta de infraestrutura e mudanças climáticas, há inúmeras formas de resistência cultural expressa na manutenção de saberes, sabores e práticas que definem a identidade indígena no ambiente urbano.

Portanto, é notório a presença de uma narrativa coletiva de adaptação, pertencimento e resistência, na qual as práticas alimentares e os usos do espaço doméstico se tornam símbolos de continuidade cultural em um território marcado por rápidas transformações sociais e ambientais. Ao valorizar a escuta ativa das falas dos moradores e a observação do cotidiano, a pesquisa conseguiu evidenciar às experiências e sentimentos que compõem um retrato autêntico da vida no bairro Dabarú.

Na continuidade da pesquisa no bairro Dabarú, foi possível identificar a Escola Municipal Indígena Dabarú como um dos pilares mais significativos da resistência dos povos indígenas à vida urbana. A instituição funciona não apenas como um espaço de ensino formal,

mas como um território simbólico de afirmação cultural. Durante as visitas à Rua Projetada 6, uma educadora indígena destacou com orgulho: *“Aqui, a escola não ensina só português e matemática. Ensina a nossa língua, nossa história, nossa comida. Os alunos aprendem quem são”* (Moradora da Rua 6 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). Essa fala foi codificada sob a categoria "educação como instrumento de identidade", destacando o papel fundamental da escola na preservação e transmissão do conhecimento tradicional em meio ao contexto urbano.

Entretanto, apesar dos avanços educacionais e culturais, os relatos dos moradores evidenciam que o bairro enfrenta desafios contemporâneos relacionados à segurança, saúde pública e saneamento básico. Na Rua Projetada 2, um comerciante relatou: *“Tem dia que a gente fecha cedo por medo... tem muito moleque bebendo, andando armado, e a polícia só passa quando a coisa aperta mesmo”* (Morador da Rua 2 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). Essa percepção foi categorizada como "sensação de insegurança urbana", uma realidade cada vez mais presente no discurso da população, especialmente entre os que residem próximos a pontos de comércio e de maior circulação.

Conforme relatos de alguns moradores, a presença de pessoas embriagadas nas ruas e o crescimento de pequenos delitos também foram observados na Rua Projetada 3. Uma senhora que vive há mais de 20 anos no local relatou: *“O bairro mudou muito... agora tem briga na rua, gente gritando de madrugada. A gente sente falta de paz”* (Moradora da Rua 3 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). Essa declaração se alinha à categoria "ruptura do cotidiano e memória do bairro", evidenciando o contraste entre o passado mais pacífico e o presente marcado por tensões sociais.

Outro aspecto recorrente nas falas foi a precariedade nos serviços de saúde e saneamento. Em uma entrevista realizada na Rua Projetada 1, um morador expressou frustração: *“Quando a gente fica doente, é fila no posto, falta remédio. E quando chove, a água do esgoto volta, entra nas casas... a gente tem que viver com balde na mão”* (Morador da Rua 1 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). Esse relato foi incluído na categoria "vulnerabilidade estrutural", que agrupa falas relacionadas à deficiência dos serviços públicos essenciais no bairro.

Apesar dessas dificuldades, o bairro Dabarú demonstra uma forte capacidade de mobilização e resistência comunitária. Em diferentes pontos do bairro, especialmente nas Ruas Projetada 1 e Projetada 4, foi possível observar iniciativas sustentáveis como hortas comunitárias, que fortalecem tanto a segurança alimentar quanto o vínculo cultural com a terra. Uma moradora envolvida em um desses projetos destacou: *“Aqui a gente planta junto: coentro,*

cebolinha, abacaxi... é pouco, mas é nosso. Ensina as crianças a cuidar da terra” (Moradora da Rua 4 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). Essa fala foi categorizada como "resgate da ancestralidade pela prática", pois revela que o cultivo coletivo de alimentos é mais do que uma resposta à crise; é também um ato de pertencimento.

Além disso, algumas famílias têm buscado desenvolver iniciativas de turismo cultural, apresentando seus saberes e tradições para visitantes da cidade ou pesquisadores que chegam à região. Durante a visita à Rua Projetada 3, uma jovem liderança indígena comentou: *“Tem gente que vem pra cá querendo ver como a gente vive, o que come, como fala... a gente mostra, mas também aprende. Isso fortalece a gente”* (Moradora da Rua 3 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). Essa iniciativa foi analisada dentro da categoria "economia da cultura e protagonismo comunitário", que abrange os esforços da população em transformar seus saberes em fontes legítimas de renda e valorização social.

Assim, é possível concluir que a comunidade de Dabarú convive com contradições próprias de um processo urbano acelerado: avanços educacionais e culturais coexistem com déficits estruturais e insegurança. Contudo, os relatos dos moradores revelam que, mesmo diante da precariedade, o bairro segue como espaço de resistência ativa, onde práticas sustentáveis, laços comunitários e orgulho identitário são cultivados diariamente; não como nostalgia, mas como estratégia concreta de sobrevivência e continuidade cultural.

3.2 ALIMENTAÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ao longo da análise qualitativa realizada com base nas entrevistas e observações de campo no bairro Dabarú, foi possível perceber como a alimentação, além de uma necessidade biológica, constitui um marcador cultural, afetivo e identitário entre os moradores, majoritariamente indígenas.

Com base nas respostas das perguntas 20 a 22 do questionários de entrevista (*vide* Apêndice A), em todas as seis ruas analisadas, aqui identificadas como Rua 1 a Rua 6, notou-se a presença de uma memória alimentar indígena profundamente enraizada. Os entrevistados mencionaram com frequência alimentos típicos como o peixe assado (jaraqui, tucunaré), açaí do mato, formiga saúva, macaxeira, banana pacovã e beiju com tucupi. Uma moradora da Rua 1 relatou: *“Eu gosto mesmo é de peixe assado na folha de bananeira. Jaraqui tem gosto da minha infância lá no rio”* (Moradora da Rua 1 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). Na Rua 2, um senhor acrescentou: *“Quando a gente consegue comprar ou pescar tucunaré, é uma alegria. Mas tá difícil. Antes era só sair pro rio”* (Morador da Rua 2

em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). Esses relatos expressam o valor simbólico desses alimentos, que extrapola a nutrição e se inscreve no campo da memória e do pertencimento.

Contudo, também foi recorrente o reconhecimento de que o acesso a esses alimentos se tornou cada vez mais restrito. A maioria das famílias afirmou que a oferta de alimentos tradicionais foi reduzida, seja pela escassez natural, pela alta dos preços ou pelas mudanças ambientais. Uma moradora da Rua 3 lamentou: *“Açaí até tem no mercado, mas é ralo demais, não tem gosto de nada. É caro. Aquele açaí grosso de antigamente a gente não acha mais”* (Moradora da Rua 3 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). Já na Rua 4, um morador afirmou: *“Formiga saúva é só em época e nem sempre dá. Quando dá, é caro. Já vi gente vendendo saquinho por trinta reais”* (Morador da Rua 4 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024).

A produção doméstica, quando existente, aparece como estratégia de resistência. Na Rua 5, uma mulher contou: *“Planto macaxeira e banana pacovã aqui atrás da casa. Não dá muito, mas ajuda”* (Moradora da Rua 5 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). E na Rua 6, outra entrevistada disse: *“Meu marido ainda planta pimenta de cheiro e cheiro-verde, igual faziam na comunidade dele. A gente tenta manter o gosto das coisas”* (Moradora da Rua 6 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). Essas falas revelam que, embora enfrentem adversidades, os moradores ainda buscam meios de manter suas práticas alimentares vivas.

As transformações ambientais foram percebidas por praticamente todos os entrevistados, em todas as ruas. Os relatos mencionam aumento de temperatura, alterações no regime de chuvas e eventos extremos como enchentes e secas prolongadas. Na Rua 2, uma moradora observou: *“Antes a gente sabia quando ia chover. Agora muda tudo. Chove na hora errada e seca no tempo de plantar”* (Moradora da Rua 2 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024). Já na Rua 4, um morador comentou: *“Em 2021, a água invadiu o quintal. Perdi tudo. Até mandioca que já tava quase no ponto apodreceu”* (Morador da Rua 4 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024).

Essas mudanças ambientais impactaram diretamente a segurança alimentar das famílias, especialmente daquelas que ainda dependem da pesca, da coleta ou do cultivo em pequena escala. Os relatos indicam uma diminuição na produtividade das roças, maior dificuldade para encontrar alimentos nativos e aumento da dependência de alimentos processados. *“Hoje a gente come muito mais arroz, macarrão e bolacha. Não é o que a gente quer, mas é o que dá pra comprar”* (Moradora da Rua 6 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024).

Além dos efeitos materiais, as mudanças climáticas também afetam os aspectos subjetivos da alimentação. O que antes era motivo de celebração, como por exemplo, o preparo coletivo de alimentos tradicionais, a partilha entre vizinhos, a colheita sazonal, agora dá lugar à frustração e à adaptação forçada a novos hábitos. A fala de uma moradora da Rua 1 é exemplar nesse sentido: *“A comida mudou. Não é mais igual. A gente come pra se sustentar, mas o gosto da comida boa tá ficando no passado”* (Moradora da Rua 1 em relato da entrevista durante a pesquisa de campo, 2024).

Esse conjunto de narrativas demonstra que a insegurança alimentar vivida no bairro Dabarú não é apenas uma questão de ausência de alimentos, mas envolve um processo de transformação socioecológica. As práticas alimentares indígenas, que outrora eram sustentadas por um ecossistema abundante e por redes comunitárias sólidas, agora são tensionadas por uma urbanização excludente, pela desigualdade econômica e pela crise climática que aprofunda as desigualdades existentes.

3.3 SEGURANÇA ALIMENTAR, CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA NO BAIRRO DABARÚ

Nesta seção, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa realizada com 100 moradores do bairro Dabarú, em São Gabriel da Cachoeira, com foco nos principais aspectos relacionados à segurança alimentar, acesso a programas sociais, restrições econômicas para aquisição de alimentos e os impactos da insegurança alimentar na qualidade de vida das famílias. A análise foi conduzida com base em dados coletados por meio de entrevistas estruturadas e da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar de oito perguntas (EBIA8), o que permitiu não apenas quantificar os níveis de insegurança alimentar no bairro, mas também aprofundar a interpretação da realidade social, econômica e cultural da comunidade.

A segurança alimentar, conforme definida por Segall-Corrêa e Marin-Leon (2009), diz respeito à capacidade das famílias de acessarem alimentos de forma contínua, em quantidade e qualidade suficientes para garantir uma vida saudável e ativa. No entanto, essa condição ideal pode ser afetada por diversos fatores, como a instabilidade econômica, o crescimento do custo dos alimentos, a precarização das relações de trabalho e as limitações de acesso a políticas públicas assistenciais. De acordo com Silva e Oliveira (2021), esses elementos afetam de forma mais acentuada populações vulnerabilizadas, como é o caso das comunidades indígenas

urbanas. Neste contexto, o bairro Dabarú apresenta um retrato claro das tensões entre direitos sociais garantidos por lei e sua efetiva implementação no cotidiano das famílias.

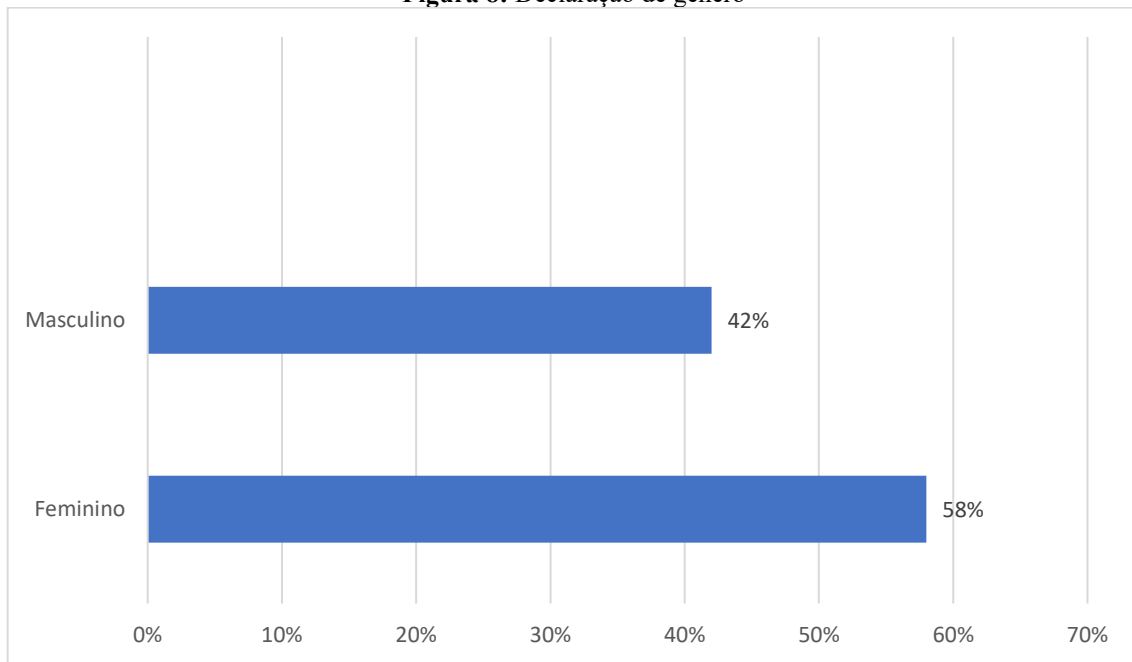
Os dados estatísticos desta pesquisa foram organizados em gráficos e tabelas, com o objetivo de proporcionar uma visão clara e acessível das tendências identificadas. Além da dimensão estatística, a interpretação dos resultados foi enriquecida com a literatura que considera as especificidades das populações indígenas urbanizadas. Nesse sentido, a pesquisa dialoga com a perspectiva de Rocha e Liberato (2013), que propõem o conceito de soberania alimentar, ou seja, o direito das populações de produzirem, consumirem e preservarem seus próprios alimentos tradicionais, em sintonia com seus modos de vida, cultura e território.

Os gráficos apresentados não apenas ilustram os níveis de insegurança alimentar enfrentados pelas famílias do bairro, como também relacionam esses dados aos fatores sociais e econômicos que os determinam. A partir dessa leitura integrada, é possível identificar quais camadas da população de Dabarú são mais afetadas pela insegurança alimentar, quais os principais obstáculos para garantir uma alimentação digna, e quais estratégias têm sido adotadas pelas famílias para enfrentar essa realidade, como o plantio doméstico, o apoio comunitário e a busca por programas públicos.

Assim, a presente análise fornece não apenas um retrato estatístico da insegurança alimentar no bairro Dabarú, mas também subsídios concretos para reflexão e formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades locais. Ao quantificar os impactos da fome e correlacioná-los com as falhas na proteção social, esta pesquisa contribui com o debate sobre as estratégias de combate à insegurança alimentar e promoção da dignidade alimentar em contextos indígenas e periféricos da Amazônia urbana.

3.3.1 Distribuição da amostra em relação à declaração de gênero

A análise da composição por gênero entre os 100 entrevistados revela uma predominância do público feminino, que representa 58% da amostra, enquanto o gênero masculino corresponde a 42%. Essa diferença demonstrada na Figura 8 pode indicar uma maior participação das mulheres nas entrevistas ou uma presença mais expressiva delas nos contextos sociais abordados pela pesquisa.

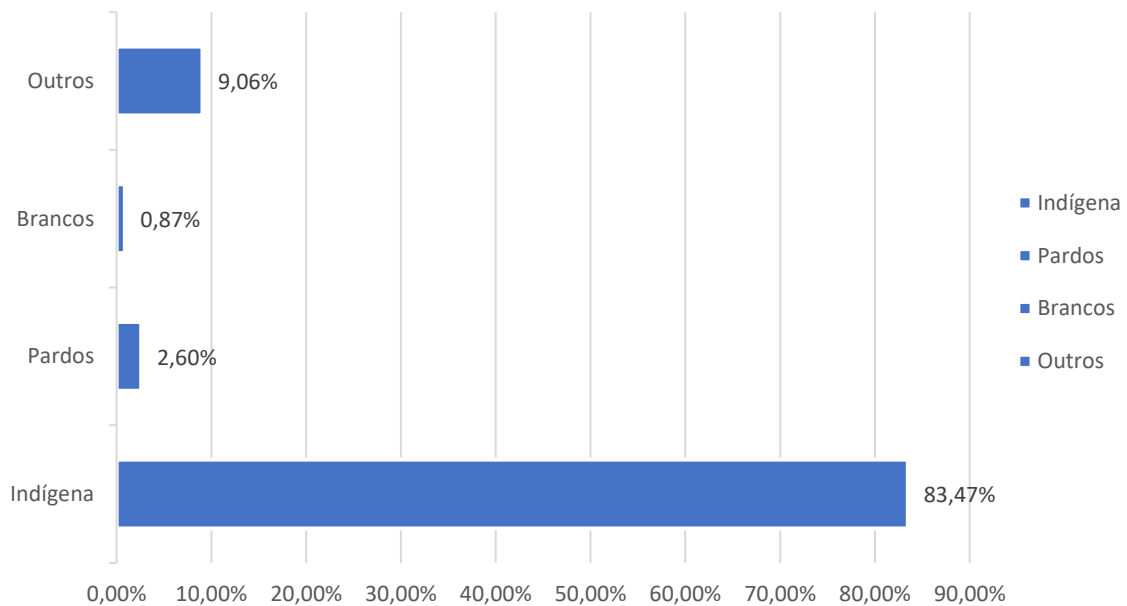
Figura 8: Declaração de gênero

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

A predominância feminina é um dado relevante, sobretudo quando se analisa a segurança alimentar sob a perspectiva de gênero, considerando que, historicamente, as mulheres, especialmente em comunidades tradicionais, desempenham papéis centrais na organização doméstica, no cuidado familiar e na gestão dos alimentos (Fontana; Costa, 2016).

3.3.2 Autodeclaração étnico-racial

A Figura 9 apresenta a distribuição da auto declaração étnico-racial em porcentagens, proporcionando uma visão mais precisa sobre a identidade dos entrevistados: 83,47% dos participantes se autodeclaram indígenas, evidenciando que a pesquisa abrange uma população majoritariamente indígena; 2,60% se identificam como pardos, um percentual significativamente inferior à identidade indígena; Outras respostas aparecem com representatividade muito baixa, incluindo brancos (0,87%) e categorias que parecem representar locais de origem ou outras formas de identificação.

Figura 9: Autodeclaração racial

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

A alta concentração de indígenas na amostra indica que qualquer análise sobre segurança alimentar, renda, escolaridade e acesso a políticas públicas deve levar em consideração as particularidades dessa população, especialmente em contextos urbanos. No contexto das práticas alimentares de povos indígenas que vivem em áreas urbanas, é fundamental compreender as diversas transformações que essas práticas sofrem, influenciadas tanto por aspectos culturais quanto por fatores socioeconômicos. Conforme aponta Santos (2008), a migração para a cidade é frequentemente impulsionada pelo desejo de acesso a bens e valores ligados à vida urbana, o que acaba repercutindo diretamente nas escolhas alimentares desses grupos. Além disso, o fato de serem indígenas em um espaço urbano os insere em experiências de vida semelhantes, muitas vezes marcadas por vulnerabilidade social, preconceito, precariedade na infraestrutura e fragilização dos laços familiares (Tobias *et al.*, 2023).

A identidade étnica não é apenas um elemento de autodeclaração, mas um marcador social que influencia o acesso a direitos, políticas públicas e oportunidades socioeconômicas. Segundo Welch *et al.* (2021), o reconhecimento da identidade indígena é essencial para garantir a soberania alimentar, pois os povos indígenas possuem práticas de cultivo, caça e pesca próprias, muitas vezes ameaçadas pela urbanização e pela inserção em economias de mercado.

A literatura reforça que, apesar de um número significativo de indígenas se autodeclararem como tal, o reconhecimento formal de sua identidade pelos órgãos

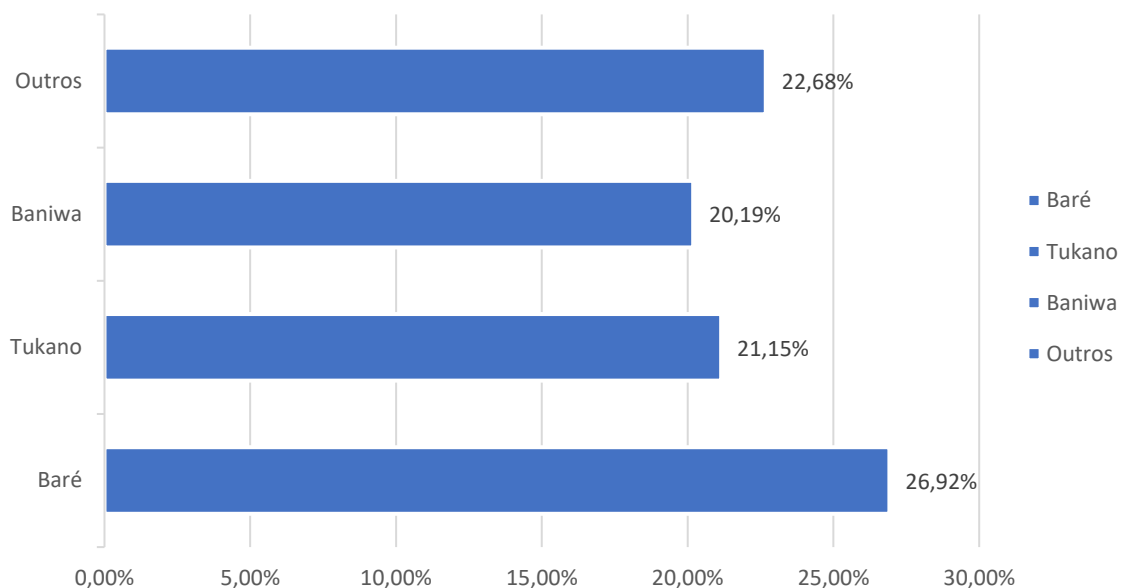
governamentais pode ser problemático. Como apontado por Moraes, Machado e Magalhães (2021), políticas públicas voltadas para povos indígenas frequentemente são mal implementadas, dificultando o acesso a benefícios como cotas educacionais, auxílios financeiros e programas de segurança alimentar.

Além disso, Radicchi (2020) argumenta que indígenas que vivem em áreas urbanas enfrentam um processo de marginalização, muitas vezes sendo obrigados a adaptar suas práticas culturais e alimentares. Essa adaptação pode resultar na perda de hábitos alimentares tradicionais, substituídos por alimentos industrializados, o que, segundo Leite e Leite (2022), compromete a nutrição e aumenta a insegurança alimentar nessas populações.

A questão da identidade indígena também está relacionada à terra e ao território, elementos fundamentais para garantir segurança alimentar e modos de vida sustentáveis. Conforme aponta Rocha e Liberato (2013), o território é um espaço de produção, cultura e identidade para os povos indígenas, e sua perda compromete diretamente sua autonomia alimentar e econômica.

A Figura 10 mostra a distribuição das etnias indígenas entre os participantes da pesquisa, apresentando os seguintes destaques: 26,92% dos entrevistados se identificam como Baré, sendo a etnia mais representada na amostra; 21,15% pertencem à etnia Tukano, seguida de 20,19% de Baniwa, demonstrando uma predominância desses três grupos. Outras etnias aparecem em menor frequência, como Dessano (5,77%), Tuyuca (3,85%), Tariano (2,88%) e Piratapuia (2,88%).

Figura 10: Distribuição das etnias indígenas



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

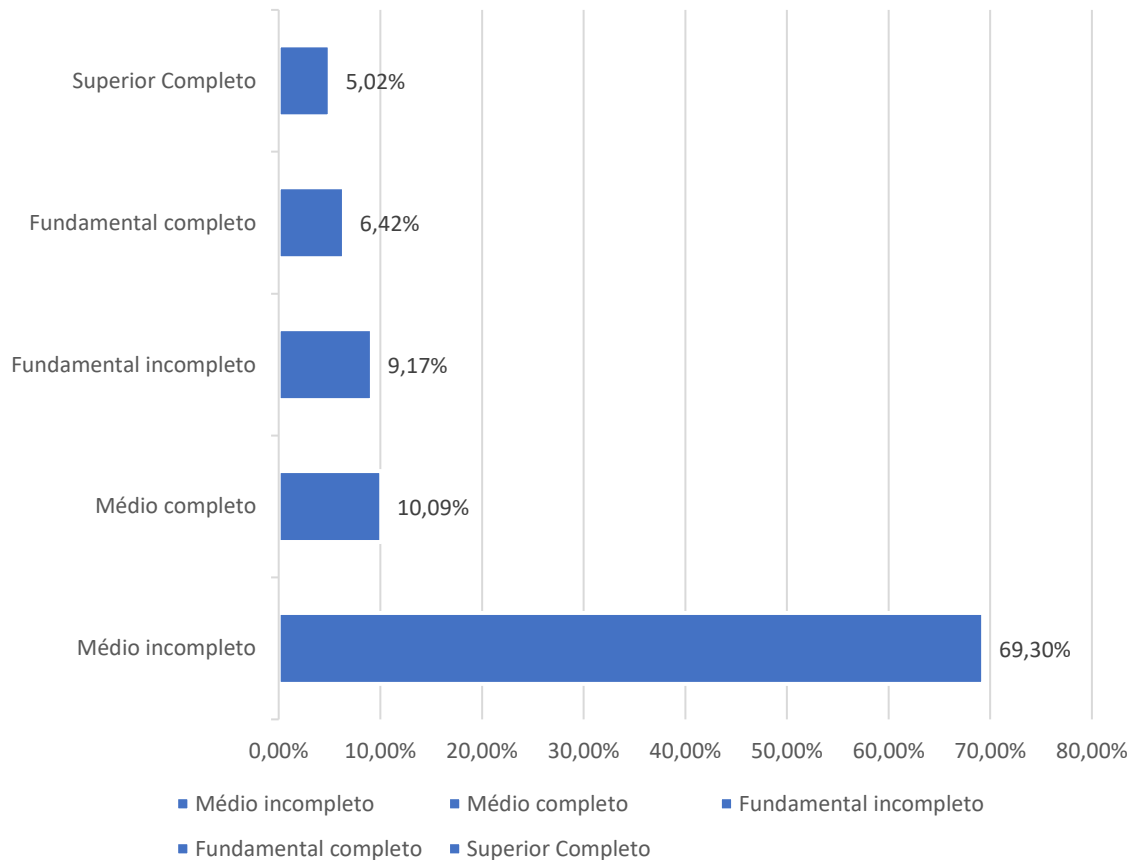
Os dados refletem a diversidade étnica da população indígena na região, um fator importante para entender como diferentes grupos lidam com questões como segurança alimentar, acesso a políticas públicas e práticas culturais. A diversidade étnica identificada na pesquisa sugere que qualquer análise sobre segurança alimentar e acesso a políticas públicas precisa levar em conta as diferenças culturais e territoriais entre os povos indígenas.

Além disso, Rocha e Liberato (2013) afirmam que o território ocupado por cada etnia também determina suas condições de vida. Grupos que ainda possuem acesso às suas terras tradicionais tendem a apresentar maior autonomia alimentar, enquanto aqueles que foram deslocados para contextos urbanos enfrentam dificuldades na manutenção de sua dieta tradicional e maior dependência de alimentos industrializados.

O estudo de Radicchi (2020) destaca que, em contextos urbanos, algumas etnias podem ter sua identidade cultural enfraquecida devido à necessidade de adaptação à sociedade não indígena. Isso pode impactar diretamente o consumo alimentar, os meios de subsistência e a transmissão de saberes tradicionais.

3.3.3 Escolaridade

A Figura 11 apresenta a distribuição da escolaridade dos participantes da pesquisa, destacando os seguintes pontos: 69,30% possuem ensino médio incompleto, indicando que a maioria da população estudada não concluiu essa etapa do ensino; 10,09% concluíram o ensino médio, uma porcentagem relativamente baixa; 9,17% possuem ensino fundamental incompleto, evidenciando uma taxa considerável de evasão escolar antes da conclusão do ensino básico; 6,42% completaram o ensino fundamental, mas não avançaram para o ensino médio; Apenas 0,91% têm ensino superior completo, o que reflete o desafio de acesso à educação superior para esse grupo populacional.

Figura 11: Nível de escolaridade dos participantes

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

Os dados obtidos na pesquisa demonstram um cenário preocupante em relação à continuidade dos estudos entre os moradores do bairro Dabarú, com altos índices de evasão escolar antes da conclusão do ensino médio e uma presença ainda muito limitada de indígenas no ensino superior. Segundo Rosa *et al.* (2012), esse padrão de baixa escolaridade e interrupção precoce da trajetória educacional tem implicações significativas na vida dos participantes, afetando diretamente sua inserção no mercado de trabalho, o acesso à renda e, conseqüentemente, à segurança alimentar.

A escolaridade, nesse contexto, se apresenta como um fator estruturante para o desenvolvimento social e econômico, pois influencia diretamente as oportunidades de emprego e a capacidade das famílias de alcançarem melhores condições de vida. Conforme apontam Moraes, Machado e Magalhães (2021), a baixa escolarização entre populações indígenas e em situação de vulnerabilidade social decorre de uma combinação de fatores históricos e estruturais, incluindo o difícil acesso à escola, a necessidade de trabalho precoce para complementar a renda familiar e a percepção de que a educação formal não contribui de forma imediata para a sobrevivência cotidiana.

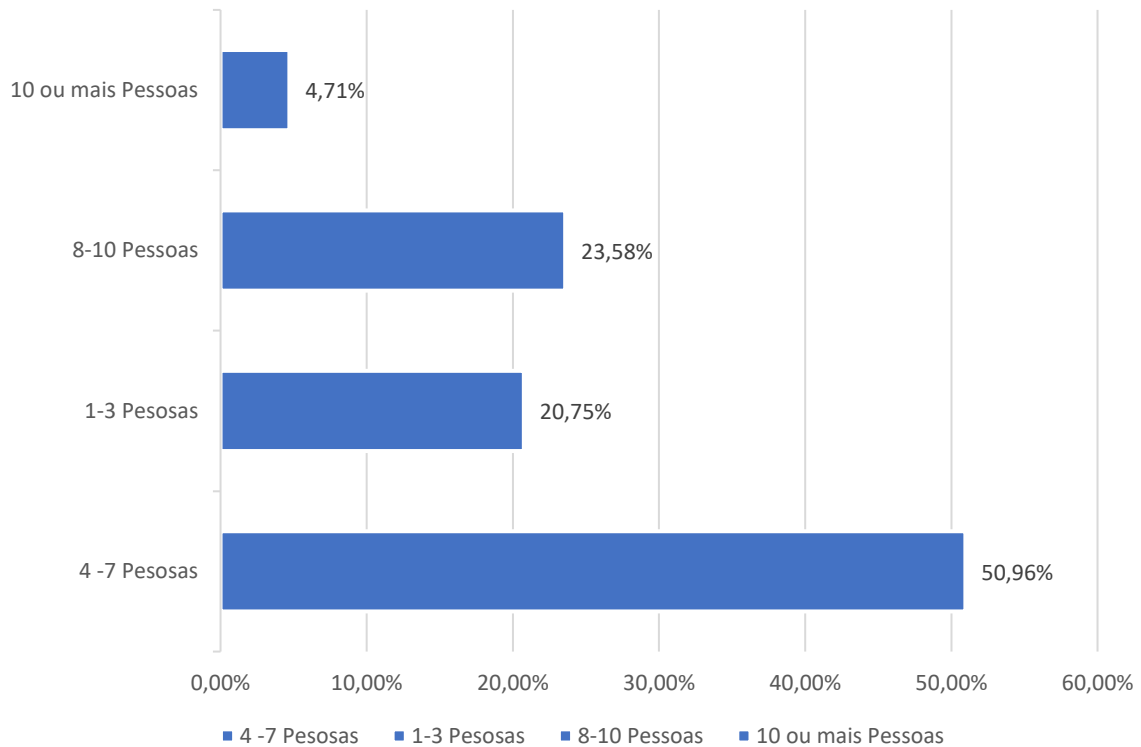
Além das barreiras econômicas, a evasão escolar entre estudantes indígenas também está associada a questões culturais e territoriais. De acordo com Radicchi (2020), muitos jovens abandonam os estudos para apoiar financeiramente suas famílias, especialmente em contextos onde o acesso ao trabalho formal é escasso e a informalidade predomina. Esse cenário reforça a lógica de reprodução da pobreza, na qual a ausência de qualificação educacional restringe as possibilidades de ascensão social.

Outro elemento crítico apontado pela literatura diz respeito à inadequação do modelo educacional tradicional às realidades culturais indígenas. Welch *et al.* (2021) destacam que a escola convencional, muitas vezes, não reconhece ou valoriza os saberes e práticas das comunidades indígenas, tornando-se um ambiente desinteressante, e até hostil, para esses estudantes. A ausência de uma abordagem pedagógica intercultural, que dialogue com os modos de vida e cosmovisões indígenas, contribui para o distanciamento dos alunos e o aumento da evasão escolar.

Os impactos desse processo não se limitam ao campo educacional. A escolaridade está diretamente relacionada à segurança alimentar e à estabilidade econômica das famílias. Conforme Leite e Leite (2022), indivíduos com menor nível de instrução enfrentam mais dificuldades para acessar empregos formais e com melhor remuneração, o que os torna mais vulneráveis à insegurança alimentar. Assim, o ciclo de baixa escolaridade, trabalho precário e restrição alimentar se retroalimenta, mantendo essas populações em condição de fragilidade social.

3.3.4 Quantitativo de pessoas no domicílio

A Figura 12 apresenta a distribuição do número de pessoas por domicílio entre os entrevistados e revela importantes padrões demográficos da população do bairro Dabarú. Os dados indicam que 50,96% dos entrevistados vivem em domicílios compostos por quatro a sete pessoas, caracterizando a predominância de famílias de tamanho médio a grande. Um total de 23,53% reside em lares com apenas uma a três pessoas, formando núcleos familiares menores, enquanto 20,75% vivem com oito a dez pessoas e 4,71% com mais de dez integrantes, sugerindo a presença de famílias extensas e, em alguns casos, situações de superlotação.

Figura 12: Quantidade de moradores no domicílio

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

Essa distribuição evidencia que a maioria dos moradores da amostra vive em contextos familiares amplos, o que possui implicações diretas sobre a dinâmica econômica, a segurança alimentar e o acesso a serviços básicos. Famílias maiores demandam maior volume de recursos para suprir necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação e moradia. No entanto, nem sempre há uma correlação proporcional entre o número de moradores e a renda familiar disponível. Como apontam Silva *et al.* (2020), domicílios numerosos enfrentam maior pressão financeira, uma vez que os custos aumentam sem que haja, necessariamente, um aumento na capacidade de geração de renda.

Entretanto, é necessário interpretar esses dados à luz do contexto sociocultural indígena. Como ressaltam Welch *et al.* (2021), a coabitação entre múltiplas gerações em um mesmo domicílio é uma prática comum entre os povos indígenas, refletindo um modo de vida coletivo e interdependente. Ainda assim, quando essa prática ocorre em condições de pobreza urbana, pode intensificar problemas como insegurança alimentar, escassez de espaço físico e precariedade habitacional. Ou seja, uma estrutura familiar culturalmente significativa pode ser tensionada pelas limitações materiais do ambiente urbano, agravando a vulnerabilidade social.

Outro aspecto crítico é o impacto do número de moradores sobre o acesso às políticas públicas. Conforme destacam Moraes, Machado e Magalhães (2021), famílias numerosas

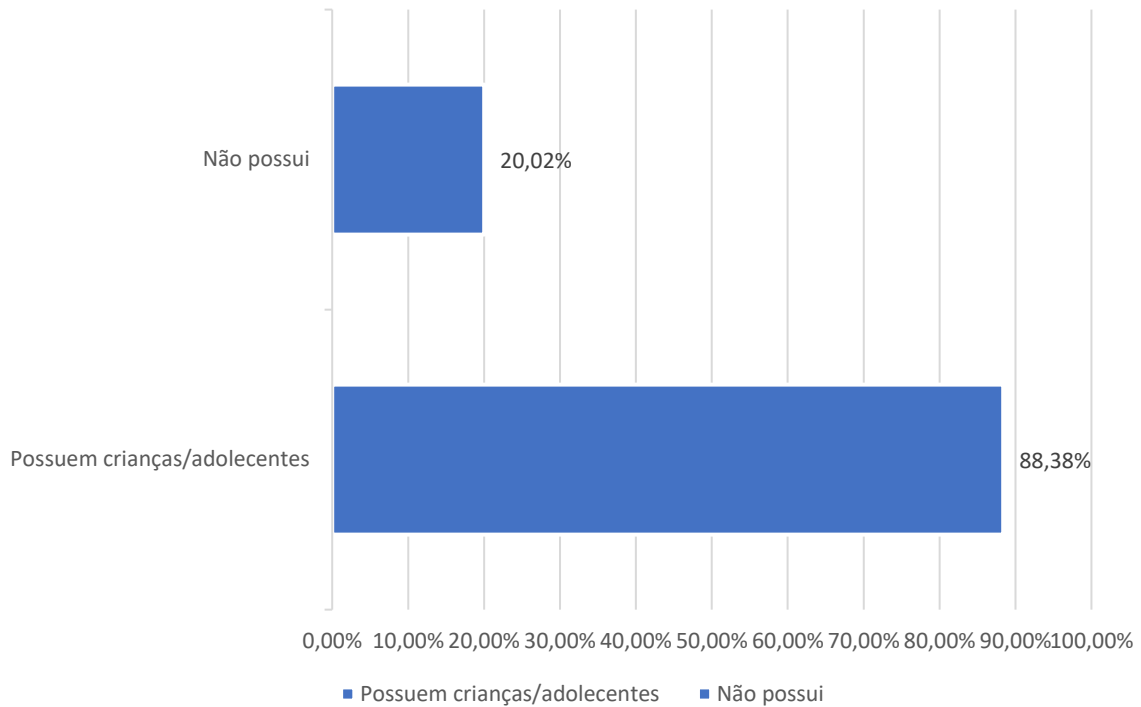
frequentemente enfrentam dificuldades em acessar benefícios sociais de maneira equitativa, principalmente devido a critérios restritivos baseados na renda per capita. Isso pode resultar em situações em que nem todos os membros da família são contemplados por programas como o Bolsa Família ou o Auxílio Gás, limitando o alcance das políticas de proteção social e ampliando a insegurança alimentar em domicílios de maior porte.

A superlotação também apresenta repercussões significativas no campo da educação e da empregabilidade, como discutido por Radicchi (2020). Ambientes domésticos excessivamente populosos podem comprometer a concentração, o rendimento escolar e a continuidade dos estudos, especialmente para crianças e adolescentes. A falta de espaço físico adequado para leitura, tarefas escolares e descanso afeta diretamente o desempenho educacional, podendo contribuir para o aumento da evasão escolar, uma realidade que pode estar diretamente associada aos baixos índices de escolaridade identificados em outras seções desta pesquisa.

Dessa forma, a análise da composição dos domicílios em Dabarú não apenas revela um traço demográfico relevante, mas também permite compreender como a estrutura familiar está conectada a múltiplas dimensões da vulnerabilidade social. A presença de famílias grandes, embora culturalmente significativa, se torna um fator de risco quando associada à exclusão social, à precarização urbana e à ausência de políticas públicas adequadas à realidade indígena urbana.

3.3.5 Quantitativo de crianças e adolescentes no domicílio

A Figura 13 apresenta a proporção de domicílios com crianças entre os entrevistados do bairro Dabarú, revelando um dado expressivo: 88,38% das famílias possuem pelo menos uma criança em seu núcleo doméstico, enquanto apenas 11,62% não contam com crianças em sua composição. Esse achado revela que a presença de crianças é uma característica marcante do perfil familiar da comunidade, o que amplia significativamente as demandas sociais, econômicas e estruturais enfrentadas pelas famílias locais.

Figura 13: Quantidade de crianças no domicílio

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

A predominância de domicílios com crianças implica em desafios específicos para a segurança alimentar, a economia doméstica, o acesso a serviços públicos e o desenvolvimento infantil. Em contextos de vulnerabilidade social, como o de Dabarú, a presença de crianças no lar tende a aumentar a pressão financeira, exigindo gastos adicionais com alimentação, saúde, educação, vestuário e cuidados gerais. Conforme apontam Castro e Oliveira (2022), essas despesas raramente são acompanhadas por um aumento proporcional da renda familiar, o que amplia o risco de pobreza e privações materiais.

Além dos custos diretos, a insegurança alimentar adquire contornos ainda mais graves quando envolve crianças. Freire e Gonçalves (2021) destacam que os efeitos da alimentação inadequada durante a infância são profundos e duradouros, podendo comprometer o crescimento físico, o desenvolvimento cognitivo e o rendimento escolar, com impactos que se estendem por toda a vida. A desnutrição infantil, especialmente quando crônica, está associada a ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão social, nos quais a criança com acesso precário à alimentação e à educação dificilmente rompe a condição de vulnerabilidade herdada.

Outro aspecto relevante diz respeito à saúde mental dos cuidadores, em especial das mães solo, que representam uma parcela significativa dos responsáveis por crianças em domicílios vulneráveis. Como apontam Rodrigues *et al.* (2022), a sobrecarga emocional, física

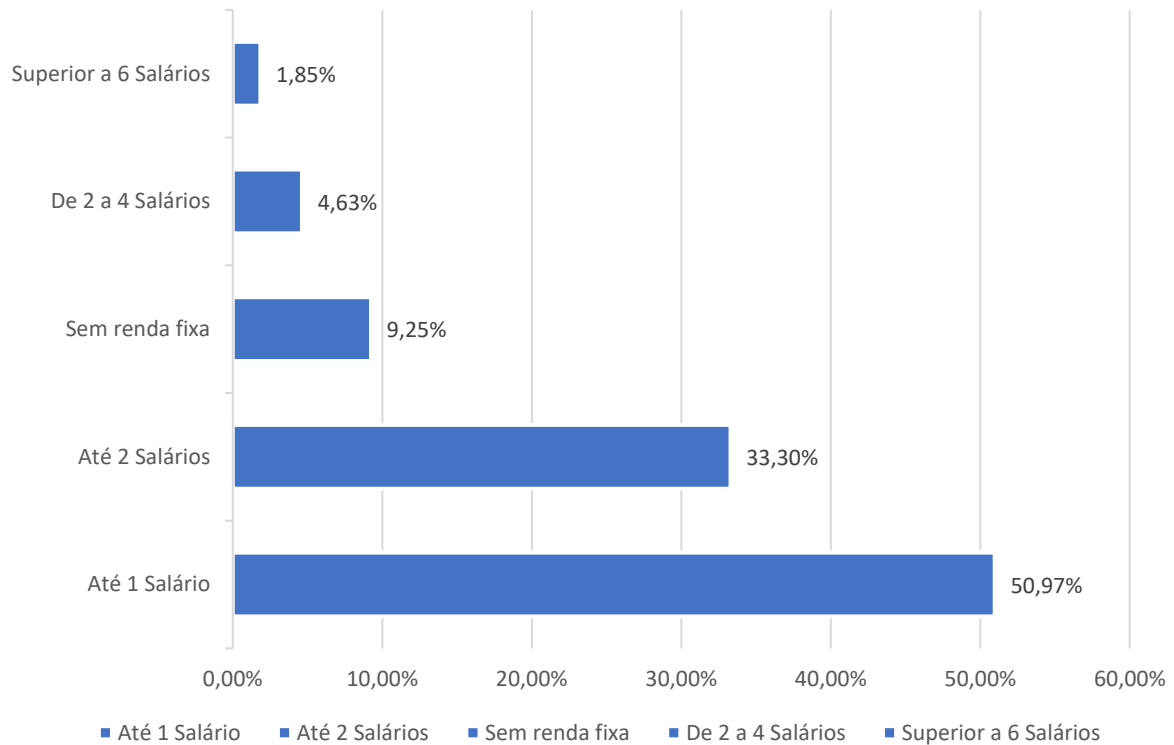
e financeira enfrentada por essas mulheres pode levar a quadros de estresse, ansiedade e depressão, afetando não apenas o bem-estar da mãe, mas também o ambiente afetivo e social em que as crianças crescem.

A análise dos dados da Figura 13, portanto, não se limita à constatação de uma alta taxa de domicílios com crianças. Ela aponta para uma complexa rede de fatores interligados que impactam a qualidade de vida das famílias, especialmente no que se refere ao desenvolvimento infantil e à reprodução da pobreza.

Diante da expressiva presença de crianças no bairro Dabarú, torna-se imprescindível que o Estado atue de forma proativa, territorializada e culturalmente sensível, reconhecendo as particularidades das famílias indígenas e urbanizadas. Garantir os direitos das crianças não é apenas uma obrigação legal, mas uma condição fundamental para o rompimento de ciclos de vulnerabilidade e para a construção de um futuro mais justo e equitativo.

3.3.6 Renda familiar

A Figura 14 apresenta a distribuição da renda familiar dos entrevistados do bairro Dabarú, revelando um panorama de marcada vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com os dados levantados, 50,97% das famílias vivem com até um salário-mínimo (R\$ 1.412,00), o que representa uma situação de baixa renda extrema para praticamente metade da amostra. Além disso, 33,30% possuem renda entre um e dois salários-mínimos, configurando uma faixa ainda vulnerável, com recursos limitados para garantir condições básicas de vida. Um dado especialmente preocupante é que 9,25% das famílias não possuem nenhuma fonte de renda fixa, o que indica condições de extrema pobreza e dependência de redes informais ou programas assistenciais. Apenas 4,63% contam com rendimentos entre dois e quatro salários-mínimos, e somente 1,85% superam os seis salários-mínimos, demonstrando que a parcela economicamente mais confortável é residual dentro da comunidade.

Figura 14: Renda familiar dos participantes

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

Esse cenário apresentado na Figura 14 evidencia que a grande maioria dos moradores vive com recursos muito limitados, o que impõe obstáculos concretos ao acesso à alimentação adequada, saúde, moradia digna, transporte e educação.

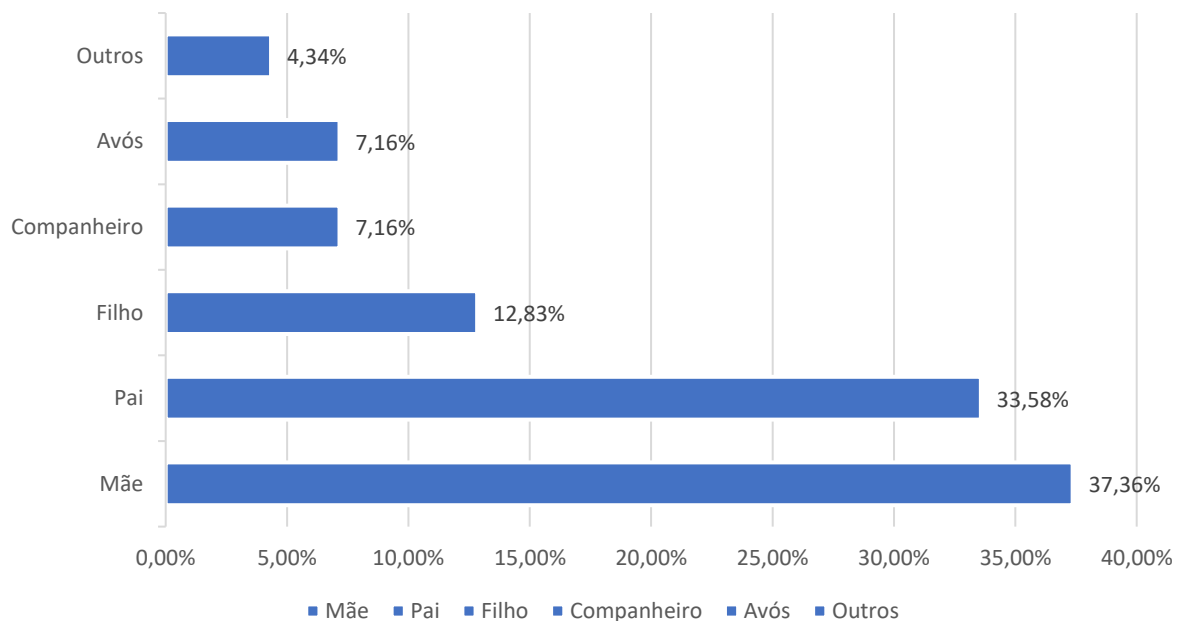
Diante desse cenário, torna-se evidente a urgência de políticas públicas voltadas à redistribuição de renda, geração de emprego, valorização do trabalho informal e fortalecimento de programas de segurança alimentar. É preciso pensar em ações que considerem as especificidades culturais, territoriais e econômicas de populações como as do bairro Dabarú, promovendo inclusão de forma equitativa e sustentável. A simples presença de programas sociais, sem articulação com estratégias de autonomia econômica e justiça social, será sempre insuficiente para romper com o ciclo de pobreza que os dados aqui demonstram de forma tão clara.

Assim, a análise da renda familiar dos entrevistados transcende os números e evidencia um retrato da desigualdade estrutural vivida cotidianamente por grande parte da população, reforçando a necessidade de respostas concretas, integradas e culturalmente adequadas para garantir a dignidade e os direitos das comunidades indígenas urbanas.

3.3.7 Morador com maior renda na família

A Figura 15 apresenta a distribuição das pessoas que exercem o papel de principal provedor de renda nas famílias entrevistadas do bairro Dabarú. Os dados demonstram uma tendência marcante: 37,36% das famílias têm a mãe como principal fonte de renda, o que evidencia uma configuração de matrifocalidade⁴, onde mulheres assumem majoritariamente a responsabilidade pelo sustento do lar. Em segundo lugar, 33,58% indicaram o pai como provedor principal, mantendo ainda uma presença expressiva da figura masculina nesse papel tradicional. Além disso, 12,83% dos entrevistados afirmaram que eles mesmos, filhos ou outros adultos, são a principal fonte de renda, o que pode refletir casos de jovens trabalhadores ou adultos independentes. Em menor proporção, 7,16% dos entrevistados relataram ter o cônjuge ou companheiro como o principal provedor, número idêntico ao de lares em que avós exercem esse papel, sugerindo uma convivência multigeracional comum em contextos indígenas. Por fim, 4,34% indicaram “outro”, demonstrando a existência de arranjos familiares não convencionais.

Figura 15: Familiar com maior renda na residência



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

⁴ A matrifocalidade é um arranjo familiar em que a mãe ocupa posição central na estrutura doméstica, sendo a principal responsável pela criação dos filhos e pela gestão do lar, com participação paterna ausente ou secundária. O termo, cunhado por Raymond Smith em 1956, descreve especialmente famílias afro-caribenhas. Segundo Smith (1973), essas famílias se caracterizam pela centralidade da mãe, predominância de vínculos com parentes maternos e poder decisório feminino no âmbito doméstico.

Esses dados refletem uma transformação importante na estrutura familiar e no papel de gênero dentro dos núcleos domésticos. A significativa presença de mulheres como chefes de família, em especial mães, aponta para um processo crescente de protagonismo feminino no sustento familiar, mesmo em comunidades com forte tradição cultural. Segundo Pinheiro e Nogueira (2021), esse fenômeno se expande no Brasil e é especialmente visível em famílias chefiadas por mulheres solteiras, separadas ou viúvas, que enfrentam o desafio de conciliar as exigências da maternidade, do trabalho e da administração do lar, muitas vezes, em condições de alta vulnerabilidade social.

Esse contexto se torna ainda mais desafiador quando inserido na realidade do trabalho informal e precário, predominante em territórios indígenas urbanizados como Dabarú. Lopes e Silva (2020) destacam que, embora a participação feminina no mercado de trabalho tenha aumentado, as mulheres ainda enfrentam barreiras estruturais para o acesso a empregos formais, sendo frequentemente empurradas para atividades informais e de baixa remuneração. Essa situação agrava a instabilidade econômica das famílias e limita o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários.

Em contextos de baixa renda, como o bairro estudado, a mulher provedora costuma recorrer a múltiplas fontes de renda para garantir a sobrevivência da família. Conforme Carvalho *et al.* (2019), é comum a combinação de atividades formais e informais, que incluem desde serviços domésticos pagos, venda de produtos artesanais e alimentícios, até atividades culturais e agrícolas. Essa pluratividade econômica, embora demonstre a resiliência e criatividade das mulheres indígenas, também revela a ausência de políticas públicas adequadas ao seu contexto produtivo e à valorização de seus saberes tradicionais.

A presença de avós como principais provedores também merece atenção, pois sugere situações em que os mais velhos, muitas vezes aposentados ou envolvidos em atividades autônomas, assumem a responsabilidade econômica pela família. Essa configuração pode ser lida tanto como uma expressão de solidariedade intergeracional quanto como um indício de ausência de suporte social para as gerações mais jovens que, por falta de oportunidades, não conseguem assumir esse papel.

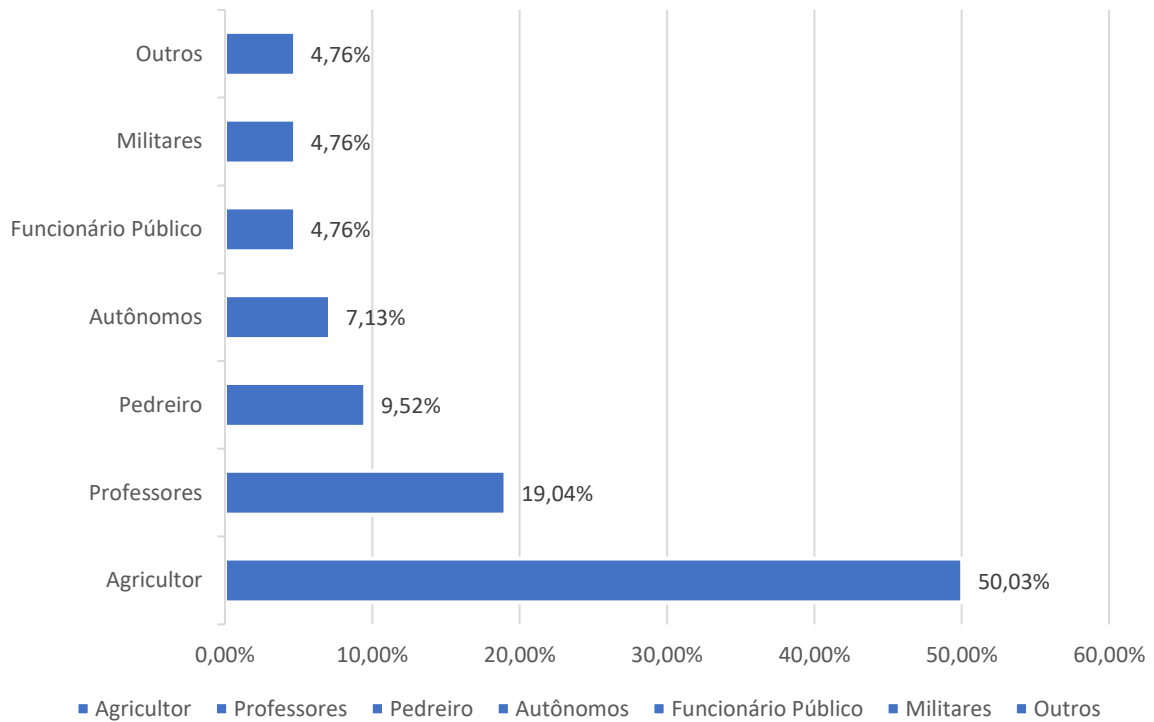
Dessa forma, os dados apresentados reforçam a necessidade de discutir com profundidade o papel da mulher como provedora, principalmente em contextos periféricos e indígenas, marcados por vulnerabilidades estruturais. Além disso, revelam a urgência de repensar as políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho, com enfoque especial no reconhecimento e valorização das atividades informais femininas, frequentemente

invisibilizadas, mas fundamentais para a manutenção da economia local e da segurança alimentar.

Por fim, compreender quem sustenta economicamente os lares é essencial para desenhar estratégias eficazes de apoio às famílias, inclusão produtiva e combate à pobreza, respeitando as diferentes formas de organização familiar e as realidades culturais que estruturam a vida das comunidades. A centralidade das mulheres no sustento das famílias do bairro Dabarú não pode ser tratada apenas como um dado estatístico, mas como um ponto de partida para ações concretas de equidade de gênero, justiça social e fortalecimento comunitário.

3.3.8 Atividade profissional dos entrevistados

A Figura 16 apresenta a distribuição das atividades profissionais dos entrevistados do bairro Dabarú, revelando uma ampla diversidade de ocupações e níveis variados de estabilidade econômica. O dado mais expressivo aponta que 50,03% dos entrevistados trabalham como agricultores(as), confirmando a agricultura como a principal atividade econômica da comunidade. Em seguida, 19,04% atuam como professores(as), demonstrando o peso do setor educacional no mercado de trabalho local. Também se destacam os pedreiros (9,52%), os autônomos e diaristas (7,16%), além de uma parcela significativa de funcionários públicos, militares e agentes de saúde (4,76% cada). Outros grupos menores, mas importantes, incluem pescadores, artesãos, comerciantes e aposentados.

Figura 16: Atividade profissional dos participantes

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

A predominância da agricultura indica a manutenção de práticas tradicionais de subsistência em Dabarú, com forte ligação entre trabalho rural, identidade cultural e segurança alimentar. Conforme apontam Ferreira e Campos (2021), a agricultura familiar em comunidades indígenas não é apenas uma fonte de renda, mas também uma estratégia de resistência e autonomia alimentar. Ao garantir o acesso direto aos alimentos, esse tipo de atividade reduz o impacto da insegurança alimentar e fortalece a soberania das famílias sobre sua própria produção.

Contudo, apesar de seu papel fundamental, a agricultura enfrenta desafios estruturais que ameaçam sua sustentabilidade. Como destacam Santos e Oliveira (2020), a falta de apoio técnico, dificuldades de escoamento da produção, ausência de crédito e competição com grandes produtores tornam a agricultura familiar uma atividade economicamente instável. Isso pode explicar por que, mesmo sendo a principal ocupação, muitos entrevistados também buscam alternativas em setores urbanos e informais, como a construção civil e os serviços autônomos.

A expressiva presença de profissionais da educação (19,04%) na amostra sugere que o setor educacional é uma importante porta de entrada para o emprego formal na região. Esse dado pode estar relacionado à expansão das políticas públicas de formação docente, à presença

de escolas bilíngues e ao esforço pela valorização da educação em comunidades indígenas. Conforme apontam Rodrigues e Lima (2019), a presença de professores indígenas fortalece não apenas o ensino formal, mas também a valorização da cultura local, promovendo educação intercultural e pertencimento identitário.

Por outro lado, a pesquisa também evidencia a presença significativa de trabalhadores informais, com 7,16% atuando como autônomos e diaristas.

A construção civil aparece como outro setor relevante, com 9,52% dos entrevistados trabalhando como pedreiros. Essa ocupação representa uma alternativa importante de inserção econômica para trabalhadores com baixa escolaridade, embora também esteja sujeita a oscilações de mercado e à informalidade. Já os funcionários públicos, militares e agentes de saúde, cada um representando 4,76% da amostra, refletem o peso do setor público como empregador estável, mesmo que em menor proporção.

A presença de aposentados entre os provedores de renda também merece destaque. Como argumentam Nogueira e Lima (2022), a aposentadoria em comunidades rurais e indígenas representa muitas vezes a única fonte de renda fixa, especialmente quando os demais membros da família estão desempregados ou inseridos em atividades precárias. Assim, os benefícios previdenciários têm papel fundamental na manutenção da estabilidade econômica de muitos lares, funcionando como uma forma de proteção social intergeracional.

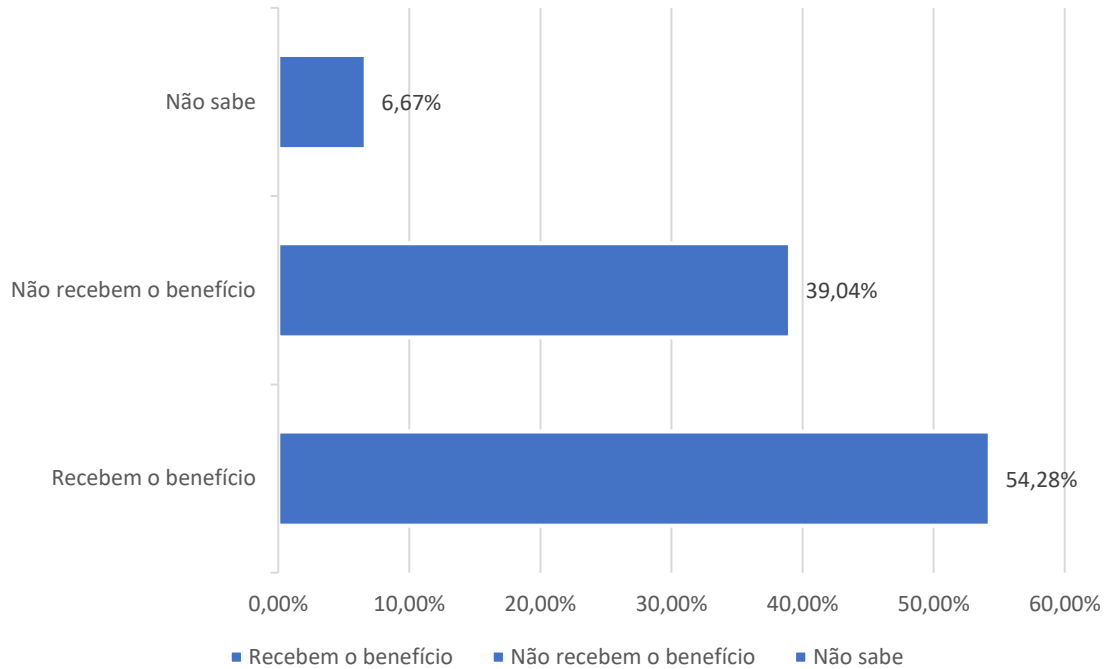
Logo, a distribuição das atividades profissionais no bairro Dabarú evidencia uma economia plural, marcada pela coexistência entre práticas tradicionais, ocupações urbanas e alta informalidade. Cada segmento enfrenta desafios específicos, mas todos estão atravessados pela fragilidade das políticas públicas voltadas à valorização do trabalho rural, à formalização do trabalho informal e à proteção dos trabalhadores. Compreender essa composição é essencial para a formulação de políticas públicas que fortaleçam o emprego digno, incentivem a produção local e respeitem os modos de vida da população indígena urbana.

3.3.9 Recebimento do Bolsa Família

A Figura 17 apresenta a distribuição do recebimento do Bolsa Família entre os entrevistados do bairro Dabarú, revelando que 54,28% das famílias afirmaram receber o benefício, o que evidencia uma alta dependência do programa social como complemento de renda. Em contrapartida, 39,04% dos participantes declararam não ser beneficiários, e 6,68% não souberam responder, revelando lacunas no acesso à informação sobre o próprio

enquadramento no programa. Esses dados apontam não apenas para a centralidade do Bolsa Família na sobrevivência cotidiana de parte expressiva da população, mas também para possíveis falhas de cobertura e exclusão de famílias vulneráveis.

Figura 17: Participantes que recebem o Bolsa Família



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

A expressiva adesão ao Bolsa Família confirma sua importância como principal mecanismo de transferência de renda no país, especialmente em territórios marcados por desigualdades históricas, como comunidades indígenas e periféricas da Amazônia urbana. Segundo Ferreira e Souza (2021), o programa exerce impacto direto na redução da pobreza extrema, ampliando o acesso à alimentação, à saúde preventiva e à educação básica, particularmente entre crianças e adolescentes. No bairro Dabarú, a presença de mais da metade dos entrevistados como beneficiários indica uma forte dependência do auxílio para suprir necessidades mínimas, em um cenário de instabilidade econômica e baixa inserção no mercado de trabalho formal.

Além de sua função econômica, o Bolsa Família também atua como um instrumento de garantia de direitos sociais, ao condicionar a continuidade do benefício à frequência escolar, vacinação e acompanhamento nutricional de crianças e adolescentes. Como afirmam Pereira e Nascimento (2020), essa condicionalidade tem impactos positivos na educação e na saúde infantil, especialmente em contextos de vulnerabilidade, onde o acesso a serviços públicos ainda é limitado. No entanto, a presença de 39,04% dos entrevistados que não recebem o

benefício, mesmo diante da realidade de pobreza da comunidade, levanta questionamentos importantes sobre a abrangência e efetividade da política social.

As razões para a não inclusão de famílias vulneráveis no programa pode ser múltiplas. Silva e Carvalho (2019) ressaltam que a burocracia, a falta de informação e a dificuldade de acesso aos canais de cadastramento são barreiras frequentes para famílias que, embora elegíveis, permanecem fora da cobertura. Rodrigues e Lima (2022) alertam que a descentralização da gestão do Bolsa Família, ao ser implementada de forma desigual, pode deixar de contemplar grupos socialmente invisibilizados, como comunidades indígenas, rurais e periféricas, que enfrentam obstáculos para acessar os sistemas digitais ou regularizar sua documentação.

Além disso, a informalidade do trabalho, predominante em Dabarú, representa um desafio adicional. Muitos trabalhadores não conseguem comprovar sua real situação de renda, o que pode levá-los a ser excluídos do programa por incompatibilidades nos critérios formais de avaliação, como indicam Almeida e Castro (2021). Isso demonstra uma inadequação entre os instrumentos de triagem e a realidade vivida pelas populações mais pobres, cuja renda é muitas vezes instável, sazonal e não registrada formalmente.

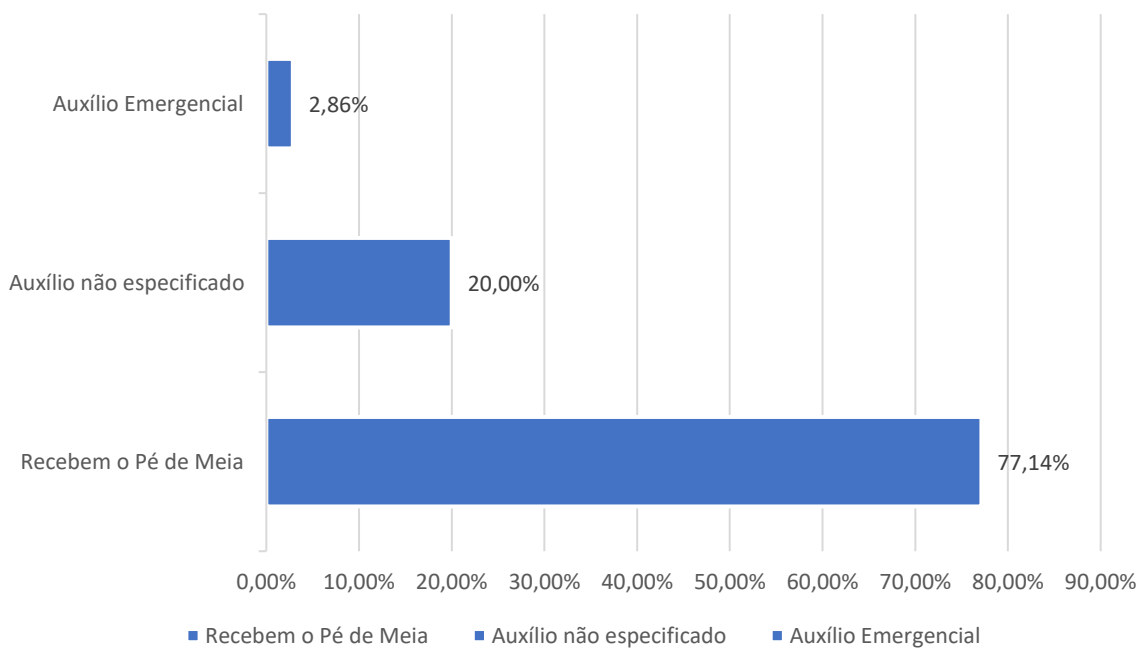
Por fim, vale destacar a centralidade das mulheres na gestão dos recursos do programa. Estudos como o de Mendes e Rocha (2020) apontam que as mulheres são, majoritariamente, as titulares do Bolsa Família, o que fortalece seu papel como gestoras dos lares e responsáveis diretas pela alimentação e cuidado dos filhos. Embora esse protagonismo feminino represente uma conquista, ele também reforça a sobrecarga sobre essas mulheres, que continuam enfrentando barreiras para a inserção no mercado de trabalho e para a conquista de autonomia econômica real. Assim, é necessário articular o Bolsa Família a ações de qualificação profissional, apoio à economia solidária e inclusão produtiva, especialmente voltadas a mulheres indígenas e chefes de família.

Em síntese, os dados revelam que o Bolsa Família é essencial para a subsistência da maioria das famílias entrevistadas, desempenhando um papel estruturante na economia doméstica de Dabarú. No entanto, também evidenciam fragilidades na cobertura e desafios no acesso, especialmente entre grupos vulneráveis que deveriam ser prioritários nas políticas públicas. A continuidade do programa e sua ampliação com base em critérios culturalmente sensíveis e territorialmente adaptados é fundamental para garantir não apenas renda, mas dignidade, segurança alimentar e equidade social em comunidades como Dabarú.

3.3.10 Recebimento de outros benefícios diferentes do Bolsa Família

A análise do recebimento de outros auxílios governamentais e sociais entre os entrevistados que não recebem o Bolsa Família (39,04%) apresenta uma nova camada da dinâmica assistencial no bairro Dabarú. A Figura 18 demonstra que 77,14% desses respondentes relataram receber o benefício “Pé de Meia”, um programa de incentivo financeiro voltado à permanência de estudantes no ensino médio, indicando que a educação tem sido o principal canal de assistência social na ausência do Bolsa Família. Além disso, 20% mencionaram outros auxílios não especificados, que podem estar relacionados a iniciativas estaduais ou municipais e benefícios como Auxílio-Doença; 2,86% recebem o Auxílio Emergencial.

Figura 18: Outros benefícios governamentais recebidos



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

A predominância do Pé de Meia como principal auxílio entre os entrevistados reforça a relevância de programas que vinculam transferência de renda à permanência escolar, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com Ferreira e Lima (2021), programas de incentivo educacional são essenciais para prevenir a evasão escolar em populações indígenas e rurais, onde muitos jovens são forçados a abandonar os estudos para contribuir com a renda familiar. No caso de Dabarú, esse dado aponta para um esforço significativo no sentido de manter adolescentes e jovens na escola, o que pode, a médio prazo, contribuir para a mobilidade social da comunidade.

Por outro lado, a baixa presença de outros auxílios sociais indica um cenário de subutilização dos benefícios disponíveis, o que levanta questões preocupantes sobre acesso à informação, excesso de burocracia e limitações de cobertura. Como apontam Rodrigues e Almeida (2020), a descentralização dos programas sociais, especialmente em territórios afastados dos grandes centros urbanos, pode gerar desigualdade no acesso, dificultando que populações mais vulneráveis sejam devidamente incluídas nos cadastros e nas ações de assistência.

O recebimento do Auxílio Emergencial por apenas 2,86% dos entrevistados demonstra que, apesar do impacto positivo desse benefício durante o período da pandemia da COVID-19, sua descontinuação deixou muitas famílias novamente desamparadas. Segundo Souza e Nascimento (2021), o Auxílio Emergencial foi decisivo para conter o avanço da extrema pobreza entre 2020 e 2021, mas seu caráter temporário expôs a fragilidade de políticas assistenciais baseadas em respostas emergenciais, em vez de estruturas permanentes de proteção social.

Ressalta-se que, embora os dados sugiram que o Pé de Meia seja um avanço importante na promoção da educação, ele não supre as múltiplas necessidades financeiras das famílias. Ou seja, o apoio à permanência escolar é crucial, mas não pode ser isolado de outras dimensões da vida em comunidade. Freitas e Silva (2022) defendem que, para que programas educacionais contribuam efetivamente para a superação da pobreza, eles precisam ser integrados a políticas complementares de segurança alimentar, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, especialmente para as famílias dos estudantes.

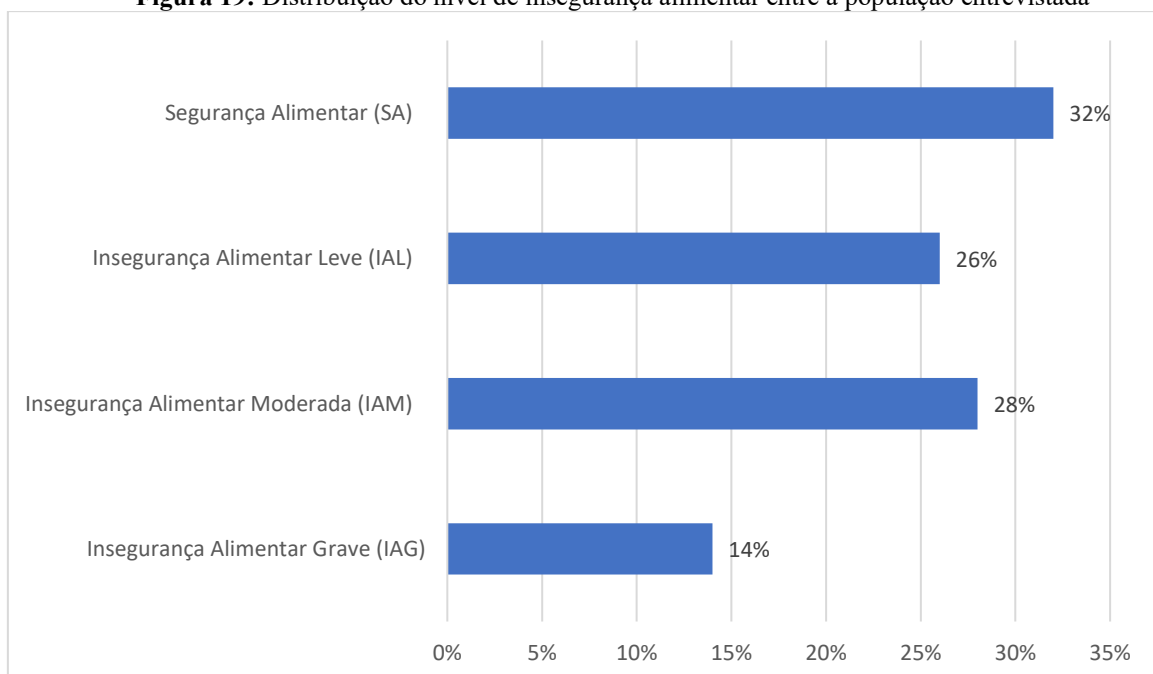
Portanto, os dados apresentados demonstram que, na ausência do Bolsa Família, os auxílios disponíveis são limitados e fortemente concentrados em uma única área: a educação. Embora isso seja positivo por estimular a permanência escolar, evidencia também a fragilidade da rede de proteção social em Dabarú, especialmente no que se refere ao acesso à renda para adultos, ao suporte em saúde e à cobertura previdenciária.

Para que essas políticas públicas cumpram seu papel de forma efetiva, é necessário que o Estado amplie o alcance dos programas existentes, promova campanhas de informação e simplifique os processos de cadastramento, garantindo que nenhuma família em situação de vulnerabilidade fique desassistida.

3.3.11 Níveis de segurança alimentar

A Figura 19 demonstra que a distribuição dos entrevistados conforme o nível de segurança alimentar é uma realidade preocupante: 68% da amostra apresenta algum grau de insegurança alimentar, sendo que 28% enfrentam insegurança alimentar moderada, 26% leve e 14% grave. Apenas 32% dos participantes vivem em condição de segurança alimentar, o que indica que a maioria enfrenta dificuldades no acesso regular e adequado a alimentos. Essa condição está fortemente associada a fatores como gênero, etnia, renda e ocupação, como revelam os dados detalhados nas tabelas anteriores.

Figura 19: Distribuição do nível de insegurança alimentar entre a população entrevistada



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

Os altos índices de insegurança alimentar moderada e leve demonstram um cenário de vulnerabilidade estrutural, onde as pessoas conseguem algum acesso à alimentação, mas com limitações significativas quanto à qualidade e quantidade. Já a insegurança alimentar grave, embora menos prevalente, representa uma condição crítica que exige atenção imediata, pois indica situações de fome e privação.

A distribuição por gênero apresenta indícios significativos sobre a desigualdade no acesso à alimentação adequada. As mulheres, em comparação com os homens, demonstram

estar mais expostas à insegurança alimentar, principalmente nos níveis leve e moderado. Vejamos a Tabela 3 com os percentuais⁵:

Tabela 3: Percentual por gênero e segurança alimentar

Gênero	IAG (%)	IAL (%)	IAM (%)	SA (%)
Feminino	85,71	69,23	78,57	61,54
Masculino	14,29	30,77	21,43	38,46

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

A predominância feminina entre os que enfrentam algum nível de insegurança alimentar reforça a relação entre desigualdade de gênero e pobreza. Mulheres, especialmente quando são chefes de família, estão mais propensas a lidar com recursos limitados, o que impacta diretamente a qualidade e a regularidade da alimentação em seus domicílios (Maciel *et al.*, 2021).

Apesar da amostra ter o maior número de mulheres em relação aos homens, o que explica que as mulheres sejam maioria em todos os nível de segurança alimentar, nossos resultados corroboram com diversos estudos que apontam as mulheres como as mais vulneráveis em relação à insegurança alimentar. Essa disparidade está associada a fatores como desigualdade no acesso a recursos financeiros e oportunidades de emprego (Campos *et al.* 2020).

Essa vulnerabilidade é ainda mais crítica no contexto de populações indígenas, cuja segurança alimentar não se limita apenas à ingestão calórica, mas também envolve a dimensão cultural e espiritual da alimentação, como apontam estudos etnoalimentares (Fávaro *et al.*, 2007). Segundo Coimbra Jr e Santos (2000) as comunidades indígenas, mesmo quando urbanizadas, continuam enfrentando múltiplas formas de exclusão, incluindo o acesso limitado a emprego formal, a serviços públicos e a programas de assistência social em quantidade e qualidade suficientes. A seguir, a Tabela 4 apresenta a análise por etnia, mostra como os grupos historicamente marginalizados, neste caso, os povos indígenas, estão concentrados nos níveis mais críticos de insegurança alimentar.

⁵ Percentuais referem-se à proporção de cada gênero dentro de cada categoria de segurança alimentar.

Tabela 4: Percentual por etnia e segurança alimentar

Etnia	IAG (%)	IAL (%)	IAM (%)	SA (%)
Baré	28,57	23,08	35,71	15,38
Tukano	21,43	15,38	21,43	23,08
Baniwa	14,29	15,38	14,29	15,38
Dessano	14,29	15,38	14,29	15,38
Tuyuca	7,14	7,69	7,14	7,69
Tariano	7,14	7,69	7,14	7,69
Piratapuia	7,14	7,69	—	—

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

A análise dos dados por etnia revela importantes desigualdades na distribuição da insegurança alimentar entre os povos indígenas pesquisados. A etnia Baré apresenta os percentuais mais elevados de insegurança alimentar moderada (35,71%) e grave (28,57%), além de um índice relativamente baixo de segurança alimentar (15,38%), o que indica uma situação de alta vulnerabilidade. De forma semelhante, os Tukano também enfrentam níveis significativos de insegurança, especialmente nos graus leve e moderado, ainda que apresentem um percentual um pouco mais elevado de segurança alimentar (23,08%) em comparação com os Baré.

As etnias Baniwa e Dessano apresentam percentuais similares e medianos nos níveis de insegurança alimentar, com destaque para a presença moderada da segurança alimentar (15,38%). Isso pode indicar condições um pouco menos críticas, mas ainda distantes de um cenário ideal. Já as etnias Tuyuca e Tariano aparecem com percentuais mais baixos nos níveis de insegurança alimentar grave e leve, o que pode sugerir alguma estabilidade, embora os índices de segurança alimentar também sejam modestos (7,69%).

A etnia Piratapuia se destaca por apresentar os percentuais mais baixos de insegurança alimentar em todos os níveis registrados, não havendo registros de insegurança alimentar moderada ou segurança alimentar. Isso está relacionado a uma sub-representação no levantamento já discutido anteriormente neste estudo.

Porém, a etnia é um dos elementos centrais para compreender as desigualdades enfrentadas pelos povos indígenas, pois está diretamente ligada à sua cultura, modo de vida e práticas tradicionais de subsistência. Segundo Welch *et al.* (2021), a diversidade entre as etnias indígenas influencia diretamente suas estratégias de segurança alimentar, pois cada grupo possui práticas agrícolas, de caça, pesca e coleta distintas. Nos dados apresentados, também é

possível confirmar como diferentes etnias enfrentam diferentes níveis de segurança alimentar, reforçando os achados de Welch *et al.* (2021).

Outro ponto relevante é que a identidade étnica influencia a relação com o Estado e o acesso a políticas públicas. Segundo Moraes, Machado e Magalhães (2021), algumas etnias têm maior reconhecimento formal e acesso a direitos específicos, enquanto outras enfrentam dificuldades burocráticas para se enquadrar nas políticas voltadas para povos indígenas. Isso significa que, dentro da própria população indígena, há desigualdades internas no acesso a recursos essenciais.

A renda familiar exerce influência direta e previsível sobre o nível de segurança alimentar. Quanto menor a renda, maior a incidência de insegurança. Vejamos a Tabela 5⁶.

Tabela 5: Percentual por renda e segurança alimentar

Renda Familiar	IAG (%)	IAL (%)	IAM (%)	SA (%)
Até 1 SM	30,0	40,0	20,0	10,0
De 1 a 2 SM	10,0	30,0	40,0	20,0
De 2 a 3 SM	—	10,0	20,0	70,0
Acima de 3 SM	—	—	10,0	90,0

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

A renda familiar é um dos determinantes mais significativos da segurança alimentar. Famílias com renda mensal de até um salário-mínimo concentram os casos mais graves de insegurança alimentar. Os dados corroboram com Jesus, Hoffmann e Miranda (2024) que analisam a relação entre distribuição de renda, pobreza e insegurança alimentar no Brasil, evidenciando que o acesso limitado à renda é um fator preponderante para a vulnerabilidade alimentar.

A restrição alimentar por falta de recursos financeiros constitui um dos indicadores mais diretos de insegurança alimentar moderada ou grave, conforme a classificação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2022). Essa condição representa uma violação do direito humano à alimentação adequada, comprometendo tanto a quantidade quanto a qualidade dos alimentos consumidos, com sérias implicações para a saúde física, mental e social dos indivíduos afetados.

Como apontam Souza e Martins (2021), famílias com rendimentos inferiores a dois salários-mínimos enfrentam dificuldades permanentes para suprir suas necessidades básicas,

⁶ Percentuais indicam distribuição interna dentro de cada faixa de renda.

tornando-se mais propensas à insegurança alimentar, desnutrição e privações habitacionais. No dados apresentados na Tabela 5, das pessoas que recebem de um a dois salários-mínimos, 80% dos que possuem alguma insegurança alimentar, confirmando o diagnóstico de Souza e Martins (2021),

A ausência de renda fixa, presente em quase 10% da amostra, destaca um segmento da população em condição de altíssimo risco social. Essas famílias frequentemente dependem da solidariedade comunitária, do apoio de parentes ou de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, para garantir a própria sobrevivência. Conforme demonstrado por Almeida e Castro (2022), a instabilidade financeira dessas famílias está associada a níveis graves de insegurança alimentar e à exclusão de serviços essenciais, como educação, mobilidade urbana e acompanhamento médico, aprofundando os ciclos de pobreza.

Outro ponto central na análise dos dados é a persistente desigualdade de renda entre grupos sociais, especialmente em territórios periféricos e indígenas. Segundo Pereira *et al.* (2019), a escassez de oportunidades de trabalho formal nessas regiões resulta na concentração de famílias nas faixas salariais mais baixas, além de limitar o acesso à qualificação profissional e à inclusão produtiva. A consequência direta é o reforço estrutural da desigualdade, muitas vezes perpetuada ao longo de gerações.

Essa precariedade econômica também afeta diretamente a qualidade da alimentação disponível às famílias. Rodrigues e Nascimento (2021) alertam que, diante da escassez de recursos, muitas famílias de baixa renda optam por alimentos ultraprocessados, mais baratos e menos nutritivos, o que contribui para o aumento de doenças como obesidade, diabetes, hipertensão e, ao mesmo tempo, desnutrição infantil. Portanto, a renda não influencia apenas o acesso à alimentação em termos de quantidade, mas também em termos de qualidade nutricional, com consequências graves para a saúde pública. Os resultados da Tabela 5 são claros nesse sentido, à medida que o salários aumenta a segurança alimentar melhora, o contrário também é verdadeiro.

As atividades profissionais dos entrevistados revelam muito sobre sua estabilidade econômica e, conseqüentemente, sobre seu acesso à alimentação.

A informalidade e o desemprego estão associados aos níveis mais severos de insegurança alimentar. A informalidade, como discutem Pereira e Souza (2021), é uma das marcas das regiões de baixa renda, associada à ausência de direitos trabalhistas, instabilidade de renda e maior exposição à insegurança alimentar. Esses trabalhadores vivem em constante vulnerabilidade, dependendo de demandas esporádicas e, muitas vezes, sem acesso a benefícios

previdenciários. A Tabela 6 confirma que a relação perversa entre informalidade e insegurança alimentar em Dabarú.

Tabela 6: Percentual por profissão e segurança alimentar

Atividade Profissional	IAG (%)	IAL (%)	IAM (%)	SA (%)
Agricultura	25,0	50,0	15,0	10,0
Artesanato	20,0	40,0	30,0	10,0
Serviços gerais/domésticos	10,0	30,0	40,0	20,0
Desempregado	30,0	40,0	20,0	10,0
Professores/autônomos/saúde	—	—	20,0	80,0
Informal diversos	15,0	35,0	40,0	10,0

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

Conforme argumentam Pereira e Oliveira (2019), famílias cuja principal fonte de renda provém do trabalho informal, sazonal ou precário, como é o caso de muitos entrevistados desta pesquisa, estão mais suscetíveis a períodos de restrição alimentar, uma vez que pequenas variações na renda mensal têm consequências diretas na capacidade de aquisição de alimentos. Essa vulnerabilidade se agrava diante de crises econômicas, alta nos preços de alimentos ou atrasos no pagamento de auxílios governamentais.

A agricultura aparece em vários níveis, mas majoritariamente entre os mais críticos, sugerindo que mesmo a produção de alimentos não assegura segurança alimentar para quem está em situação de baixa renda ou sem apoio institucional.

As atividades tradicionais como pesca, artesanato e comércio, embora com presença menos expressiva, seguem compondo a economia local. De acordo com Mendes e Rocha (2020), essas ocupações vêm sofrendo um processo de desvalorização e perda de espaço devido à urbanização, à exploração excessiva dos recursos naturais e à falta de políticas públicas de incentivo à economia comunitária e tradicional. Além disso, a urbanização de povos indígenas frequentemente resulta na perda de acesso a territórios tradicionais, fontes autônomas de produção de alimentos e práticas alimentares ancestrais (Pacheco; Xavier, 2015), o que pode intensificar a dependência de alimentos industrializados e a exposição à fome.

A ocupação profissional está diretamente relacionada à estabilidade econômica e, conseqüentemente, à segurança alimentar. Indivíduos empregados em setores informais ou em atividades de baixa remuneração, como agricultura de subsistência, artesanato e serviços gerais,

apresentam maior incidência de insegurança alimentar. Isso destaca a importância de políticas públicas que promovam a formalização do trabalho e a valorização salarial.

A pesquisa também reforça os achados de Mendes e Rodrigues (2019), ao mostrar que trabalhadores informais e famílias sem acesso contínuo a programas de proteção social constituem o grupo mais afetado por esse tipo de privação. A instabilidade da renda, aliada à falta de previsibilidade orçamentária, expõe essas famílias a um risco permanente de descontinuidade alimentar, muitas vezes oscilando entre dias com refeições completas e períodos de escassez absoluta. A ausência de políticas públicas eficazes e contínuas agrava esse quadro, especialmente em contextos de urbanização precária, onde o suporte comunitário pode ser insuficiente.

Por fim, o recebimento de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, está concentrado nos níveis de insegurança alimentar, o que demonstra seu papel em mitigar, mas não eliminar, a fome. Os dados⁷ desta análise podem ser analisados na Tabela 7.

Tabela 7: Percentual por recebimento de auxílio e segurança alimentar

Bolsa Família?	IAG (%)	IAL (%)	IAM (%)	SA (%)
Sim	100,0	76,92	92,86	38,46
Não	—	23,08	7,14	61,54

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

Embora o programa atue como um importante amortecedor social, seus beneficiários ainda enfrentam insegurança alimentar severa, o que aponta para a necessidade de complementação com outras políticas públicas, como acesso à educação, trabalho digno e alimentação escolar.

Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, têm um papel significativo na mitigação da insegurança alimentar. Embora não eliminem completamente o problema, esses programas contribuem para a melhoria do acesso aos alimentos. Cotta e Machado (2013) revisaram estudos que avaliaram os impactos do Bolsa Família na promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil, concluindo que o programa tem efeitos positivos, embora desafios ainda persistam. O resultado apresentado na Tabela 7 demonstra que os desafios são muito maiores dos que os que Cotta e Machado (2013) apresentaram. Os dados demonstram a insuficiência do Bolsa Família no que se refere a segurança alimentar, principalmente

⁷ Os percentuais indicam a proporção de indivíduos com ou sem recebimento do Bolsa Família dentro de cada categoria de segurança alimentar.

constatando que as famílias entrevistadas possuem várias crianças. Assim, estratégias complementares de distribuição de renda e acesso a direitos são cruciais.

De acordo com Lopes e Oliveira (2021), o Bolsa Família melhora o acesso a alimentos básicos, mas não garante, por si só, uma dieta equilibrada, devido ao alto custo de alimentos frescos e nutritivos. Dessa forma, o programa reduz a fome, mas não resolve integralmente o problema da má alimentação, o que exige políticas complementares voltadas à produção, distribuição e comercialização de alimentos saudáveis a preços acessíveis.

Os dados coletados corroboram os achados de Pereira e Lima (2020), segundo os quais famílias que dependem de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, estão entre as mais suscetíveis à insegurança alimentar. Considerando que mais da metade dos entrevistados relatou o recebimento de benefícios sociais, é possível inferir que essas famílias, embora inseridas em políticas públicas de mitigação da pobreza, continuam enfrentando dificuldades concretas para garantir a regularidade e a qualidade da alimentação cotidiana.

Outro fator crítico identificado refere-se ao impacto da inflação alimentar sobre os orçamentos familiares. Rodrigues e Almeida (2022) demonstram que o aumento dos preços de alimentos básicos, como arroz, feijão e fontes de proteína, compromete de maneira mais intensa os domicílios com menor poder aquisitivo, que destinam uma parcela significativamente maior de sua renda para a aquisição de bens alimentares essenciais. Isso ajuda a compreender por que, mesmo entre os beneficiários de programas sociais, persiste a preocupação com a possibilidade de faltar comida.

Esse resultado está em consonância com o que apontam Souza e Nascimento (2021), ao afirmarem que o aumento expressivo dos preços dos alimentos nos últimos anos tem forçado famílias de baixa renda a priorizarem alimentos mais baratos e ultraprocessados, em detrimento de opções mais nutritivas. Essa substituição alimentar imposta pela condição econômica contribui para a disseminação daquilo que Mendes e Santos (2020) denominam como “fome oculta”, conceito que se refere à deficiência de micronutrientes essenciais, mesmo diante de uma ingestão calórica aparentemente suficiente.

A fome oculta é particularmente perversa, pois está associada ao aumento de doenças metabólicas como obesidade, hipertensão e diabetes, que afetam de forma desproporcional as populações em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, observa-se uma paradoxal convivência entre desnutrição e excesso de peso, fruto da má qualidade dos alimentos consumidos. Tais efeitos comprometem diretamente a saúde pública e acentuam as desigualdades sociais e raciais, sobretudo quando considerados contextos historicamente marginalizados, como comunidades indígenas e periféricas.

A pesquisa também reforça os achados de Rodrigues e Oliveira (2019), que demonstram que os altos custos de alimentos in natura, como frutas, verduras, legumes e proteínas animais, dificultam a adoção de uma dieta equilibrada por parte das camadas sociais mais pobres. A expressiva maioria dos respondentes que afirmaram não conseguir manter uma alimentação saudável (mais da metade da amostra) sugere que a política de segurança alimentar vigente na região falha em assegurar o acesso equitativo a alimentos nutritivos e adequados.

Outro fator relevante apontado por Lima e Freitas (2022) é a influência do ambiente alimentar na qualidade da dieta das famílias. Regiões com escassez de feiras livres, hortas públicas ou mercados com produtos frescos e acessíveis tendem a oferecer menor diversidade alimentar, forçando a população local a depender de produtos ultraprocessados e de baixo valor nutricional. Esse fenômeno, conhecido como deserto alimentar, pode estar presente no bairro pesquisado, agravando ainda mais a insegurança alimentar local.

Além das implicações econômicas, a insegurança alimentar também produz efeitos deletérios sobre a saúde e o desenvolvimento infantil. Conforme apontam Ferreira e Souza (2019), crianças que vivem em lares marcados por restrições alimentares têm maior probabilidade de apresentar *déficits* cognitivos, fadiga, dificuldades de concentração e baixo desempenho escolar. A carência nutricional nos primeiros anos de vida afeta diretamente o desenvolvimento neurológico e pode comprometer a trajetória educacional e social dessas crianças a longo prazo.

Outro aspecto relevante refere-se à qualidade dos alimentos consumidos. Carvalho e Mendes (2021) observam que, mesmo em contextos em que há algum nível de acesso à alimentação, famílias em situação de vulnerabilidade tendem a recorrer a alimentos ultraprocessados e com baixo valor nutricional, devido ao seu menor custo. Essa escolha forçada por limitações econômicas contribui para a ocorrência simultânea de desnutrição e obesidade, configurando o que a literatura denomina de "dupla carga da má nutrição".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central compreender as dinâmicas de segurança e soberania alimentar no bairro Dabarú, em São Gabriel da Cachoeira, com ênfase nas especificidades das populações indígenas urbanizadas. Partindo da problemática da insegurança alimentar que afeta de forma aguda os povos indígenas em contexto urbano, buscou-se investigar como as condições socioeconômicas, o acesso às políticas públicas e as estratégias comunitárias de enfrentamento contribuem (ou não) para a efetivação do direito humano à alimentação adequada.

A justificativa do estudo esteve ancorada na urgência de se compreender os impactos da urbanização e das desigualdades estruturais sobre a segurança alimentar de comunidades indígenas, cuja realidade é frequentemente invisibilizada pelas estatísticas oficiais e pelas formulações generalistas das políticas públicas. Ao focalizar o bairro Dabarú, a pesquisa procurou dar visibilidade a um território marcado por resistências cotidianas, práticas tradicionais de produção alimentar e múltiplas vulnerabilidades.

Os resultados da pesquisa foram satisfatórios em relação aos objetivos propostos. A aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), associada a entrevistas e observações em campo, revelou um cenário preocupante: mais da metade das famílias entrevistadas apresentou algum grau de insegurança alimentar. Os dados revelam a gravidade da situação alimentar e sua relação direta com a instabilidade da renda, o desemprego, a informalidade laboral e a fragilidade das políticas sociais no município.

Por outro lado, a pesquisa também identificou estratégias locais de resiliência, como o cultivo de hortas comunitárias, a criação de redes de solidariedade entre vizinhos e a valorização de saberes alimentares ancestrais. Esses elementos não apenas funcionam como formas de enfrentamento à fome, mas também reafirmam a soberania alimentar enquanto direito à autodeterminação cultural e nutricional dos povos indígenas.

A articulação entre os métodos quantitativos e qualitativos permitiu uma leitura densa e crítica da realidade alimentar de Dabarú, evidenciando que a insegurança alimentar não pode ser compreendida isoladamente, mas como expressão das múltiplas dimensões da desigualdade: territorial, étnica, de gênero, de acesso à educação e aos bens comuns. O estudo também demonstrou que os programas de transferência de renda, embora relevantes, não são suficientes para garantir a segurança alimentar plena, sendo necessária uma abordagem intersetorial que integre educação alimentar e nutricional, fortalecimento da agricultura urbana e inclusão produtiva.

Logo, os resultados alcançados confirmam a hipótese de que a insegurança alimentar no bairro Dabarú é tanto estrutural quanto simbólica, afetando o cotidiano das famílias e comprometendo a transmissão intergeracional de conhecimentos alimentares indígenas. Contudo, também evidenciam que há potência transformadora nas práticas comunitárias e nos saberes locais.

Além de cumprir seus objetivos analíticos e empíricos, este estudo proporcionou à pesquisadora uma experiência profunda de escuta, aprendizado e reflexão sobre os modos de vida indígenas em contexto urbano. O trabalho de campo no bairro Dabarú não apenas enriqueceu a compreensão acadêmica da problemática investigada, mas também revelou o valor ético e político do engajamento direto com as comunidades pesquisadas.

A convivência com os moradores, as conversas informais, as visitas às hortas e a observação atenta das práticas alimentares cotidianas contribuíram para uma aproximação respeitosa com os saberes locais, muitas vezes negligenciados pela ciência tradicional. Essa vivência ampliou o olhar da pesquisadora sobre a relação entre território, identidade e alimentação, permitindo uma escuta sensível e implicada nas realidades enfrentadas pelas famílias indígenas.

A partir dessa trajetória, abrem-se importantes perspectivas futuras de aprofundamento e desdobramento da pesquisa. Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade de estudos longitudinais que possam acompanhar os impactos de políticas públicas específicas como aquelas voltadas para o acesso à educação alimentar e nutricional, e iniciativas de agricultura urbana sobre a segurança alimentar em territórios indígenas urbanizados. Em segundo lugar, torna-se fundamental ampliar o escopo para compreender as diferenças geracionais e de gênero nas estratégias de alimentação e resistência, valorizando a pluralidade de vozes no interior das comunidades. A pesquisa também aponta para a urgência de se construir indicadores e metodologias de avaliação que considerem as especificidades socioculturais dos povos indígenas, superando os modelos homogêneos aplicados pelas políticas públicas convencionais.

Como direcionamento prático, propõe-se que os resultados desta dissertação possam subsidiar diálogos com gestores públicos, organizações indígenas e movimentos sociais locais, com vistas à construção de políticas alimentares mais justas, territorializadas e culturalmente adequadas. O reconhecimento da soberania alimentar como direito coletivo e expressão da autodeterminação indígena deve orientar tais ações, fortalecendo as capacidades locais de produção e distribuição de alimentos saudáveis e apropriados culturalmente.

Por fim, este estudo também assume um papel significativo no contexto do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), ao contribuir para a

consolidação de uma perspectiva interdisciplinar, crítica e situada sobre os desafios da sustentabilidade na região. Ao integrar dimensões ambientais, sociais, culturais e políticas, a dissertação reafirma o compromisso do PPGSCA com uma ciência comprometida com a transformação social e com a valorização dos saberes amazônicos.

Nesse sentido, o percurso investigativo empreendido aqui não apenas agregou à formação acadêmica da pesquisadora, como também fortaleceu o diálogo entre universidade e sociedade, reafirmando o papel da pesquisa como instrumento de denúncia, escuta e proposição.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, I. W. O. **Fatores associados à insegurança alimentar domiciliar em uma coorte de mulheres residentes em áreas vulneráveis a arboviroses de Fortaleza-CE.** 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.
- ALMEIDA, M. T.; CASTRO, R. L. Trabalho informal e programas de transferência de renda: impactos do Bolsa Família. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 8, n. 3, p. 120-137, 2021.
- BABBIE, El. **Métodos de pesquisas de Survey.** Trad. Guilherme Cezarino. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.
- CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei Dom Manuel sobre o achamento do Brasil.** [S.l.]: Portal ABEL, [2020?]. Disponível em: <https://portalabel.org.br/images/pdfs/carta-pero-vaz.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- CAMPOS, Jussara Maysa et al. Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1529-1538, 2020.
- CARVALHO, L. S.; NASCIMENTO, F. P. Programas de transferência de renda e sua eficácia na redução da insegurança alimentar no Brasil. **Revista de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, v. 8, n. 1, p. 55-72, 2019.
- COIMBRA JR, Carlos Everaldo Alvares; SANTOS, Ricardo Ventura. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, v. 5, p. 125-132, 2000.
- COTTA, Rosângela Minardi Mitre; MACHADO, Juliana Costa. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 33, p. 54-60, 2013.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.
- FARFÁN, Juan Camilo Calderón et al. Condiciones de seguridad alimentaria en una comunidad indígena de Colombia. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 28, 2019.
- FÁVARO, Thatiana et al. Segurança alimentar em famílias indígenas terena, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 4, p. 785-793, 2007.
- FERREIRA, C. L.; SOUZA, P. H. A eficácia do Bolsa Família na redução da pobreza extrema no Brasil. **Estudos Econômicos e Sociais**, v. 10, n. 1, p. 55-78, 2021.
- FERREIRA, L. C.; CAMPOS, M. A. Agricultura familiar e segurança alimentar: um estudo sobre a produção de subsistência em comunidades rurais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 14, n. 2, p. 45-67, 2021.
- FONTANA, Eliane; COSTA, Marli Marlene Moraes da. A nova mulher em uma nova comunidade: um recorte entre as comunidades tradicionais e as sociedades atuais em matéria de gênero. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 21, n. 1, p. 182-214, 2016.

- FREITAS, G. H.; SILVA, P. R. Educação e assistência social: desafios na implementação de programas de permanência escolar. **Revista de Políticas Educacionais e Sociais**, v. 7, n. 2, p. 75-92, 2022.
- GIATTI, L. L.; et al. Condições sanitárias e socioambientais em Iauaretê, área indígena em São Gabriel da Cachoeira, AM. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1711-1723, 2007.
- GIATTI, Leandro Luiz et al. Condições sanitárias e socioambientais em Iauaretê, área indígena em São Gabriel da Cachoeira, AM. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1711-1723, 2007.
- HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências/Food Security and Food Sovereignty: convergences and divergences. **Revista Nera**, n. 35, p. 174-198, 2017.
- INTERLENGHI, Gabriela S. et al. Suitability of the eight-item version of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale to identify risk groups: evidence from a nationwide representative sample. **Public Health Nutrition**, v. 22, n. 5, p. 776-784, 2019.
- JESUS, Josimar Gonçalves de; HOFFMANN, Rodolfo; MIRANDA, Sílvia Helena Galvão de. Insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 4, p. e281936, 2024.
- LEITE, Maria Laís dos Santos; LEITE, Jäder Ferreira. (In) segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 528-538, 2022.
- LIBERATO, R. S. **Comunicação, saberes e sabores: estratégias de sobrevivência e práticas de bem viver na aldeia Cinta Vermelha-Jundiba**. 2018. 333f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.
- LIBERATO, Rita Simone. **Comunicação, saberes e sabores: estratégias de sobrevivência e práticas de bem viver na aldeia Cinta Vermelha-Jundiba**. 2018. 333f. 2018. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) -Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe.
- LIMA, F. A.; FREITAS, G. R. Ambientes alimentares e desigualdade nutricional: desafios para políticas de segurança alimentar. **Revista Brasileira de Nutrição Social**, v. 9, n. 2, p. 88-106, 2022.
- LIMA, J. T.; ROCHA, G. H. A alimentação de baixa renda e o consumo de ultraprocessados: impactos na saúde pública. **Revista Brasileira de Nutrição e Segurança Alimentar**, v. 10, n. 2, p. 99-115, 2021.
- MACIEL, Erika da Silva et al. Insegurança alimentar em comunidades quilombolas: um estudo transversal. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. e021017-e021017, 2021.
- MELO, J. G. Dimensões do Urbano: O que as narrativas indígenas revelam sobre a cidade? Considerações dos Baré sobre Manaus, AM. **Teoria e Cultura**, v. 8, n. 1, 2013.
- MELO, Juliana G. Dimensões do Urbano: O que as narrativas indígenas revelam sobre a cidade?-Considerações dos Baré sobre Manaus, AM. **Teoria e cultura**, v. 8, n. 1, 2013.
- MENDES, J. P.; RODRIGUES, C. L. Trabalho informal e insegurança alimentar: desafios e perspectivas. **Estudos em Políticas Sociais e Nutrição**, v. 7, n. 3, p. 112-130, 2019.

- MENDES, J. P.; SANTOS, C. L. Insegurança alimentar e impactos na saúde mental: uma análise das populações vulneráveis. **Revista de Saúde Pública e Nutrição Social**, v. 15, n. 2, p. 88-106, 2022.
- MORAES, V. D.; MACHADO, C. V.; MAGALHÃES, R. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: dinâmica de atuação e agenda (2006-2016). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 6175-6187, 2021.
- MORAES, Verena Duarte de; MACHADO, Cristiani Vieira; MAGALHÃES, Rosana. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: dinâmica de atuação e agenda (2006-2016). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 6175-6187, 2021.
- MOURA, P. G.; BATISTA, L. R. V.; MOREIRA, E. A. M. População indígena: uma reflexão sobre a influência da civilização urbana no estado nutricional e na saúde bucal. **Revista de Nutrição**, v. 23, p. 459-465, 2010.
- MOURA, Patrícia Garcia de; BATISTA, Luciana Rodrigues Vieira; MOREIRA, Emilia Addison Machado. População indígena: uma reflexão sobre a influência da civilização urbana no estado nutricional e na saúde bucal. **Revista de Nutrição**, v. 23, p. 459-465, 2010.
- NASCIMENTO, J. L.; ROCHA, T. A. A insegurança alimentar e a incerteza no acesso a alimentos básicos: um estudo sobre famílias de baixa renda. **Revista de Economia e Sociedade**, v. 9, n. 3, p. 98-115, 2020.
- OLIVEIRA, A. P.; SILVA, G. R. A insegurança alimentar no Brasil: desafios e perspectivas. **Estudos em Políticas Sociais e Alimentação**, v. 9, n. 4, p. 112-130, 2021.
- PACHECO, Sandra Simone Queiroz de Moraes; XAVIER, Kate Oliveira. Práticas alimentares do grupo indígena Kariri-xocó, de Lauro de Freitas-BA: sustentabilidade e desafios em contextos de mudanças. **Demetra: Food, Nutrition & Health/Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 10, n. 3, 2015.
- PANDOLFI, Izabela Andrade; MOREIRA, Larissa Quirino; TEIXEIRA, Estelamar Maria Borges. Segurança alimentar e serviços de alimentação-revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 42237-42246, 2020.
- PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes et al. Educação Indígena: o que se tem pesquisado? **Debates em Educação**, v. 16, n. 38, p. e15850-e15850, 2024.
- PEREIRA, R. M.; OLIVEIRA, A. F. A relação entre trabalho informal e restrição alimentar no Brasil. **Revista de Economia e Alimentação Popular**, v. 10, n. 1, p. 75-92, 2019.
- PIPERATA, Barbara Ann; MCSWEENEY, Kendra; MURRIETA, Rui Sergio. Conditional cash transfers, food security, and health: biocultural insights for poverty-alleviation policy from the Brazilian Amazon. **Current Anthropology**, v. 57, n. 6, p. 806-826, 2016.
- RADICCHI, Marcelo Rocha. Visibilidade do indígena em situação urbana nas Microrregiões do estado do Amazonas a partir do Censo Demográfico. **Espaço Ameríndio**, v. 14, n. 2, p. 88-88, 2020.
- RAUPP, Ludimila et al. Saneamento básico e desigualdades de cor/raça em domicílios urbanos com a presença de crianças menores de 5 anos, com foco na população indígena. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00058518, 2019.

- RIAÑO UMBARILA, E. **Organizando su espacio, construyendo su territorio:** transformaciones de los asentamientos Ticuna en la ribera del Amazonas colombiano. Leticia: Universidad Nacional de Colombia sede Leticia, 2003.
- RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1985.
- ROCHA, Cecília; LIBERATO, Rita Simone. Food sovereignty for cultural food security: the case of an indigenous community in Brazil. **Food, Culture & Society**, v. 16, n. 4, p. 589-602, 2013.
- ROSA, Tereza Etsuko da Costa et al. Segurança alimentar em domicílios chefiados por idosos, Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 15, p. 69-77, 2012.
- SANTOS, Fabiane Vinente dos. " Comida de branco, comida de índio": consumo alimentar, agency e identidade entre mulheres indígenas urbanizadas no Alto Rio Negro. **Tematicas**, v. 16, n. 31, p. 91-117, 2008.
- SANTOS, Leonardo Pozza dos et al. Tendências e desigualdades na insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19: resultados de quatro inquéritos epidemiológicos seriados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 5, p. e00268520, 2021.
- SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; MARIN-LEON, Leticia. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.
- SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes; BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Árvores frutíferas nos quintais urbanos de Boa Vista, Roraima, Amazônia brasileira. **Acta Amazonica**, v. 37, p. 497-504, 2007.
- SILVA, Maria Zênia Tavares da. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. **Configurações. Revista Ciências Sociais**, n. 25, p. 97-111, 2020.
- SMITH, Raymond T. The matrifocal family. **The character of kinship**, p. 121-144, 1973.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- TOBIAS, Rodrigo et al. Direito à cidade para povos indígenas na perspectiva do direito à saúde: uma revisão integrativa. **arq. urb**, n. 38, p. 31-41, 2023.
- WELCH, James R. et al. Food profiles of indigenous households in Brazil: results of the first national survey of indigenous peoples' health and nutrition. **Ecology of Food and Nutrition**, v. 60, n. 1, p. 4-24, 2021.

APÊNDICE

APÊNDICE A – PROTOCOLO DE ENTREVISTA

Soberania alimentar entre os povos indígenas em São Gabriel da Cachoeira: um estudo de caso no bairro Dabarú

PROTOCOLO DE ENTREVISTA

Questionário n°	Data:	Local:
Tipo: Moradores do bairro selecionado		
Você aceita que a entrevista seja gravada?		
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Este formulário contém algumas questões que solicitam dados pessoais. Você deseja respondê-las? <i>(informar ao entrevistado que ele poderá optar por não responder quaisquer questões)</i>		
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
1. Nome:		
2. Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro		
3. É nascido no município de São Gabriel da Cachoeira?		
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
3.1 se não for, qual o município e estado de nascimento?		
4. Idade <input type="checkbox"/> 18 a 24 anos <input type="checkbox"/> 25 a 34 <input type="checkbox"/> 35 a 44 <input type="checkbox"/> 45 a 55 <input type="checkbox"/> acima de 55 anos		
5. Auto Declaração: <input type="checkbox"/> Indígena; <input type="checkbox"/> Negro; <input type="checkbox"/> Pardo; <input type="checkbox"/> Amarelo; <input type="checkbox"/> Branco		
5.1 Se indígena, qual etnia?		
6. Escolaridade <input type="checkbox"/> não acessou <input type="checkbox"/> ensino fundamental incompleto <input type="checkbox"/> ensino fundamental completo		
<input type="checkbox"/> ensino médio incompleto <input type="checkbox"/> ensino médio completo <input type="checkbox"/> ensino superior incompleto		
<input type="checkbox"/> ensino superior completo <input type="checkbox"/> pós-graduação		
7. Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos (Marque apenas uma resposta)		
<input type="checkbox"/> Moro sozinho <input type="checkbox"/> Uma a três <input type="checkbox"/> Quatro a sete <input type="checkbox"/> Oito a dez <input type="checkbox"/> Mais de dez		

8. Existem crianças (menores de 12 anos) que moram na sua casa?

Sim Não

9. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? (Marque apenas uma resposta)

Nenhuma renda.

Até 1 salário-mínimo (até R\$ 1.412,00).

De 1 a 2 salários-mínimos (de R\$ 1.412,00 até R\$ 2.824,00).

De 2 a 4 salários-mínimos (de R\$ 2.824,00 até R\$ 5.648,00).

De 4 a 6 salários-mínimos (de R\$ 5.648,00 até R\$ 8.472,00).

Mais de 6 salários-mínimos (de R\$ 8.472,00 -).

10. Quem é a pessoa que mais contribui na renda mensal familiar? Cite a atividade laboral, mesmo que seja trabalho informal e/ou recebimento de auxílio governamental:

Você mesmo Cônjuge / companheiro (a) Pai Mãe Avô/Avó

Outra pessoa, quem? _____

10.1 Especifique a atividade/profissão: _____

11. Você recebe Bolsa Família?

Sim Não

11.1 Se não, você recebe algum outro auxílio do governo? (*Ex. Seguro defeso; auxílio emergencial etc.*)

Segurança Alimentar			
PERGUNTA	SIM	NÃO	Não sabe/ Não respondeu
12. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?			
13. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?			
14. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?			
15. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, por que o dinheiro acabou?			

16. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição, por que não havia dinheiro para comprar comida?			
17. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia, por que não havia dinheiro para comprar comida?			
18. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, por que não havia dinheiro para comprar comida?			
19. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?			

Classificação e pontos de corte da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) de oito itens.

- 0 Segurança alimentar (0 pontos)
- 1 Insegurança alimentar leve (1 a 3 pontos)
- 2 Insegurança alimentar moderada (4 a 5 pontos)
- 3 Insegurança alimentar grave (6 a 8 pontos)

20. O você **MAIS GOSTA** de comer? *(a pessoa pode citar mais de um tipo de alimento seja compra, caça ou coleta)*

21. Você tem acesso a esse alimento aqui na região? Se sim, como? *(Você compra ou troca? Você planta? Você extrai da floresta ou caça?)* Se não, por quê? *(Causas possíveis: preço alto, dificilmente se encontra na região ou é um alimento que não dá o ano todo – como a formiga; o açai – ou de baixa qualidade etc.)*

22. Nos últimos 15/20 anos, você percebeu alguma mudança no clima? (No geral, passou a chover mais? chover menos? chover mais no verão ou no inverno? está mais quente/mais frio etc.) Algum evento específico lhe marcou? (seca/cheia... quando) _____

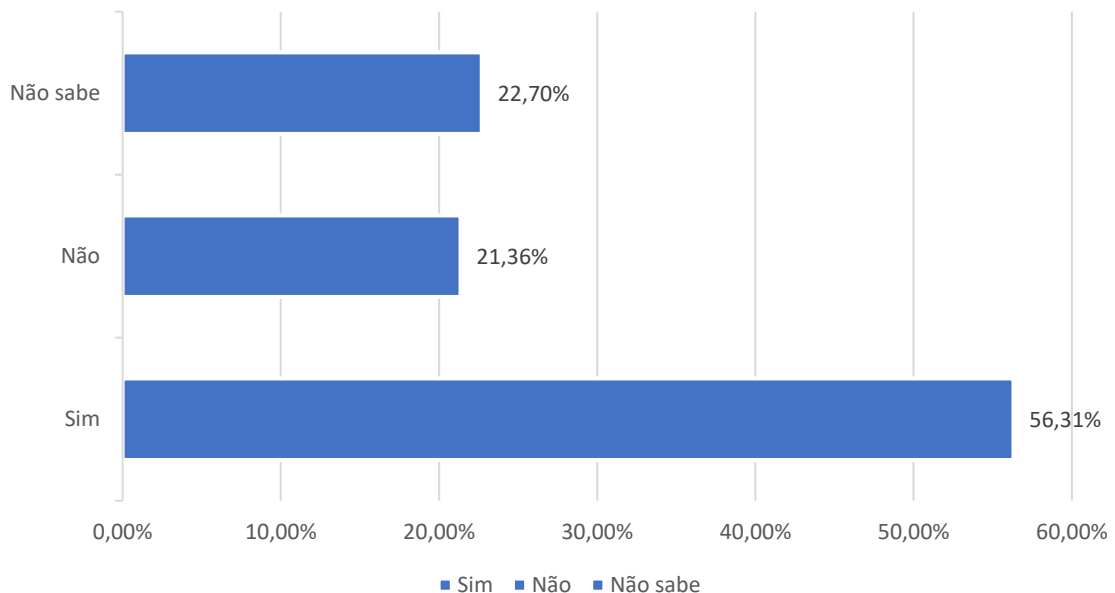
22.1 *(Se respondeu Sim na pergunta anterior)* Na sua opinião, essas alterações afetaram a sua alimentação e de sua família? Algum alimento que você gosta de comer e/ou que considera importante foi afetado por essas alterações? (Se compra: alimento ficou muito caro? Ficou mais difícil de achar? Algum alimento merece destaque? Se planta/cria/extrai: afetou produtividade? Ficou mais difícil de encontrar na floresta? Qual o mais afetado?

APÊDICE B – ANÁLISE INDIVIDUAL DE ALGUMAS PERGUNTAS DA ESCALA BRASILEIRA DE SEGURANÇA ALIMENTAR APLICADAS NO BAIRRO DABARÚ, SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

Preocupação com a falta de comida

A preocupação com a falta de comida configura-se como um importante indicativo da presença dessa condição em um determinado grupo populacional, o que está representado na Figura 1.

Figura 1: Preocupação dos entrevistados em relação à falta de comida



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

O gráfico apresentado na Figura 1 demonstra que 56,31% responderam "Sim", indicando que mais da metade dos participantes enfrenta preocupação constante ou frequente com a possibilidade de faltar comida em casa; 21,36% responderam "Não", sugerindo que uma parte da amostra não enfrenta esse tipo de preocupação; 22,48% disseram "Não sabe", o que pode indicar incerteza sobre a condição alimentar da família ou variação da segurança alimentar ao longo do tempo.

A elevada proporção de respostas "Não sabe" (22,48%) à pergunta sobre a preocupação com a falta de comida também merece atenção analítica. Segundo Nascimento e Rocha (2020), em contextos de instabilidade alimentar, os responsáveis pelos domicílios frequentemente não conseguem prever com segurança se haverá disponibilidade de alimentos no futuro próximo, o

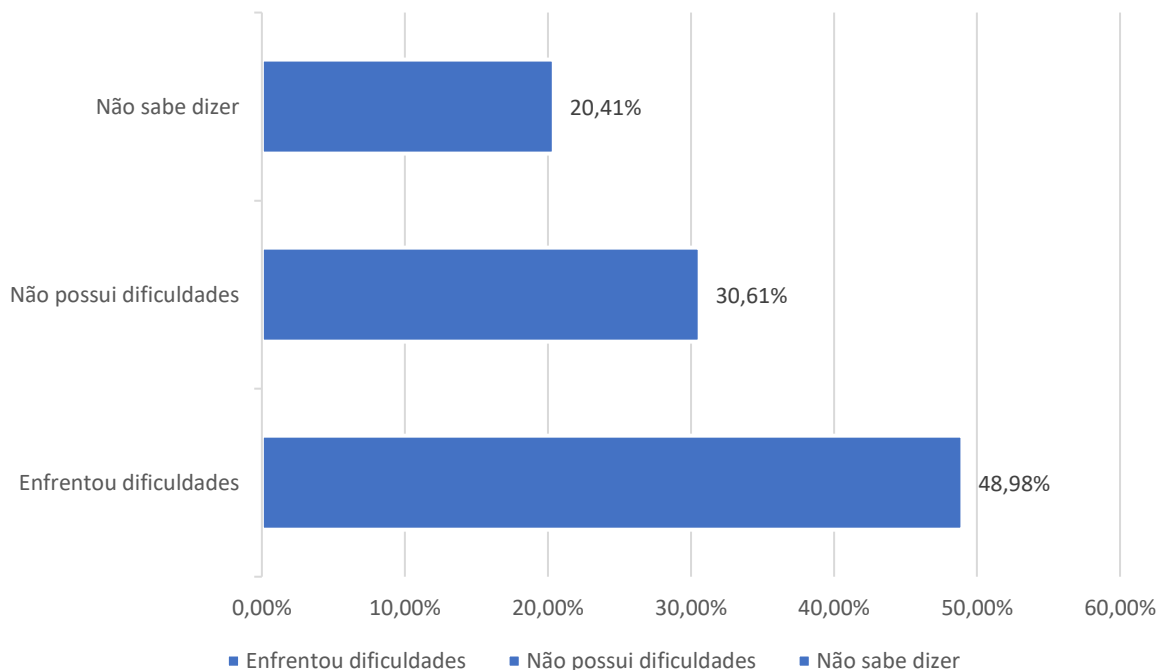
que configura um estado de insegurança alimentar intermitente, marcado por ansiedade e incerteza constantes.

De acordo com Oliveira e Santos (2021), a insegurança alimentar afeta desproporcionalmente os segmentos sociais mais vulneráveis, incluindo famílias de baixa renda, trabalhadores informais, populações rurais e comunidades indígenas – exatamente o perfil predominante entre os respondentes da presente pesquisa. Tais grupos, historicamente marginalizados, enfrentam obstáculos estruturais no acesso a direitos sociais básicos, dentre os quais se inclui a alimentação adequada.

Falta de dinheiro para comprar comida

A Figura 2 apresenta a distribuição das respostas sobre a dificuldade financeira para a compra de alimentos, revelando um dado preocupante: 48,98% dos entrevistados relataram que faltou dinheiro para comprar comida em algum momento. Esse indicador representa quase metade da amostra total e reforça a presença significativa de insegurança alimentar no bairro estudado, especialmente entre a população indígena, que representa 83,47% do total de participantes da pesquisa.

Figura 2: Falta de dinheiro para comprar comida



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

Esse achado é particularmente relevante, pois evidencia a persistência de barreiras socioeconômicas estruturais que comprometem o direito à alimentação adequada, sobretudo entre povos originários.

A alta proporção de respostas afirmativas sobre a falta de recursos financeiros para a compra de alimentos revela uma situação de insegurança alimentar moderada a grave, conforme os parâmetros da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), em que a experiência de restrição orçamentária se traduz diretamente em restrição de acesso a alimentos.

Por outro lado, 30,61% dos participantes afirmaram que não enfrentaram essa dificuldade, o que sugere que uma parte significativa da amostra manteve algum grau de segurança alimentar. No entanto, é importante considerar que a estabilidade no acesso aos alimentos pode estar relacionada a diferentes estratégias, como apoio de redes de solidariedade comunitária, cultivo de alimentos em hortas domésticas ou dependência de programas sociais, como já relatados anteriormente.

As respostas "Não sabe", registradas por 20,41% dos entrevistados, também merecem destaque analítico. Essa incerteza pode indicar instabilidade financeira crônica, flutuações frequentes na renda familiar, ou ainda uma baixa capacidade de planejamento alimentar, o que dificulta prever a disponibilidade de recursos para a compra de comida ao longo do mês. Segundo Aguiar (2021), em contextos de insegurança alimentar intermitente, é comum que os responsáveis pelos domicílios não consigam identificar com precisão quando ou por que ocorre a privação alimentar, destacando um padrão de instabilidade que agrava a ansiedade e o estresse nas famílias.

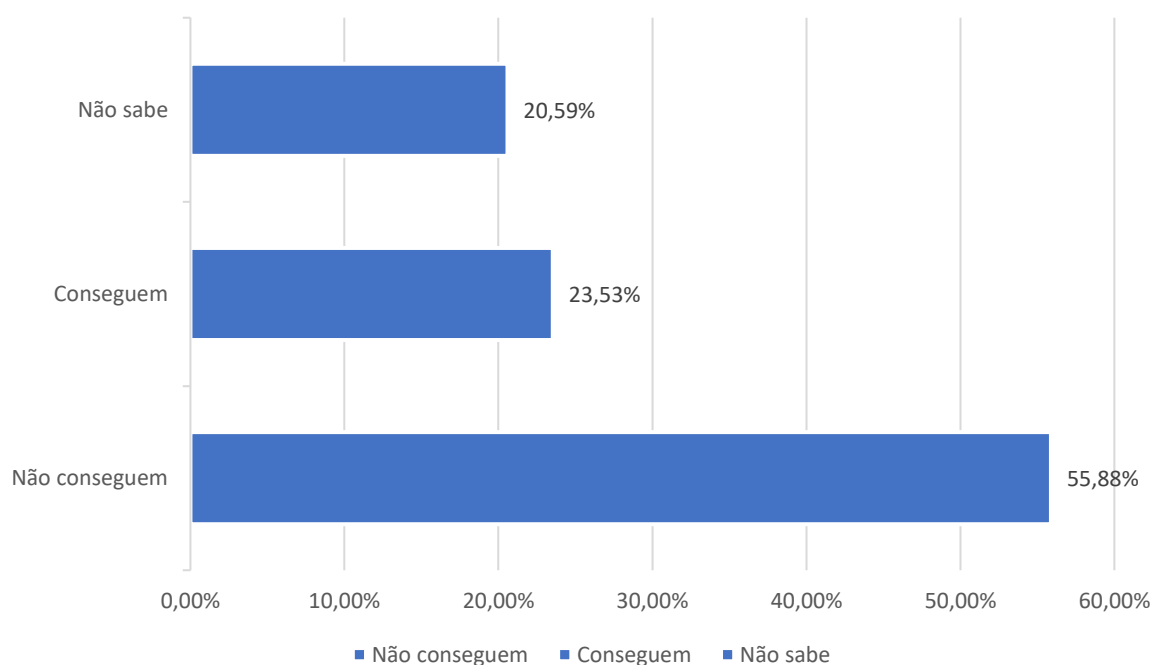
Dada a predominância de pessoas indígenas na amostra (83,47%), os dados também levantam reflexões sobre o impacto das políticas públicas voltadas às populações tradicionais em contexto urbano. Muitas vezes, essas comunidades são invisibilizadas nos planejamentos municipais e sofrem com a falta de políticas específicas que respeitem suas particularidades culturais, sociais e territoriais.

Portanto, os dados apresentados na Figura 2 não apenas quantificam a dificuldade financeira para aquisição de alimentos, mas também apontam para a interseção entre pobreza, etnicidade e insegurança alimentar, ressaltando a importância de abordagens intersetoriais e culturalmente sensíveis no combate à fome entre populações indígenas em contextos urbanos.

Falta de dinheiro para alimentação saudável

A incapacidade de manter uma alimentação saudável por razões financeiras constitui um indicador central de insegurança alimentar, revelando não apenas a insuficiência econômica das famílias, mas também as limitações estruturais no acesso a alimentos de qualidade. A análise dos dados apresentados na Figura 3 mostra que 55,88% dos entrevistados relataram não conseguir manter uma alimentação saudável devido à falta de recursos financeiros, o que evidencia um obstáculo significativo na garantia do direito humano à alimentação adequada.

Figura 3: Falta de dinheiro para alimentação saudável



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

Em contrapartida, 23,53% dos entrevistados afirmaram conseguir manter uma alimentação saudável, mesmo diante das dificuldades econômicas. Esse dado, embora minoritário, merece atenção, pois pode indicar a existência de estratégias alternativas de resiliência alimentar, tais como o cultivo de hortas domésticas, a participação em redes de solidariedade comunitária ou uma condição econômica relativamente mais estável. A investigação mais aprofundada sobre essas estratégias pode fornecer subsídios importantes para o desenvolvimento de políticas públicas adaptadas à realidade local.

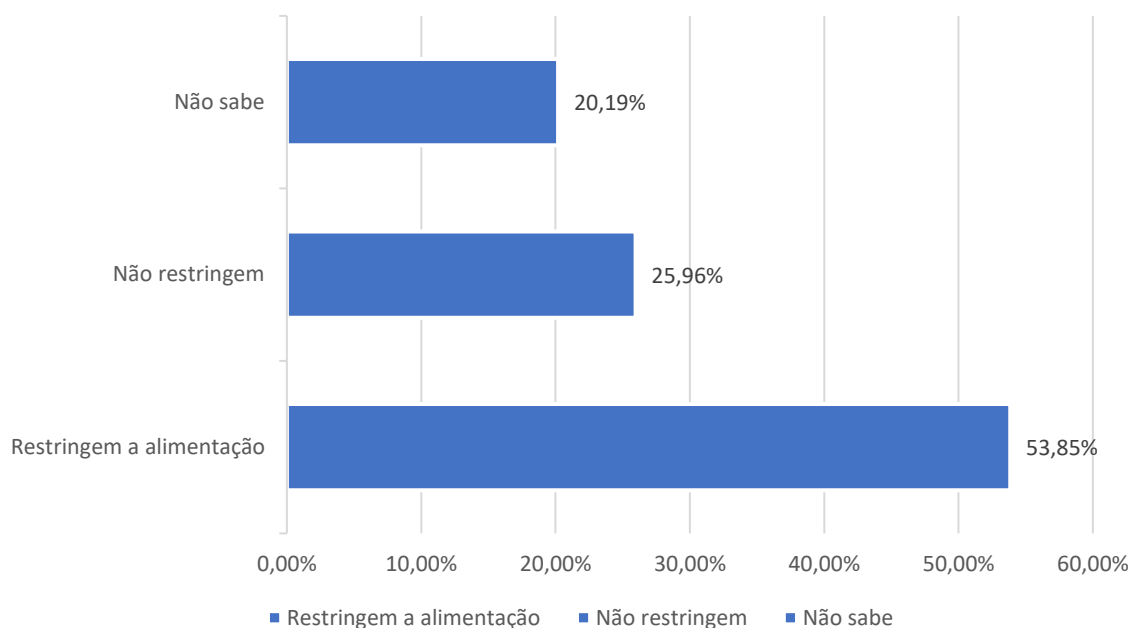
O percentual de respostas "Não sabe" (20,59%) aponta para outro aspecto crítico, o qual trata-se da desinformação sobre o que constitui uma alimentação saudável, ou mesmo a

instabilidade no acesso a alimentos nutritivos, que pode variar conforme a sazonalidade, a renda ou a oferta local. Pereira e Almeida (2020) destacam que muitas famílias em situação de pobreza não possuem informações adequadas sobre nutrição, o que limita sua capacidade de escolha alimentar, mesmo quando há recursos financeiros disponíveis.

Diante disso, evidencia-se a importância de políticas públicas que integrem ações de segurança alimentar e educação nutricional, com foco especial em populações vulneráveis. A elevada taxa de entrevistados que não conseguem manter uma alimentação saudável reflete não apenas um problema de renda, mas também de estrutura de abastecimento alimentar, de educação alimentar e de acesso territorial a alimentos frescos. Esse cenário pode ter impactos significativos a longo prazo na saúde física e mental da população, no desempenho escolar das crianças, na produtividade dos adultos e no desenvolvimento socioeconômico da comunidade como um todo.

Restrição alimentar por falta de dinheiro

Os dados apresentados na Figura 4 revelam que 53,85% dos entrevistados relataram ter precisado restringir sua alimentação por falta de dinheiro, o que evidencia uma prevalência elevada de insegurança alimentar na comunidade pesquisada. Esse resultado corrobora os achados de Souza e Nascimento (2021), que apontam que famílias em situação de restrição alimentar estão mais expostas a carências nutricionais severas, desnutrição crônica e prejuízos ao desenvolvimento infantil, especialmente em contextos de pobreza prolongada.

Figura 4: Restrição alimentar por falta de dinheiro

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

Além da insuficiência calórica, os efeitos da insegurança alimentar também se manifestam na baixa qualidade nutricional dos alimentos disponíveis. Segundo Rodrigues e Lima (2020), a escassez de recursos leva muitas famílias a optarem por alimentos ultraprocessados, altamente calóricos e com baixo teor de vitaminas, fibras e minerais. Esse padrão alimentar contribui para o chamado "paradoxo da má nutrição", no qual a fome e a obesidade coexistem, afetando de forma mais aguda populações vulneráveis.

A pesquisa também destaca o impacto da informalidade laboral e da instabilidade de renda na segurança alimentar.

O percentual de entrevistados que respondeu "Não sabe" (20,19%) merece atenção especial. Esse dado pode indicar a presença de insegurança alimentar intermitente, isto é, situações em que a oferta de alimentos varia ao longo do tempo, dependendo de fatores sazonais, flutuações de renda ou irregularidade no acesso a programas de transferência de renda. Mendes e Santos (2022) alertam que essa instabilidade alimentar pode provocar efeitos psicológicos adversos, como ansiedade, estresse e sofrimento mental, sobretudo entre responsáveis por crianças e adolescentes, afetando também o desempenho escolar e a saúde emocional dos menores.

Por outro lado, 25,96% dos respondentes afirmaram que não enfrentaram restrição alimentar por falta de dinheiro, o que sugere a existência de uma parcela da população com maior estabilidade econômica, acesso a políticas sociais eficazes ou inserção em redes de apoio

comunitário. Esse grupo pode estar utilizando estratégias adaptativas, como cultivo próprio de alimentos, compartilhamento comunitário de recursos ou participação em programas de segurança alimentar institucionalizados (cozinhas comunitárias, cestas básicas, bancos de alimentos etc.). A identificação dessas práticas pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às realidades locais.

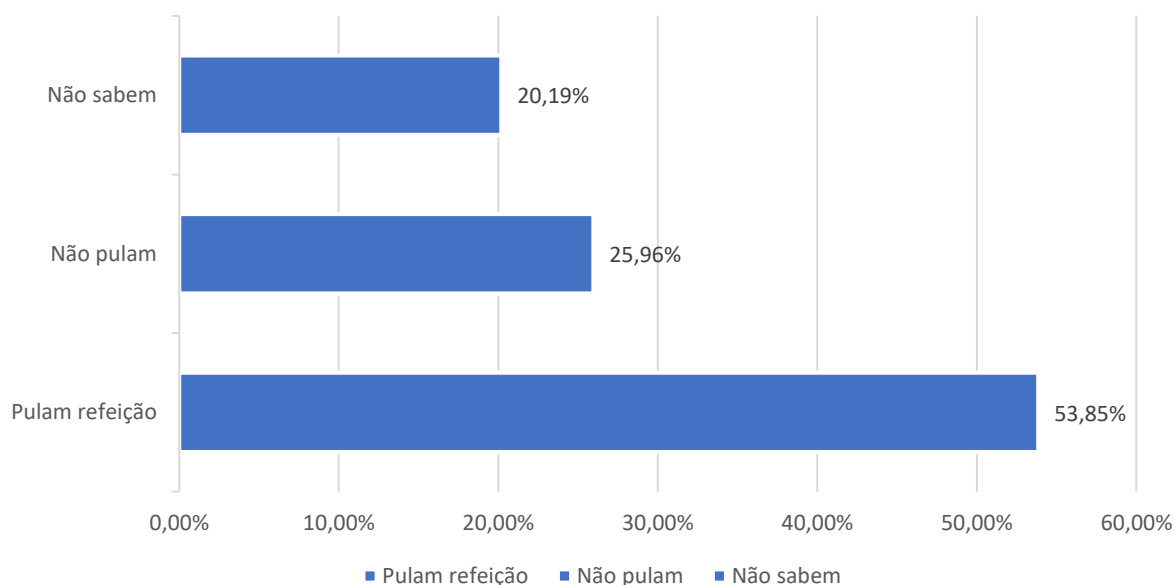
De forma geral, os resultados evidenciam que a restrição alimentar por falta de dinheiro não é um fenômeno isolado, mas sim reflexo de um quadro estrutural de vulnerabilidade socioeconômica, agravado por desigualdades no acesso ao trabalho, à renda, à informação nutricional e aos alimentos saudáveis. A elevada taxa de famílias que precisam reduzir ou eliminar refeições em função da escassez de recursos reforça a urgência de se pensar em políticas públicas integradas, que articulem transferência de renda, educação alimentar e fortalecimento da economia local.

Nesse sentido, a promoção da segurança alimentar exige não apenas medidas emergenciais, mas também ações estruturais que combatam a pobreza, ampliem o acesso a alimentos saudáveis e garantam a autonomia alimentar das famílias. Isso inclui o incentivo a hortas urbanas, o fortalecimento de feiras agroecológicas, o subsídio à produção de alimentos in natura e a ampliação de programas de alimentação escolar com compra direta da agricultura familiar.

Pular refeições por falta de dinheiro

Pular refeições por falta de dinheiro é um dos indicadores mais agudos de insegurança alimentar grave, conforme definido pela FAO (2022). Essa condição evidencia uma ruptura no acesso contínuo e regular a alimentos, revelando que as famílias não conseguem garantir sequer uma alimentação mínima para todos os seus membros. A elevada incidência desse fenômeno entre os participantes da pesquisa indica um cenário crítico de vulnerabilidade social e econômica.

Conforme demonstrado na Figura 5, 53,85% dos entrevistados afirmaram ter pulado refeições por falta de dinheiro, o que representa mais da metade da amostra e reforça a presença de insegurança alimentar em estágio avançado. Esse dado corrobora os estudos de Oliveira e Souza (2021), que apontam o aumento da frequência de episódios de fome entre populações vulneráveis, resultado da alta nos preços dos alimentos e da precarização das relações de trabalho, sobretudo no contexto pós-pandêmico e em meio a crises econômicas recorrentes.

Figura 5: Participantes que pulam refeições por falta de dinheiro

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo (2025)

A gravidade dessa situação se intensifica quando se considera que a insegurança alimentar severa afeta desproporcionalmente crianças e idosos, como argumentam Lima e Freitas (2020). Esses grupos são biologicamente mais vulneráveis à desnutrição e à carência de micronutrientes, com implicações diretas no crescimento físico, no desenvolvimento cognitivo e na resistência imunológica. Crianças que pulam refeições com frequência tendem a apresentar déficits de aprendizado, maior suscetibilidade a doenças infecciosas e dificuldades de socialização, comprometendo seu desenvolvimento pleno e ampliando o ciclo intergeracional da pobreza.

O dado de 20,19% de respostas "Não sabe" também merece atenção, pois sugere a presença de insegurança alimentar intermitente já relatada em outras questões neste estudo. De acordo com Pereira e Almeida (2022), essa condição não apenas impacta o estado nutricional das famílias, como também contribui para o sofrimento psicológico dos responsáveis, que convivem com a constante incerteza quanto à disponibilidade futura de alimentos, gerando estresse, ansiedade e sentimento de impotência.

Por outro lado, 25,96% dos entrevistados afirmaram que não precisam pular refeições, o que pode indicar a presença de estratégias de enfrentamento mais estruturadas, como acesso regular a programas sociais, redes de apoio comunitário, produção de alimentos em hortas urbanas ou maior estabilidade financeira. A compreensão de como essas famílias conseguem manter uma rotina alimentar regular, mesmo em contextos adversos, pode oferecer importantes subsídios para o desenho de políticas públicas mais sensíveis às realidades locais.

Além dos impactos nutricionais e de saúde, os efeitos de pular refeições se estendem ao campo educacional e laboral. Santos e Nascimento (2021) destacam que a fome afeta diretamente a concentração, a memória e a produtividade, prejudicando o desempenho escolar de crianças e adolescentes e reduzindo a capacidade laboral dos adultos. Trata-se, portanto, de um fenômeno que compromete não apenas o bem-estar imediato, mas também o potencial de desenvolvimento humano e social da comunidade afetada.

Dessa forma, a alta frequência de entrevistados que relataram pular refeições por falta de dinheiro destaca um quadro de vulnerabilidade alimentar extrema, com impactos severos na saúde física e mental, na qualidade de vida e na reprodução social da pobreza. Esse cenário exige intervenções públicas urgentes e integradas, que articulem segurança alimentar, transferência de renda, políticas de trabalho e renda, fortalecimento da economia solidária e ações de educação nutricional.